

simmm
SISTEMA INTEGRADO DE
MUSEUS E MEMORIAIS

SECRETARIA DE
CULTURA



Entre o Coleccionismo e
a Educação Patrimonial:

DESAFIOS PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Organizadores

Paulo Roberto do Canto Lopes
Armando Sampaio Sobral
José Guilherme dos Santos Fernandes
Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos
Lúcia Puga

Entre o Colecionismo e a Educação Patrimonial:

DESAFIOS PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO



FICHA TÉCNICA

Autores

Armando Sampaio Sobral • Cássia da Rosa • Francisco Oliveira • Idanise Sant’Ana de Azevedo Hamoy • João Aires • José Guilherme dos Santos Fernandes • Karina Moyira • Kelton Mendes • Laura Neila Costa da Silva • Lúcia Puga • Marcelo Nonato Gomes Laredo • Otávio Vinhote Figueira • Paulo Roberto do Canto Lopes • Raul Ivan Raiol de Campos • Renata Rodrigues Maia • Silvinho da Costa Silva • Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos • Vitor Nazareno da Mata Martins •

Fotos

Marcelo Nonato Gomes Laredo • Otávio Vinhote Figueira • Paulo Roberto do Canto Lopes •

Raul Ivan Raiol de Campos • Renata Rodrigues Maia • Silvinho Silva Vitor Nazareno da Mata Martins

Revisão textual
Léa Fernandes

Diagramação
Beto Conceição

Projeto gráfico
Beto Conceição

Capa
Beto Conceição



GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
Helder Zahluth Barbalho

VICE-GOVERNADORA
Hana Ghassan Tuma

SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA
Ursula Vidal Santiago de Mendonça

SECRETÁRIO ADJUNTO
Bruno Chagas da Silva Ferreira

DIRETORA DE CULTURA
Tamyris Monteiro Neves

ASCOM/SECULT
Amanda Carolina Engelke Santana

DIRETOR DO SISTEMA INTEGRADO DE MUSEUS E MEMORIAIS - SIMM
Armando Sampaio Sobral

DIRETOR DO MUSEU DO ESTADO DO PARÁ
Bruno de Souza Silva

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA
Anselmo Amaral Paes

COORDENAÇÃO DE PRESERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO
Renata de Fátima da Costa Maués

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO E EXTENSÃO
Sandra Regina C. da Rosa

COORDENAÇÃO DE CURADORIA E MONTAGEM
Nando Lima

COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA
Leno Martins



SECRETARIA DE CULTURA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre o colecionismo e a educação patrimonial : desafios para a gestão do patrimônio arqueológico / organização Paulo Roberto do Canto Lopes...[et al]. -- Belém, PA : Ed. dos Autores, 2025.

Vários autores.
Outros organizadores: Armando Sampaio Sobral, José Guilherme dos Santos Fernandes, Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos, Lúcia Puga.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-33622-0

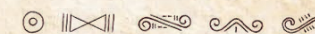
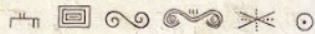
1. Amazônia 2. Arqueologia 3. Colecionadores e colecionismo 4. Museologia 5. Patrimônio - Gestão I. Lopes, Paulo Roberto do Canto. II. Sobral, Armando Sampaio. III. Fernandes, José Guilherme dos Santos. IV. Santos, Tatiana de Lima Pedrosa dos. V. Puga, Lúcia.

25-253289 CDD-930.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Patrimônio arqueológico : Conservação e preservação 930.10981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



APRESENTAÇÃO

Interessante é pensar nesta organização como um livro que ao tratar sobre patrimônio, e mais especificamente sobre sua curadoria, que possamos também relacionar a responsabilidade das instituições no que as liga ao processo de salvaguarda da cultura material arqueológica. E sua ligação com rigor e a metódica que o próprio saber-fazer arqueológico preconiza.

Esta publicação sem dúvida apresenta conceitos e definições que serão desenvolvidos como exemplos na salvaguarda da cultura material arqueológica. Não só no que diz respeito à curadoria laboratorial, como também ao processo intrínseco de curadoria arqueológica em campo.

A precisão metódica e os apontamentos existentes em relação aos temas desenvolvidos nos fazem entrever o suporte técnico que o livro traz enquanto manual para pesquisas e trabalhos desenvolvidos no futuro. Os autores em questão conhecem essas dificuldades e as exemplificam em cada estudo de caso aqui trabalhado mediante os artigos.

Dividido em sete partes, este livro apresenta um encontro, as conversas e finalmente uma despedida ao leitor que passeia sem nenhuma dificuldade pelo diálogo desenvolvido através de um dia a dia das pesquisas arqueológicas, de toda a interdisciplinaridade envolvida e de metodologias diferenciadas, bem como de suas problemáticas num contexto atual e presentista.

Levando o leitor a pensar nessa constante que é a grande problemática do arqueólogo: estar sempre desenvolvendo uma atividade colecionadora a fim de resguardar a cultura material para pesquisas futuras, mas que sempre sucumbe às pesquisas esquecidas e emudecidas nas muitas caixas de suas reservas técnicas.

Nesse item destacamos a primeira conversa desenvolvida no livro: “Encontros interculturais e a produção das diversidades arqueológicas na Amazônia”. Texto importante que destaca a importância dos acervos arqueológicos e de sua musealização em um contexto do papel pioneiro do Pará nesse cenário, não somente de forma regional e nacional, mas internacional.

Na segunda conversa, “Curadoria e gestão dos acervos arqueológicos”, o artigo destaca o papel da curadoria arqueológica para salvaguarda da cultura material arqueológica tomando como estudo de caso o exemplo do exercício praticado por uma equipe interdisciplinar que trabalha na Reserva Técnica de Arqueologia do Museu do Estado do Pará (MEP) e nos demais espaços musealizados do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (Simm/Secult).

Já na terceira conversa, “As coleções líticas expostas nos museus do estado do Pará, Amazônia,

Brasil”, vai versar sobre a prática, ou melhor, sobre o ato de colecionar. Missão difícil já que o próprio ato em si é uma prática social tão antiga quanto a consciência humana. O artigo leva o leitor a uma viagem histórica sobre como a prática se desenvolveu, de tal forma que se transforma ao longo do tempo, adquirindo significados e importância próprios de cada período histórico até chegar às famosas coleções líticas expostas nos museus do estado do Pará.

A quarta conversa trata de um assunto que precisa com urgência ser melhor pesquisado em nosso contexto amazônico: “A Arqueologia amazônica e possíveis narrativas históricas depreendidas por meio de objetos cerâmicos”, sob a perspectiva de se produzir pesquisa através de objetos descontextualizados. E dessa forma aponta indícios importantes para se estabelecer marcadores que ligam artefatos descontextualizados a grupos sociais, culturas, coletividades e fronteiras.

A quinta e última conversa leva o leitor por um estudo de caso e que tem funcionado como um dos expoentes para se trabalhar educação patrimonial no estado do Pará. O artigo “Educação patrimonial e Turismo Arqueológico nos museus do Simm/Secult: potencialidades e desafios” possibilita ao leitor vislumbrar a perspectiva de se visualizar um sítio arqueológico e suas materialidades através de um museu que possui uma perspectiva interdisciplinar envolvendo Arqueologia e Turismo.

Por fim, chega-se à despedida, última parte dessa viagem, de maneira a não se perceber que a ciência arqueológica considerada e acusada por várias vezes de uma disciplina que beira ao prolixo, ao técnico, ao sistemático... Pode e deve ser apresentada de maneira leve para que seu entendimento passe a viabilizar ao leitor não especialista entender que a Arqueologia, como qualquer outra ciência humana, precisa ser elaborada e compreendida dentro de parâmetros que a levem a se aproximar da sociedade. E, portanto, já não cabem “arqueologias de gabinete”, mas uma Arqueologia que leve em consideração as aproximações interdisciplinares e as várias frentes de trabalho e pesquisa que porventura surgirem em campo. O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (PGEPARQ), nesse sentido, propõe um outro olhar para uma gama de atividades ligadas ao patrimônio arqueológico como um todo.

Portanto, provando que é possível fazer uma gestão competente, associativa e inteligente de acervos arqueológicos.

Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Lúcia Puga

Otávio Rios



PREFÁCIO

A história da Arqueologia brasileira está associada com os museus, tais como o Museu Nacional, no Rio de Janeiro; o Museu Paulista, em São Paulo; e o Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará. No período de nascimento disciplinar da Arqueologia, a produção científica no país, com debates sobre sambaquis e as culturas do baixo Amazonas, ganhavam destaque internacionalmente justamente por estarem associadas às hipóteses de origem da humanidade. Nessa “era dos museus”, a produção científica era pautada nos cânones teóricos europeus, com destaque para o Evolucionismo, Positivismo e Naturalismo. Esse desenvolvimento disciplinar está associado com a presença de pesquisadores estrangeiros, a formação de profissionais brasileiros e sua posterior incorporação aos quadros funcionais das instituições, a entrada de teorias e métodos de pesquisa... E claro, a formação de coleções gigantescas, com dados sobre os povos presentes nas Américas – e em outros continentes – em diferentes momentos históricos.

Tendo origem nos movimentos coloniais das nações do Norte geopolítico, os museus e a Arqueologia brasileiros não se esforçaram, ao menos entre os séculos XIX e boa parte do XX, em refletir sobre identidades essencializadoras que, por sua vez, estiveram a serviço da constituição de nacionalismos homogeneizadores. As pesquisas sistemáticas sobre o período pré-colonial, e a consequente formação de coleções arqueológicas, não implicaram na construção histórica de laços entre a construção da nação brasileira e os povos indígenas, por exemplo. Esse fenômeno não foi exclusivo do nosso país, haja vista que a Arqueologia esteve vinculada a interesses de classe, apoiando nacionalismos, sexismo, elites, expansionismo, narrativas de dominação em todas as partes do mundo.

A situação histórica, contudo, é dinâmica e os movimentos políticos da sociedade em geral e as ditas viradas epistemológicas têm dado outra função, ainda que lentamente, tanto para os museus quanto para a Arqueologia no Brasil. A consolidação da disciplina, bem como a ampliação de cursos de graduação e pós-graduação, a superação das resistências às inovações teóricas e metodológicas, associados à expansão do mercado de trabalho, a regulamentação da profissão, tudo isso, sem dúvida, possibilitam o constante repensar da prática arqueológica.

Hoje, em um momento histórico em que se identifica e se combate as práticas coloniais da disciplina, um livro produzido por profissionais e instituições situados na Amazônia, demonstra que a produção do conhecimento em Arqueologia está multissituada. A formação cosmopolita desses pesquisadores, aliada ao conhecimento sobre as vicissitudes da pesquisa na região, contribui de forma plural à história do conhecimento arqueológico brasileiro, somado a isso, é atual o debate sobre a formação, gestão e extroversão das coleções arqueológicas. Os trabalhos que se dedicam a investigar tais coleções permitem ao leitor conhecer para além das vitrines das salas de exposições, ampliando os saberes e os diálogos com a Arqueologia amazônica.

Os grandes temas de interesse internacional, que atraíram pesquisadores de todo mundo para a região, continuam sendo foco de interesse e gerando hipóteses sobre a presença humana nas Terras Baixas. Contudo, a dimensão política do fazer arqueológico tomou outro rumo, com reflexões necessárias às críticas aos projetos hegemônicos de nação, de Arqueologia e de museus. Este livro é o exercício dessa atualização.

Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (UFC-Unilab)
Bacharel em Antropologia



SUMÁRIO

- 06** | APRESENTAÇÃO
- 09** | PREFÁCIL
- 12** | ENCONTRO
- 16** | CONVERSA 1: Encontros interculturais e a produção das diversidades arqueológicas na Amazônia
- 36** | CONVERSA 2: Curadoria e gestão dos acervos arqueológicos
- 52** | CONVERSA 3: As coleções líticas expostas nos museus do estado do Pará, Amazônia, Brasil
- 84** | CONVERSA 4: Arqueologia amazônica e possíveis narrativas históricas depreendidas por meio de objetos cerâmicos
- 122** | CONVERSA 5: Educação patrimonial e turismo arqueológico nos museus do Simm/ Secult: Potencialidades e desafios
- 134** | DESPEDIDA
- 138** | REFERÊNCIAS

ENCONTRO



INTRODUÇÃO

A elaboração de um Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais está relacionada aos acervos arqueológicos que estão sob a guarda e exposição em instituições administradas pelo Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM), da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT/PA) e das materialidades provenientes de pesquisas de campo e dos adquiridos por doação. O plano é um dos estimuladores para a proteção do patrimônio cultural (arqueológico), para a ampliação de estratégias para o desenvolvimento de pesquisas de sítios arqueológicos no estado do Pará, formação de pessoas, conservação de materialidades e atualização de inventário.

O planejamento e elaboração do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais do Simm/Secult (PGEPARQ) foram possíveis a partir do diagnóstico do local de guarda dos acervos arqueológicos (Reserva Técnica de Arqueologia do Museu do Estado do Pará), do início da atualização do inventário de acervos arqueológicos multicomponenciais e da análise dos locais de exposição desses acervos. Foi abordado o aparelhamento institucional, os equipamentos, a qualificação de pessoas, a informatização, a acessibilidade e o compartilhamento de informações, as quais precisaram e precisam ser revisitadas, reanalisadas, disponibilizadas e apropriadas pela sociedade como um todo.

O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais foi desenvolvido seguindo critérios dinâmicos correlacionados entre si a partir da visualização e entendimento da necessidade de separação de acervos diversificados, os quais foram adquiridos por compra, desapropriação, doação ou por pesquisas de campo arqueológico e que são protegidos pelo Estado. O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais visa avaliar os espaços de higienização, análise, guarda e restauração dos acervos arqueológicos, propor protocolos integrativos aos acervos já existentes a fim de dinamizar as pesquisas, as análises, a guarda, a conservação e a exposição dos acervos arqueológicos, estimular a qualificação de pessoas e a acessibilidade aos acervos, seguindo os critérios estabelecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), projetar e dinamizar as ações de educação patrimonial associada à educação ambiental, estabelecer relações e ações integradas, interdisciplinares e colaborativas com as comunidades onde ocorrerem as pesquisas arqueológicas, com pesquisadores, com instituições públicas e privadas, e com a sociedade.

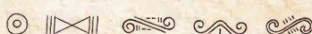
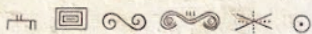
Nesse contexto, o desenvolvimento do PGEPARQ reforça o imprescindível processo de fortalecimento institucional e suas relações socioculturais, bem como possibilita a participação dos segmentos envolvidos e interessados, oportunizando o que consideramos imprescindível: a gestão do patrimônio arqueológico compartilhado (entre os entes federal, estadual e municipal), participativo e colaborativo.

Esse tipo de gestão busca contribuir para a qualificação de pessoas, para a acessibilidade às informações, para a identificação dos processos de aquisição dos acervos arqueológicos, para a verificação da procedência, para a necessidade de atualizar o inventário dos acervos e para o restabelecimento de protocolos de curadoria e de exposição dos acervos arqueológicos em relação a visitantes e comunidades.

Contudo, o objetivo mais abrangente do PGEPARQ é desenvolver pesquisas que estimulem a proteção dos sítios arqueológicos paraenses diversificados, conservando as materialidades diversas, modernizando os espaços para análise, guarda e exposições, além de realizar projetos colaborativos junto às comunidades onde se localizem sítios arqueológicos e existam acervos sob posse de particulares ou comunitários.

Em relação às exposições, elas devem ser organizadas em espaços museológicos adequados. Isso é fundamental para a difusão do conhecimento. Nesse sentido, é essencial pensarmos o papel dos museus neste processo. De acordo com Cury (2005), a origem do museu remonta ao colecionismo e diletantismo, e sua institucionalização aconteceu de forma lenta e gradual. Das exposições das coleções particulares, o museu se transformou na instituição responsável por conservar, pesquisar e comunicar o patrimônio





cultural preservado. Entretanto, antes de compor o espaço museal, existe um processo para que o objeto se torne musealizado e entre na categoria de patrimônio, por isso, o processo de musealização consiste na “[...] aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação” (Cury, 2005, p. 26). Trata-se de procedimentos pelos quais a cultura material e imaterial de uma determinada cultura passa quando ela sai de seu contexto primário e compõe uma nova categoria de análise: a de objeto museal (Jesus, 2014).

É importante ressaltar a rede de relações que existe no ato de musealizar e que vai muito além de alocar um objeto no museu e seguir protocolos curatoriais predeterminados. A partir do momento que esse objeto passa a ser musealizado, ele se configura como um importante documento relacionado à história e memória de uma determinada cultura/sociedade. Seguindo essa perspectiva, os museus têm papel fundamental nesse contexto, pois são mediadores e comunicadores da relação existente entre o humano e sua cultura material¹.

Nesse cenário, o estado do Pará destaca-se como um importante agente de proteção ao patrimônio arqueológico diversificado, contando com museus que abrigam a cultura material de grupos sociais que habitaram diferentes territórios do Brasil e pan-amazônicos.

Como referência pode-se destacar o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), fundado em 1866, que abriga coleções zoobotânicas, arqueológicas e etnográficas, as duas últimas tombadas desde 1940 pelo Iphan. Sua coleção etnográfica, por exemplo, é composta por diversos objetos que testemunham os modos de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira, peruana e colombiana, sendo uma importante referência nacional e internacional no campo dos estudos antropológicos. Já sua coleção arqueológica é composta por vestígios materiais da longa história de diferentes povos originários que ocuparam a Amazônia pré-colombiana. Tratam-se de vestígios arqueológicos cerâmicos (urnas funerárias, estatuetas, vasilhas) e artefatos líticos (muiraquitãs, estatuetas de pedra, lâminas de machado, pontas de projéteis) e vestígios materiais, como faianças, vidros e metais, todos relacionados à história pós-colonial da região.

Além do MPEG, espaços museais relevantes no estado são os Museus do Estado do Pará (MEP), o Museu de Arte Sacra (MAS), o Museu do Forte do Presépio (MFP), o Museu de Gemas do Pará (MGP) e o Museu de Arte de Belém (MABE), dentre outros, que também abrigam importantes coleções referentes às histórias antiga e recente da região. Portanto, todos esses museus e suas respectivas coleções contam com objetos museais categorizados como patrimônio cultural nacional. Para além do processo de musealização, esses objetos refletem o caminho que os museus continuam trilhando ao longo dos últimos séculos, buscando ampliar sua atuação e função social no atual cenário nacional e internacional.

No entanto, o colecionismo persiste na região amazônica e, conseqüentemente, a destruição de sítios arqueológicos e até sua comercialização, sendo necessário insistir nos regramentos, inventários de coleções particulares, aperfeiçoamento de protocolos de registros, cadastros e análises, investimento em pesquisa arqueológica, Educação Patrimonial associada à Educação Ambiental e sensibilização dos colecionadores para não aumentarem o número de peças das coleções arqueológicas, além de as disponibilizarem para estudo, exposição e difusão por meio da elaboração de projetos de pesquisa colaborativas. Deve ser considerada ainda a possível permanência desses acervos com os colecionadores, que seriam fiéis depositários devidamente cadastrados e autorizados. Esses acervos precisam ser identificados, protegidos, pesquisados e os conhecimentos difundidos de maneira ampla e democrática, podendo ser guardados nas Casas de Proteção e Conservação do Patrimônio Local estabelecidas por meio da discussão e elaboração de um Plano Local de Inovação de Gestão Museológica, ou ainda a implantação de sala expositiva, adequação e ampliação das já existentes, reestruturação e/ou ampliação de museus domiciliares, além das possíveis doações de acervos para instituições devidamente cadastradas e autorizadas pelo Iphan, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

¹“A museóloga e arqueóloga Renata Rodrigues Maia contribuiu na escrita do trecho que trata sobre Museologia.



Dessa maneira, a formação dos acervos arqueológicos do Simm/Secult relacionam-se aos processos do colecionismo, como a compra², desapropriação, concessão de guarda, doações e por meio de projetos arqueológicos. Essas materialidades foram divididas em duas categorias: as musealizadas nos espaços expositivos (Museu do Forte do Presépio, Museu de Gemas do Pará e Museu de Arte Sacra) e as salvaguardadas nas Reservas Técnicas de Arqueologia do MEP e em comodato com o MPEG (Silveira et al., 2017).

A abordagem apresentada neste livro destaca a importância das coleções arqueológicas, mesmo descontextualizadas, expostas em museus e/ou sequestradas em reservas técnicas de Arqueologia que devoram a si mesmas. Elas demonstram o grande potencial para a produção de conhecimento a respeito de grupos sociais pré-colombianos e históricos. No caso dessas coleções, os resultados permitiram refletir sobre problemas e questões científicas que podem orientar abordagens sobre os mounds, sobre Terra Preta Arqueológica (TPA) e materiais arqueológicos que precisam ser pesquisados no contexto da Arqueologia brasileira.

Sobre acervos arqueológicos provenientes de sítios sem referências, mas com localização dos municípios e de nomes de fazendas, eles formam coleções adquiridas pelo Estado do Pará desde a década de 1970. Para este livro, porém, foram selecionadas algumas peças representativas delas, já que existe uma grande quantidade de artefatos e fragmentos, destacando-se cerâmica com decoração antropomorfa e zoomorfa, além de vasilhas com pintura vermelha e preta, engobos, incisões, excisões, vasilhas em miniatura, tortuais de fusos, afiadores, lâminas de machados de rocha, muiraquitã, estatuetas de rochas e de cerâmica, pontas de projéteis líticos, entre outras.

As coleções cerâmicas e líticas (artefatos em rocha e minerais) provenientes, provavelmente, da foz do rio Amazonas (Ilha de Marajó) e do baixo Amazonas (Santarém)³ serão apresentadas neste livro em artigos breves feito em parceria com diversos pesquisadores, em caráter interdisciplinar, com várias imagens e textos acessíveis relacionados ao período pré-colombiano.

Dessa maneira, a perspectiva com o PGEPARQ é o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas de qualidade, a qualificação de pessoas, o fortalecimento e colaborações institucionais e sociais e a modernização dos equipamentos museais, sendo evidenciado ao longo do livro os processos históricos das regiões de procedência de acervos de povos originários, a formação das instituições de guarda e a geografia dos locais de origem dos acervos, os procedimentos e normas atualizadas para a guarda e exposição, a história da formação dos acervos, sua tipologia, suas relações com a atualidade, a educação patrimonial, as relações com o turismo e a acessibilidade para todos.

A integração de dados e a interdisciplinaridade foram estimuladas e executadas desde a elaboração e desenvolvimento do plano e buscou-se o aprimoramento da pesquisa, gestão, educação e acessibilidade aos acervos arqueológicos sob a guarda do Simm/Secult, sendo fortalecida pela parceria interinstitucional com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e seu Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia (PPGEAA), pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e seu Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA), que proporcionou a integração de estudos e pesquisa nas áreas. Também foi providencial o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oferta de uma Bolsa de Pós-Doutorado (PROCAD Amazônia), o que auxiliou ainda mais na formulação do PGEPARQ.

² Lei n. 3924/61 – artigo 2 (Alínea c) e artigo 3: São proibidos em todo o território nacional o aproveitamento econômico de vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico. (Brasil, 1961).

³ “[...] Uma vez que não se sabe a real procedência dessas coleções, que podem ser frutos de saques a sítios arqueológicos, escavações clandestinas, etc, este IPHAN proíbe tal prática, em razão de que a compra de coleções pode se configurar como um incentivo às práticas danosas a sítios arqueológicos que ficam assim, impedidos de serem pesquisados em sua plenitude e em seu contexto original com metodologia científica apropriada [...]. (Iphan, 2018).



CONVERSA



01

Paulo Roberto do Canto Lopes
José Guilherme Fernandes
Vitor Nazareno da Mata Martins
Francisco Oliveira

01 | ENCONTROS INTERCULTURAIS E A PRODUÇÃO DAS DIVERSIDADES ARQUEOLÓGICAS NA AMAZÔNIA

Os acervos arqueológicos, mesmo descontextualizados, são reflexos de práticas socioculturais de nossos antepassados e caracterizam em certa medida parte do seu modo de vida e de seus sistemas simbólicos em um processo de longa duração. Esses grupos sociais estavam inseridos em diferentes ecossistemas (ilhas, borda de mangues, lagos, praias, campos, interflúvios, margens de igarapés, rios, lagos, tabuleiros, várzeas e planaltos). Esses processos históricos variados de ocupação precisam ser compartilhados com povos e comunidades tradicionais, demonstrando a importância delas para a colaboração na preservação dos sítios arqueológicos e conscientização da comunidade para o conhecimento da história de ocupação, a construção de práticas culturais - saberes e fazeres -, relacionadas àquelas realizadas por grupos sociais há milênios na Amazônia.

Nesse contexto, o estado do Pará tem grande importância no cenário de musealização nacional e internacional. Essas regiões localizadas no Pará, na Amazônia, foram escolhidas por grupos sociais pré-colombianos os quais se instalaram em uma área com redes hidrográficas extensas que proporcionaram uma possível movência entre etnias diversas e formas diferentes de assentamentos. Esses grupos desenvolveram estratégias de sobrevivência baseadas na pesca, na coleta e no manejo de vegetais, na caça, na agricultura de subsistência, chegando ao desenvolvimento de sociedades complexas.

Da Ilha de Marajó (foz do rio Amazonas) e a atual cidade de Santarém e arredores (Oeste do Pará) vieram acervos dos quais não consta a procedência exata do sítio arqueológico de origem. Em razão disso, a princípio, a coleta e manuseio dessas materialidades podem não terem atentado para os protocolos arqueológicos e museais por parte daqueles que repassaram as coleções. De todo modo, essas coleções são referências por representarem o patrimônio de sociedades e comunidades amazônicas, pois é imprescindível conhecê-las para inibir, desestimular e punir práticas financeiras e destrutivas de sítios arqueológicos na Amazônia (coleccionismo) com base na legislação existente¹.

A ampliação interpretativa a respeito da diversidade cultural existente no Novo Mundo, a partir do diálogo da Arqueologia com outras áreas do conhecimento têm demonstrado, nas últimas décadas, que as narrativas reducionistas, pautadas em teorias deterministas biológicas, são frágeis e não se sustentam diante da quantidade de espaços que apresentam intervenções antrópicas no território usado (Santos, 2005)², locais identificados como antigas habitações em cavidades ou áreas abertas, assim como a variedade de testemunho material encontrada em diferentes contextos.

É cada vez mais evidente a ideia de que o continente americano, em especial, a região amazônica possuía quantitativo humano significativo, desde muito antes do século XV, mesmo sem haver registros escritos da quantificação numérica dos ameríndios, mas um amplo conjunto de testemunhos localizados em vasto território na forma de gravuras e pinturas rupestres, utilização de cavidades no cotidiano, sambaquis, mounds, geoglifos, TPA, artefatos e fragmentos cerâmicos ou líticos.

¹ [...] a negociação ilícita de determinados bens culturais, se aproxima do crime de receptação qualificada, enumeração no artigo 180, § 1º do código penal: 'Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime' [...]" (Iphan, 2018).

² Território usado para Milton Santos é "[...] A utilização do território pelo povo cria o espaço [...] O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas, em um dado momento, ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo - inclusive a situação atual - como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas [...]" (Lopes, 2016, p. 117).

A cada passo dado em direção ao continente, a cada inovação metodológica da pesquisa arqueológica e as investigações dos fragmentos de memória individual e coletiva dos indivíduos locais muito se tem descoberto sobre a diversidade social e cultural que está na base da formação amazônica, e é por esse motivo que se faz necessário investigar os vestígios que possam apontar indícios sobre as formas como o Homem amazônico se comportava antes, durante e após a chegada dos invasores europeus.

São essas amostras espalhadas pelo território usado, do solo à vegetação, dos portos aos fortes, que indicarão até que ponto os contatos interétnicos marcados por guerras, casamentos ou relações de aliança demarcaram rupturas e continuidade na história do Homem amazônico formado pelo amalgamento do ameríndio nativo, do europeu invasor e conquistador, e do negro africano, escravizado e introduzido na região para ser mão de obra, sendo todos eles marcados, também, pela diversidade étnica e cultural desde sua terra de origem.

A COLONIZAÇÃO E SEUS AGENTES – SOZINHO O ESTRANGEIRO NÃO VAI A LUGAR ALGUM

Não fosse a extensa rede de trocas mantida pelos povos originários que habitavam no Norte da América do Sul no âmbito do contato dos primeiros europeus com as etnias nativas locais, eles provavelmente teriam desaparecido sem deixar rastros. A chegada dos europeus à foz do rio Amazonas tornou esse espaço um palco de estranhamentos, confrontos e trocas culturais significativas, sendo que o contato atravessou séculos e legou à sociedade atual um conjunto diversificado de saberes, fazeres e expressões culturais que podem ser notados em toda a Amazônia, especialmente na capital paraense.

Os colonizadores holandeses, irlandeses, ingleses, franceses e os ibéricos alcançaram a foz do rio Amazonas e a baía do Guajará, onde atualmente está localizada a cidade de Belém do Pará, a Nordeste da antiga Ilha das Guianas, onde está a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá. Eles percorreram o arquipélago de Marajó, deparando-se com grandes dificuldades geográficas, mas também com a resistência de grupos sociais locais, com os quais mantiveram contatos inicialmente amistosos e, posteriormente, belicosos, nos primeiros anos de contato.

Guzmán e Hulsman (2016) afirmam que

[...] as primeiras viagens de navios holandeses [...] devem ter ocorrido desde o final do século XVI [...] desde 1598 [...] os holandeses seguiram para 'o rio das garças' e encontraram índios com lábio perfurado carregando pedras azuis. [...] (Guzman; Hulsman, 2016, p. 19).

Pesquisas arqueológicas realizadas na região comprovam esse contato, mas demonstram também que a presença de grupos sociais originários era bem anterior a dos europeus e estavam situados em variadas áreas do território usado da foz do Amazonas, em suas áreas continental, insular e zona costeira amazônica.

Relatos dos primeiros navegantes que exploraram o litoral da América Central e do Sul fazem referência também a padrões de assentamentos diversos, associados muitas vezes às realidades europeias, como é o caso da visão de similaridades encontradas na costa da atual Venezuela, como descrito por Américo Vespúcio na expedição de 1499 sob comando de Alonso de Ojeda:

[...] encontramos uma população, isto é, um distrito ou vila, colocada sob as águas, como Veneza, na qual havia cerca de 20 grandes casas, construídas à guisa de sinos, como já se referiu, e firmemente fundadas sobre estacas de madeira, sólidas e fortes, diante de cujos portais se estendiam pontes levadiças por meio das quais se passava de uma casa à outra como se por uma estábilíssima calçada (Vespúcio, 2014, p. 26).

Naquele tempo, e as pesquisas arqueológicas comprovam, a existência de vários grupos sociais autóctones na foz do rio Amazonas, zona costeira e continente amazônico estavam em avançado processo de sedentarização. Porém em nossa análise, vale enfatizar que ocorriam movências curtas e longas na apropriação dos territórios usados, fossem percorrendo os rios, igarapés, furos, baías, lagos, áreas de interflúvios, manguezais, campos, florestas, várzeas, planaltos etc. (Lopes; Fernandes; Silva, 2020), ou estradas e caminhos trilhados pela floresta (Heckenberger, 2005). Essas movimentações potencializaram o conhecimento e reconhecimento cada vez mais preciso do território usado (Lopes, 2016).



Com a movência por rios, caminhos e/ou estradas, esses povos originários foram capazes de identificar e escolher os locais para implantação de suas habitações, geralmente a partir da possibilidade da oferta de alimentos, como frutos selvagens ou de manejo de vegetais e tubérculos, o desenvolvimento da agricultura de subsistência, assim como a pesca, a coleta e a caça, estabelecimento de portos em locais estratégicos por conta da dinâmica das marés da região litorânea ou das enchentes dos rios da Amazônia. Os viajantes se reportavam a esse território da seguinte maneira:

[...] O seu clima é saudável e benigno. As estações do tempo, mui temperadas e sem excesso de calor e frio. As terras são fertilíssimas. É abundante de fontes, lagos e caudalosos rios; de campos abertos e matos espessos; de árvores sempre ornadas de folhas, de portentosa altura e grossura e de preciosas qualidades e cores; de gados e animais silvestres; de aves de rara grandeza e formosura pela variedade e viveza das suas cores. O comércio consiste em cacau, cravo, salsaparrilha, óleo de copaíba, café, açúcar, tabaco, algodão e couros, que passam por trato a Portugal. (Noronha, 1862, p. 22).

As conexões existentes entre áreas diferentes podem ser exemplificadas pelo que ocorreu na Ilha das Guianas – porção insular do Norte da América do Sul, contornada pelo oceano Atlântico, o rio Amazonas, o rio Negro e o Orenoco, ligados pelo canal do Cassiquiare – onde há um conjunto de rios que permitem a comunicação entre o Norte e o Sul da ilha, tendo em áreas elevadas como as da Serra do Acari e do Tumucumaque, por exemplo, importantes centros populacionais, de comércio e de comunicação, dos antepassados dos povos yana³, protegidos por cachoeiras, conectados a um emaranhado de caminhos que ligam as cabeceiras do rio Jari, a Leste, ao rio Branco, no Oeste (Martins, 2013).

Por esses caminhos terrestres e fluviais, historicamente conhecidos pelos povos originários, o colonizador europeu avançou pelo território utilizando-se de acordos comerciais ou à força, levando consigo, em diferentes momentos, ondas civilizatórias que legaram vários problemas para as populações nativas locais, que quase desapareceram das margens da grande ilha, se refugiando nas áreas mais elevadas (Martins, 2010).

Na zona costeira amapaense e do outro lado da foz do rio Amazonas, no litoral paraense e maranhense e nos rios que por lá deságuam, a utilização do território pelos povos originários se deu relacionada intimamente à dinâmica das marés, seus fluxos e contrafluxos, por exemplo, pois para navegar nos furos era necessário que as marés altas estivessem na preamar como acontecia no rio Itapeturu, no Maranhão, no qual os relatos reportam que:

[...] Navios grandes não podem entrar nesse rio, somente barcos e canoas, e podem subir e descer somente com a maré cheia ou maré baixa, porque quando a água desce nela vem com tamanha força que qualquer um pode facilmente perder-se nela [...] (Guzmán; Helsman; 2016, p. 51).

Já para acessar o interior do continente, a dinâmica das águas permitia o acesso de acordo com as enchentes e vazantes dos rios, que variavam, também, com as estações do ano. Nesse sentido, esses

³ Na região Noroeste do estado do Pará, numa área compreendida entre os rios Jari e Nhamundá, habitam várias etnias que desde os anos 1960 começaram a serem conhecidas, no Brasil e no mundo, a partir de etnônimos dados por estrangeiros que avançaram sobre o seu território, desde os primeiros anos da invasão europeia. Os Tiriyó, os Katxuyana, os Wayana e os Aparai, apesar de aceitarem serem chamados assim pelos estrangeiros, entre si, se reconhecem e tratam com designações próprias, respeitando as particularidades locais de cada povo, confluindo na explicação de que os quase 3.000 moradores das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este descendem e pertencem a [...] pelo menos 40 povos ou yanans, diferentes, em sua grande maioria falantes de línguas e dialetos da família linguística Karib, com uma ou outra exceção Tupi e Arawak, sob as seguintes denominações: Ahpama, Ahpamano, Aipipa, Akiyó, Akuriyó, Alakapai, Aparai, Apêrên, Aramayana, Arimisana, Arahassana, Aramaso, Aturai, Inkariyana, Kahyana, Kaiku, Kukuyana, Maraso, Mawayana (Arawak), Murumuruyó, Okomoyana, Opakyana, Osenepohnomo, Patakaiyana, Piayanakoto, Pirêuyana, xiyana, Piropi, Sakêta, Tarêpisana, Tunapeky, Tunayana, Txikiyana, Upuruiyana, Wajäpi do Cuc (Tupi), Wajäpi do Molokopote (Tupi), Waripi, Wayana, Werehpai e Wezamohkoto. (Apitilatxi; Apiwa; Iepé, 2018).

grupos sociais estavam relacionados intimamente com a hidrografia e seus corpos d'água, florestas, solos e animais, conhecendo profundamente seu habitat (Roosevelt, 2019).

A grande quantidade de fauna marinha, coleta, manejo e a caça de mamíferos de pequeno e médio porte, tanto na zona costeira paraense como no continente proporcionou o desenvolvimento de grupos sociais diversos desde os períodos mais recuados até as sociedades do período colonial, convivendo em certos processos históricos, apesar dos hiatos fundamentados ainda pela falta de pesquisa (Lopes, 2016; Roosevelt, 2019).

A consolidação da Coroa portuguesa despertou interesse econômico relacionado à expansão ao Norte do Brasil, evidenciado pelas solicitações de posses de terras por meio de carta de doação ao rei Felipe II para as capitânicas do Maranhão e Grão Pará (APEP-AHU_ACL_CU_009, Cx. 1, D. 97; D. 104; D. 107). A própria Ilha de Marajó foi doada por Dom Afonso VI, em 1665, ao secretário de estado Antônio de Sousa Macedo, sendo reincorporada à Coroa portuguesa em 1754. Era denominada Ilha Grande de Joanes, devido possivelmente à aldeia de Joanes ou Chipucu, localizada na área Leste, na qual habitavam os Sacaca, que foram reduzidos na segunda metade do século XVII pelos padres jesuítas (Lopes, 1999).

Em relação à ocupação da Ilha de Marajó, vale mencionar que Alexandre Rodrigues Ferreira, na obra “Notícias Históricas da Ilha de Joanes ou Marajó” salienta um relato de um índio juioana, que era sargento-mor da Vila de Monforte (1783), no qual afirma que antes da colonização portuguesa, os Juioana habitavam a área central da Ilha de Marajó, nas localidades Laranjeiras, Trigueiras, Três Irmãos e Curuxis, na área de campos, lagos e cabeceiras de rios⁴.

Outros grupos indígenas que constantemente são relatados são os Aruã, habitantes da costa Norte de Marajó e ilhas. Esses grupos realizavam incursões e guerras em várias aldeias do centro e do Leste da Ilha de Marajó. Os Aruã eram aliados dos holandeses e comercializavam com eles, atacando os grupos pacificados pelos portugueses (Lopes, 1999).

Padre Vieira contemporiza que a guerra direta aos Aruã dificultaria a dominação de Marajó, sendo necessário realizar uma aliança a partir de 1653, com as nações da Ilha. Os ataques constantes dos Aruã na costa Leste da ilha, possibilitou a aproximação dos juioana com os portugueses em Belém, sendo enviado um destacamento de soldados que venceram os Aruã. Os militares provavelmente permaneceram em Joanes durante o período da Missão Religiosa e do Diretório, retirando-se à última peça de artilharia, no ano de 1762⁵. Porém, os militares saíram da área somente no final do Diretório, no início do século XIX, pois a situação estratégica de Joanes proporcionava uma constante vigilância da entrada de navios pela baía de Marajó⁶.

Os franceses estabelecidos no Maranhão no início do século XVII efetuaram várias expedições de reconhecimento, sendo que em 1613 uma expedição ao rio Amazonas sob o comando de La Ravardiere foi empreendida para guerrear com os Camarapin, inimigos dos Tupinambá, que moravam em aldeias e habitações aéreas chamadas iuras: “[...] que são casas feitas à imitação dos Ponts aux changes de S. Miguel de Paris, colocadas no cume de grossas árvores plantadas n´água [...]” (D'evreux, 2002, p. 30).

Também há referências de vastos territórios tribais densamente ocupados no alto Amazonas às proximidades da aldeia que os espanhóis chamaram de Louça, devido à grande quantidade de cerâmica policrômica de beleza e qualidade, encontrada no local. Relatos da expedição de Ursua e Aguirre, em 1615, registraram informações sobre a ocupação da região na época do contato:

⁴ É interessante notar que Laranjeiras e Curuxis são atualmente nomes de fazendas nas quais existem sítios arqueológicos da fase Marajoara.

⁵ Arquivo Público do Pará: Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 71 (1752 – 1769), Documento 32 e 33.

⁶ Arquivo Público do Pará: Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 151 (1765), Documento 94; Códice 167 (1766), Documento 159; Códice 202 (1769), Documento 48, 109, 115, 119, 123; Códice 215 (1770), Documento 35; Códice 220 (1770), Documento 16, 34; Códice 224 (1770 – 1773), Documento 09; Códice 268 (1774), Documento 75, 92; Códice 269 (1774), Documento 69; Códice 283 (1775), Documento 19, 49, 60, 64; Códice 288 (1775 – 1776), Documento 34; Códice 285 (1775), Documento 47, 96, 104; Códice 298 (1776), Documento 95; Códice 300 (1776), Documento 18, 54; Códice 328 (1778), Documento 03; Códice 331 (1778), Documento 23, 31, 33.



Atrás deste povoado, a um tiro de balestra da barranca do rio, há uma lagoa ou esteiro grande junto ao qual o povoado vai também se estendendo de maneira a ficar como numa longa e estreita ilha. Altamirano acrescenta que a grande aldeia “de tempos em tempos se alagava quando vinha a enchente do rio que inundava a terra por 200 léguas e mais, para esse tempo tinham outras casas feitas como palafitas sobre as árvores, com todo o necessário para poder viver [...]” (Porro, 1996, p. 90).

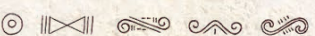
A presença europeia na região amazônica foi constante e estrategicamente voltada para a dominação, pois “Os holandeses e os ingleses precederam os portugueses na conquista do Pará; antes que Castello Branco fundasse Belém já eles possuíam estabelecimentos nas costas de Macapá.” (Vianna, 1919, p. 16). Os franceses e os holandeses atuaram também com feitorias, fortificações e povoados na zona costeira, pertencente aos portugueses, até a foz do rio Amazonas, e como mencionado acima, seguindo pelo Cabo Norte (atual estado do Amapá) margeando a costa atlântica da Ilha das Guianas. Do Maranhão, os franceses foram expulsos, em 1615, por Gerônimo de Albuquerque, enquanto os holandeses promoveram incursões pelas ilhas do arquipélago do Marajó, mas dedicaram mais atenção à costa atlântica da América do Sul e ao Mar do Caribe. Quanto à ocupação da zona litorânea paraense pôde-se observar na narrativa de Noronha do século XVIII, as seguintes informações:

A Vila de Colares está situada numa ilha contígua à costa que vai do Pará para a Ponta da Tijoca, distante da nomeada cidade pela mesma costa nove léguas. O lugar de Porto Salvo está dentro de um canal de pouca largura e distante da Vila de Colares duas léguas e meia pelo rumo de leste. O Lugar de Penha Longa está acima do Lugar de Porto Salvo duas léguas. A Vila da Vigia está sobre a costa, detrás de umas ilhas e longe do Lugar de Porto Salvo duas léguas no rumo do norte, quarta de nordeste. A Vila Nova d’El-Rei está dentro do rio Curuçá, distante da Vila da Vigia pela costa oito léguas pelo rumo de leste. Pelo mesmo dista a Vila de Cintra da Vila Nova d’El-Rei seis léguas, está fundada no rio Maracanã, à parte direita por ele acima, longe da sua barra, que é no oceano, três léguas. A Vila de Bragança, está na margem direita do rio Caeté, subindo por ele três léguas e distante da Vila de Cintra vinte e uma léguas pelo rumo de leste, quarta de sudeste (Noronha, 1862, p. 22).

Tanto franceses como holandeses não desistiram de buscar acesso ao Amazonas, e assim o fizeram incentivando contatos interétnicos com os povos Karibe e Aruak, que habitavam o Planalto das Guianas, mais propriamente as Serra do Acari e do Tumucumaque, onde estavam localizadas as nascentes de importantes tributários do rio Amazonas como o Trombetas, o Erepecuru/Cuminá, o Paru de Leste e o Jari. Até meados do século XX, os povos dessa região mantinham muito mais contato com as nações guianenses do Norte do que com o Estado brasileiro. No caso holandês, a presença da navegação constante na foz do rio Amazonas com o intuito de construir fortificações para assegurar domínio gerou diversos conflitos ao longo do rio Xingu, importante afluente para o controle militar e econômico da região. Segundo o Barão de Marajó,

O Xingú é navegado desde epochas bem remotas; tem sido um dos pontos mais disputados das margens amazônicas, e onde mais se fez brilhar o valor de Pedro Teixeira, pois que em 1625 os holandeses penetraram no Xingú e levantaram uma fortificação artilhada entre os rios Peri e Acarahy, na margem esquerda; e ainda há pouco a comissão que em 1872 foi estudar este rio encontrou na baixa-mar duas peças de artilheria que só a esse forte poderiam ter pertencido. A esta fortificação deram os indígenas o nome de Mariú Assú (cidade grande), o que indica a importancia a que chegára (Marajó, 1895, p.188).

Com a expulsão dos franceses do Maranhão, a conquista foi continuada expandindo-se para a foz do Amazonas e em 1616, Francisco Caldeira de Castelo Branco construiu um pequeno forte em local alto, próximo ao igarapé do Piry. O forte foi denominado Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém, a origem da capital do estado do Pará.



[...] A povoação e o forte de Belém foram atacados pelas forças do chefe Guaimiaba (em língua tupi, cabelo de velha), que pereceu em combate no ano de 1619. Mas tarde danificada, essa primitiva fortificação de Belém foi substituída por outra mais sólida, de taipa de pilão e esta, por sua vez, em 1621, por uma terceira (Guzmán; Hulsman, 2016, p. 30).

A partir de 1616, com a construção do forte, houve uma dificuldade maior ao acesso ao rio Amazonas e os contornos da Ilha de Marajó por embarcações não autorizadas, pois o forte fora construído para evitar a investida dos adversários europeus, mas os portugueses não tiveram vida fácil na sua investida colonizadora, uma vez que encontraram resistência dos povos originários locais que, descontentes com a maneira como eram tratados, promoveram investidas contra os lusitanos (Guzmán; Hulsman, 2016). Entre os combates e acertos com as lideranças indígenas locais, os portugueses conseguiram se fixar e definitivamente se dedicar à construção de uma fortificação mais resistente e adequada para a defesa do território frente às investidas de outras nações europeias e, pelas mãos de indígenas e portugueses, o Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém foi construído e dali se estabeleceu as bases da atual capital do Pará. Ficou claro então que se não fosse pela articulação entre os portugueses e as lideranças indígenas, que por um tempo resistiram, bem como pela participação do próprio indígena, a fundação de Belém poderia ter sido retardada ou sequer teria ocorrido. Dessa maneira, a fundação de Belém e a construção do Forte do Presépio são reflexos da pretensão de contenção e defesa contra as invasões de não lusitanos na região, “Desde 1580, os corsários holandeses frequentavam o mar do Caribe, acompanhando os ingleses. Esses assaltavam navios espanhóis e comerciavam com moradores das colônias espanholas [...]” (Guzmán; Hulsman, 2016, p.18).

Figura 1 - Área externa do Forte do Presépio em Belém do Pará



Otávio Figueira, 2023

Contudo, o forte garantiu a presença portuguesa entre os indígenas locais e a resistência ao efetivo interesse de nações europeias pelo rio Amazonas forçando a atuação dos holandeses, ingleses, franceses e irlandeses para o rio Orinoco, foz e rios interiores da Amazônia, como aponta o texto abaixo referente às viagens de holandeses e ingleses:

O primeiro relato holandês sobre a costa da Guiana, de 1598, provém da viagem feita por Abraham Cabeliau [...] foi direto para a foz do rio Amazonas, fácil de localizar pelo grande fluxo de água doce [...]

Essa viagem de Cabeliau quase coincide com a primeira viagem inglesa no rio Amazonas, realizada por John Ley que havia percorrido a costa da Guiana em 1597 [...] na segunda viagem John Ley [...] subiu o Amazonas em 1598 pelo canal do Norte [...] Ele mencionou os Taparawacur, índios trazendo pedras verdes no lábio inferior. Também descreveu os Arowa que viviam em ambos os lados do Amazonas e nas ilhas, que habitavam em casas muito grandes e tingiam seus corpos e rostos com vermelho, provavelmente de urucum. Eles faziam suas bebidas e pão a partir de uma árvore chamada Anawla, porque tinham pouca mandioca. Era um povo de estatura pequena, mas não eram canibais.” (Guzmán; Hulsman, 2016, p. 20).

Dessa maneira, apesar do estabelecimento dos portugueses em ponto estratégico, a ocupação deles foi se consolidando gradativamente, sendo construídas pequenas fortificações próximas ao Forte do Presépio, como a fortaleza da Barra, o forte de São Pedro Nolasco e o fortim com bateria (peças de artilharia) do sítio Pé-na-Cova (Val-de-Cans).

Figura 2 - Antigo Colégio Jesuíta e Igreja de Santo Alexandre, em Belém, Pará



Marcelo Laredo, 2023

Raiol (1970) explica que o povoamento denominado de Feliz Lusitânia, chamado posteriormente de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, ou Nossa Senhora de Belém do Pará, uma homenagem, segundo Frei Agostinho de Santa Maria, à memória dos “Santos Inocentes que em Belém foram degolados”, numa referência ao massacre promovido pelos colonizadores sobre nativos de todas as idades, entre homens, mulheres e crianças (Guzmán; Hulsman, 2016, p. 67). A ocupação inicial das terras ocorreu de forma lenta, começando pela área mais ao Norte com a abertura de ruas paralelas ao rio. E mais tarde, os avanços para o lado Sul formaram duas freguesias, a Cidade e a Campina, separadas pelas águas do igarapé do Piry, atual doca do Ver-o-Peso.

Outro ponto de apoio para a consolidação dos portugueses na foz do rio Amazonas e no rio Tocantins foi as missões religiosas implantadas nos atuais municípios de Barcarena e Abaetetuba, por exemplo (Lopes, 2012). Foi com o Padre Antônio Vieira em 1652 que a Companhia de Jesus implantou com sucesso o assentamento de missões, com a edificação de casas e igrejas nas capitanias do Maranhão, Pará e Gurupá (Martins, 2006). As missões eram distantes entre si, estando a serviço do colégio, outras ao serviço real e para a repartição. As do serviço do colégio atendiam exclusivamente os missionários; as do serviço real realizavam atividades de caráter público, como salinas e pesqueiros reais; e as de repartição estavam a serviço dos colonizadores (Leite, 1943).

Nesse contexto, os jesuítas iniciaram o trabalho de catequização na região a partir dos atuais municípios de Barcarena e Abaetetuba, onde fundaram a Vila do Conde e de Beja, as missões religiosas que respectivamente foram denominadas de Mortigura e Sumaúma (Lopes, 2012).

A mão de obra indígena era conseguida por meio das viagens das tropas de resgate ou as guerras justas provendo o mercado de cativos. Porém, houve resistência por parte dos povos originários dificultando o acesso à mão de obra que precisava ser sempre renovada, devido às fugas e mortes por epidemias.

Dessa maneira, as fontes documentais reforçam que a presença europeia na região amazônica foi constante e estrategicamente voltada para a dominação. As análises documentais demonstram também que o avanço para o continente via rio Amazonas se interliga com a origem de vilas como a de Gurupá, estritamente relacionada à atuação dos europeus a partir da foz do rio Amazonas. Um dos elementos característicos dessa atuação na região pode ser encontrado nas ruínas do forte de Santo Antônio de Gurupá, existentes até hoje. Segundo Bettendorff (2004):

[...] tem sua fortaleza em riba de uma ribanceira com uma plataforma algum tanto mais abaixo sobre o rio com porto em o rio do Xingu e braço do das Amazonas em que este vem dar, é esta fortaleza de taipa de pilão e pedregulho, uma das mais antigas do Estado. (Bettendorff, 2004, p. 31).

A localização estratégica do referido forte, a Oeste da Ilha de Marajó e à margem direita do rio Amazonas, era essencial para

[...] atacar posições estrangeiras, e evitar fechar o acesso possibilitado pelo canal. Do ponto estratégico de Gurupá, inúmeras expedições destruíram fortes estrangeiros como o de Mandiutuba, Rio Felipe, Torrego, Cumaú e Maricary. (Bettendorff, 2004, p. 28).

Mesmo assim,

O Forte de Santo Antônio de Gurupá não se livrava dos ataques e as embarcações holandesas sequer abandonaram o caminho do vale. Continuaram a manter lucrativos negócios com os índios do Marajó, sem insistir em posições fortificadas. A razão de tanta insistência e procura eram as ‘drogas do sertão’ e uma grande extensão de terra chamada ‘terras pretas’, que recobriam depósitos antigos de conchas calcárias dos chamados uruús. (Bettendorff, 2004, p. 28).

No final do século XVII o forte já se encontrava em ruínas e necessitando de uma reforma. Porém, sua importância estratégica, mesmo após a expulsão dos holandeses permanecia significativa para a manutenção de outros recursos interessantes à Coroa portuguesa.

O Forte de Gurupá, mesmo danificado, continuou sendo um ponto estratégico importante para explorar a mão-de-obra indígena das aldeias do Rio Xingu, como Soure, Porto de Moz, Carrazedo, Almerim, Arraiolles, Espozenda, Outeiro, Arapijô, Caviana e Maturu. O comandante do forte recebia o dízimo da farinha, fiscalizava as plantações de roça, e de Gurupá abastecia os portugueses em Belém e Macapá. (Bettendorff, 2004, p. 33).

Soure, Porto de Moz, Carrazedo, Almerim, Arraiolles, Espozenda, Outeiro, Arapijó, Caviana e Maturu. O comandante do forte recebia o dízimo da farinha, fiscalizava as plantações de roça, e de Gurupá abastecia os portugueses em Belém e Macapá. (Bettendorff, 2004, p.33).

De acordo com as citações acima mencionadas, é possível perceber que já no início da penetração pelos rios da Amazônia os holandeses demonstraram interesse nos recursos naturais existentes na região, nos solos de TPA e nos depósitos de conchas (sambaquis) encontrados às margens dos rios. Muitos sambaquis foram desmontados e utilizados para a produção da cal, utilizada nas construções (fortes, igrejas, prédios públicos, residências, muros de cemitérios, base de mausoléus e túmulos) (Lopes, 2016).

Figura 3 - Escavação arqueológica em perspectiva. Ao fundo, muro construído com rochas, argila, areia e conchas - Cemitério da Soledade (Século XIX), em Belém do Pará



Paulo Canto, 2022

RASTROS DA NATUREZA ANTROPIZADA NAS FUNDAÇÕES E PAREDES DOS FORTES, IGREJAS, RESIDÊNCIAS, MAUSOLÉUS E SEPULTURAS

A importância dos sambaquis para a construção civil e da TPA para a agricultura já era percebida pelos colonizadores, o que permite compreender mais uma nuance da penetração holandesa na região em busca de potencial para a produção agrícola (fumo), exploração extrativista, estabelecimento de povoados e a expansão do comércio. De acordo com pesquisas realizadas por Silva (2018):

[...] no Estado do Pará ocorrem tanto Sambaquis costeiros, a exemplo dos localizados na Região do Salgado, litoral Nordeste do Estado, se estendendo da Baía do Marajó até a Foz do Rio Gurupí, quanto fluviais, situados próximos a rios, como os encontrados no Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, Arquipélago do Marajó [...], além da bacia do rio Guaporé na Amazônia Ocidental [...]. (Silva, 2018, p. 11).

Atualmente, os sambaquis são definidos como

[...] colinas de base geralmente oval, com dimensões e alturas variadas, formadas por amontoados de carapaças de moluscos, restos faunísticos, fragmentos e objetos líticos e cerâmicos, estruturas de habitações (fogueiras e marcas de estacas) e enterramentos. (Silveira, 2005, p. 68).

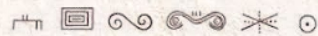
Contudo, pesquisas recentes apontam para outras características como as descritas no sambaqui Porto da Mina, no atual município de Quatipuru, Pará, onde:

O sambaqui Porto da Mina possui dimensões de 3.380 m², com bordas recortadas e reentrâncias suaves, além de áreas com buracos, resultado de intervenções antrópicas e biológicas, as primeiras devido possivelmente à utilização do sambaqui para a fabricação da cal, para a correção de solo para a agricultura, para adubos e para aterramentos de caminhos; e a segunda pelas tocas de animais (bioturbações) (Lopes, 2016, p. 140).

Figura 4 - Perfil arqueológico I, Sambaqui Porto da Mina, Quatipuru, Pará, Brasil



Paulo Canto, 2014



No caso, o solo de terra preta descrita por Bettendorff (2004) ocorreu sua associação a sambaquis, caracterizando o terreno como de melhor produtividade agrícola e mais rápida recuperação. Porém, de acordo com pesquisas recentes sobre terra preta arqueológica, ela pode ser entendida também a partir da “[...] fertilidade destas áreas é observada pelos habitantes das comunidades onde estão inseridas e faz com que elas sejam utilizadas como substrato para a agricultura de subsistência empregando o corte e queima e até mesmo para a monocultura [...]” (Silva, 2018, p.18).

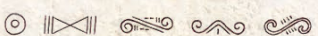
Figura 5 - Perfil de escavação arqueológica com presença de TPA e de sepultamento (Almeirim, Pará, Brasil)



Paulo Canto, 2005

Dessa maneira, é possível inferir que o interesse holandês possivelmente estava ligado ao potencial de fertilidade do solo de terra preta, o que possibilitaria a expansão da agricultura:

As Terras Pretas da Amazônia também são denominadas de Terra Preta Arqueológica ou Antropogênica (TPA) ou Terra Preta de índio (TPI) (KERN et al, 2017) e diferente dos solos comumente encontrados na região, na maioria de baixa fertilidade, são caracterizadas por apresentar fertilidade elevada, contendo conforme Glaser (2007), teores elevados de P, Ca, Mg e matéria orgânica (MO) estável, além de maior atividade biológica, quando comparados aos solos adjacentes, geralmente Latossolos e Argissolos (Silva, 2018, p. 11).



Foi somente a partir da reconstrução dessa fortaleza, ordenada por Carta Régia de 19 de fevereiro de 1691, que Gurupá pôde desenvolver-se como aglomeração urbana. A partir de então, desenvolveu-se ali um aglomerado populacional e surgem também outros empreendimentos como um hospício, também iniciado em 1691 e concluído no ano seguinte. Desse hospício “tomaram carta os frades Capuchos da Província de Nossa Senhora da Piedade” (Bettendorff, 2004, p. 33), após a expulsão dos padres jesuítas em 1692, pois esses religiosos eram considerados menos agressivos e poderosos.

Assim, o estabelecimento de Gurupá como base operacional proporcionou o seu crescimento como vila, permitindo que houvesse um maior convívio entre indígenas e europeus. Esse contato e trocas culturais expressou-se diretamente na crença popular e simbologia dos moradores de Gurupá como resultado da troca de saberes e fazeres entre os povos originários e os europeus.

Sabe-se do estabelecimento de diversas outras fortalezas ao longo dos rios da Amazônia. Ferreira Penna ao se referir à viagem feita em 1872 a lugares já visitados, descreveu que:

[...] como Macapá, Mazagão, rio Maracá, etc. e tive então ocasião de estudar o melhor, de examinar os vestígios d'um antiquíssimo Forte, à margem d'um braço do Maracá e de descobrir, graças a um bom guia, as ruínas da celebre Fortaleza de Cumahú no meio d'uma densa floresta que cresceu-lhe em torno e sobre as suas velhas muralhas (Ferreira Penna, 1874, p. 15).

Fala ainda sobre as ruínas do velho forte do Paru, em Almeirim, “que os franceses em 1690 tomaram de surpresa a guarnição portuguesa, abandonando-o logo, depois de terem saqueado a povoação e a igreja.” (Ferreira Penna, 1874, p. 15).

Roosevelt (1992), em análise expansionista, demonstra que a invasão da Amazônia pelos europeus desarticulou a economia indígena, alterou a densidade populacional, diminuindo a mão de obra que atuava na exploração do solo por meio da agricultura intensiva. Ocorreu possivelmente a expulsão de grupos de ameríndios das áreas com recursos naturais, de manejos vegetais e solos férteis para áreas distantes na floresta, impactando o modo de vida, desarticulando complexos políticos e militar dos nativos, por exemplo, dos Omágua e dos Tapajó.

Em tempos pré-colombianos, os grupos ameríndios da Amazônia, indiretamente ou diretamente, tinham contato entre si dentro do território usado ou com territórios mais afastados, realizando possíveis intercâmbios culturais e trocas de produtos (Roosevelt, 1991a).

As redes de trocas complexas incluem, por exemplo, as “pedras verdes”, que poderiam ser coletadas e transformadas pelos Tapajó em artefatos, sendo trazidas das margens do rio Amazonas até o rio Orenoco, ou até de outros territórios mais afastados, sendo possivelmente de importância comercial para os ameríndios, pois as autoridades políticas da Guiana e do Amazonas controlaram essa rota de troca (Lopes, 1999).

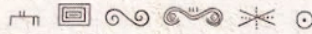
Em relação à circulação de produtos (matérias-primas, armas, cerâmica, sal, indumentárias e outros), Antônio Porro afirma que é complexa e abrangente, levando em consideração a existência de trocas não só entre regiões vizinhas, mas entre áreas ecológicas diferentes entre si.

A importância das trocas foi reconhecida pelos cronistas nas viagens de exploração e reconhecimento do rio Amazonas, essas fontes junto com fontes arqueológicas são importantes para entender a existência de semelhanças, diferenças e diversidade cultural entre os grupos ameríndios, com diversas etnias dispersas da foz até a nascente do rio Amazonas e seus afluentes, onde os grupos possuíam modos de vida particulares (Lopes, 1999).

Com a chegada do europeu, houve a desarticulação e reorganização das trocas interpovos, pois os produtos manufaturados vindos da Europa (machados de ferro, facas, contas, tecidos e outros) irão substituir gradativamente os meios de produção tradicional dos ameríndios (Porro, 1987).

O avanço territorial levado a termo pelos missionários, colonos e militares irá fragmentar as rotas de trocas dos ameríndios, bem como implantar um novo sistema de exploração em função de necessidades da expansão europeia, inclusive no rio Tapajós e na atual cidade de Santarém, no Pará (Lopes, 1999).

Ao iniciar o século XVII, o conhecimento a respeito do rio Amazonas, o crescimento do volume de transações comerciais e os assentamentos estrangeiros já eram fato e os portugueses passaram a reivindicar o território.



ARQUEOLOGIA E OS ESPAÇOS MUSEALIZADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

O Centro Histórico de Belém (CHB) está intimamente relacionado a dois bairros que impulsionaram a colonização portuguesa local e regional: Cidade Velha e Campina. Neles ainda podem ser observados bens imóveis que marcaram a história social e a ocupação territorial da cidade (fortificação, igrejas, palácios, praças, mercados, residências, cemitérios, ruas e afins) dos períodos colonial, imperial e republicano na região amazônica.

A cidade de Belém, sofreu diferentes processos de urbanização, modernização e padrões de organização do espaço geográfico⁸, que embora tenham soterrado espaços de vivência indígena mantêm elementos dessa paisagem cultural atrelada à contemporaneidade.

A abertura de ruas em Belém como a atual 13 de maio, por exemplo, remonta ao período colonial, quando era denominada de rua do Paixão, associada ao processo histórico envolvendo colonizadores, religiosos e os primeiros habitantes da região, quando Belém se chamava Mairi (Neves, 2022) pelos Tupinambá. Antes da chegada dos colonizadores europeus, Mairi fazia parte de uma extensa rede de relacionamentos comerciais e culturais que existia na Amazônia, atravessando rios, igarapés e caminhos sob as árvores espalhados pela várzea e terra firme, fazendo desta península alagada, formada entre o rio Guamá e a baía do Guajará, um território indígena bastante conhecido do rio Negro e seus afluentes, na Amazônia Central, até o litoral atlântico guianense.

A rua do Paixão começou a ser aberta logo após as resistências nativas, lideradas pelo cacique Gaimiaba (Stradelli, 1929), terem cessado na região, e os portugueses terem iniciado a instalação de um sistema de ruas e travessas sobre a terra de Mairi, a partir dos anos 1630. Na época, novas ruas começaram a serem abertas sobre uma área de campina, que ficava ao longo da margem da baía do Guajará, sendo instaladas casas e capelas das ordens religiosas chamadas para atuarem na catequização dos povos indígenas locais.

O avanço das ordens religiosas sobre o território indígena contribuiu com a implantação da dinâmica da territorialidade colonial sobre o território tupinambá, já que muitas ruas foram abertas para servir de acesso desses religiosos ao largo da igreja matriz, próximo ao Forte. Os conventos erguidos pelos religiosos naquela época possibilitaram a expansão do núcleo urbano da cidade (Meira Filho, 1976), ultrapassando o bairro Cidade, que ficava delimitado para Leste pelo igarapé do Piry; ao Norte, pela baía do Guajará, a Oeste pelo rio Guamá, e ao Sul, pelo alagadiço do Piry de Jussara⁹.

Até meados do século XVII já haviam sido abertas em Belém a rua do Norte (atual Siqueira Mendes), a rua do Espírito Santo (atual Doutor Assis), a rua dos Cavaleiros (atual Dr. Malcher), e a rua de São João (atual João Diogo), que seguiram paralelamente ao rio Guamá, alcançando o terreno ocupado pelos carmelitas. As ruas do Aijube e da Alfama eram paralelas ao terreno dos religiosos, mas seguiam como as outras no sentido Sul-Norte. Por sua vez, as travessas da Residência, da Atalaya (atual Joaquim Távora), da D'Água das Flores, da Barroca e dos Ferreiros, que partiam das margens do rio Guamá, foram abertas no sentido Leste-Oeste, recortando o bairro da Cidade (Cruz, 1970).

A empresa colonial atravessou o igarapé do Piry seguindo a rota traçada pelos frades margeando a baía do Guajará, onde foram construídos os conventos dos frades franciscanos (1626) e dos mercedários (1640).

A cidade cresceu no início do século XVIII e o bairro da Campina estabeleceu-se como a nova periferia, crescendo no sentido Norte e Nordeste da margem do igarapé do Piry subindo até a travessa dos Mirandas, atual avenida Presidente Vargas. As ruas Boa Vista ou da Praia (atual 15 de novembro), a rua da Cadeia (atual João Alfredo) e a rua do Paixão (atual 13 de maio) foram abertas, nesse mesmo sentido, enquanto as travessas do Pelourinho (atual 7 de setembro), São Matheus (atual Padre Eutíquio), do Pacinho (atual Campos Sales), das Mercês (atual Frutuoso Guimarães), do Rosário e das Gaivotas (atual 1º de Março) foram abertas perpendicularmente à prainha que existia na beira do rio (Meira Filho, 1976).

O controle sobre as principais áreas alagadiças aumentou na segunda metade do século XVIII e a cidade cresceu, persistindo, porém, os problemas relativos às áreas pantanosas e infraestrutura, especialmente durante o período das fortes chuvas, como testemunhou Alexandre Rodrigues Ferreira, no início dos anos 1780, quando passou por Belém.

O alagadiço do Piry começou a ser dessecado a partir de 1779 e esse processo possibilitou a ampliação do espaço urbano belenense numa área mais próxima do antigo Largo da Matriz, permitindo a construção do Palácio dos Governadores (atual Palácio Lauro Sodré) e do Largo do Palácio (atual praça Felipe Patroni), iniciando o aterramento do igarapé do Piry que separava os bairros da Cidade e da Campina.

Com a segunda parte da obra realizada em 1803, o igarapé desapareceu, na medida em que obras de melhoramento do Ver-o-Peso foram realizadas, chegando à Estrada de São José (atual 16 de novembro), que fora aberta, alcançando a Estrada das Mongubeiras (atual avenida Almirante Tamandaré), que canalizou o braço de rio de desagüe do Piry, trazendo benefícios para a área que compreende hoje do Arsenal da Marinha até a Igreja da Santíssima Trindade. Os melhoramentos seguiram para a ladeira que subia até o encontro da travessa dos Mirandas com o Caminho do Utinga (atual Avenida Nazaré) e a rua do Cemitério (antiga São Vicente de Fora, atual Serzedelo Correia) (Cruz, 1970).

Conforme Moreira (1966), a travessa dos Miranda subia mata adentro até o antigo Armazém da Pólvora (posteriormente, Largo da Pólvora, que originaria a Praça da República), além de conduzir, quem fosse direto, percorrendo a antiga Rua do Cemitério, a um terreno elevado onde foi instalado o Cemitério da Soledade em 1850.

A Estrada de São José, por fim, foi aberta no contexto desse movimento de interiorização avançando sobre áreas recém-aterradas do alagadiço do Piry, em direção ao então hospício de São José, criado pelos frades capuchos da Piedade, em 1706, num local onde já havia existido um igarapé conhecido como “comédia dos peixes-bois”, que posteriormente se tornou um presídio e atualmente é o Museu de Gemas e o Polo Joalheiro (Moreira, 1966; Matos, 2014).

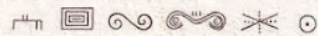
Após esse período, gradativamente, foram surgindo na parte Sul da cidade vários sítios e rocinhas pertencentes às famílias que estavam enriquecendo com produtos comercializados no Porto de Belém, as quais optaram, com o tempo, por mudar da agitação do bairro da Campina para área mais distante, que apresentava terreno elevado, espaços arborizados e que dispunha de boa água, cujas nascentes eram citadas dos anúncios dos jornais da época como elementos de valorização do terreno que se pretendia vender (Cruz, 1970).

A valorização dessa parte de Belém, que havia atraído uma parcela das famílias endinheiradas, fez com que as pessoas que haviam chegado pioneiramente por lá, fossem levadas para áreas menos valorizadas e alagadiças, dando início a novas áreas periféricas, como o bairro da Pedreira. O bairro de Batista Campos e o de Nazaré surgiram para atender parte dos comerciantes que haviam enriquecido com a venda da borracha, no final do século XIX, e que procuravam melhores espaços para morar, instalam-se na área, as rocinhas (Cruz, 1970), no prolongamento da antiga rua do Cemitério com a estrada do Utinga, que levava até o engenho Murutucu, num traçado que identifica, atualmente, as avenidas Nazaré, Magalhães Barata e o início da Almirante Barroso.

O bairro da Campina, por fim, que inicialmente era concebido como área periférica se transformou num território de intensa atividade econômica, expressão religiosa e efervescência cultural, aumentando sua importância para a cidade conforme obras de urbanização abrangeram suas ruas e travessas.

⁸ Carlos Walter Gonçalves explica que os padrões de organização do espaço geográfico, como rio-várzea- floresta e estrada-terra firme-subsolo, fazem parte da formação socio geográfica do mundo moderno, o que em séculos de colonização do espaço amazônico e brasileiro foram materializados a partir das alternativas fluviais presentes no ambiente natural e pela infraestrutura construída pelo Estado, as quais integraram regiões extensas e distantes do litoral atlântico brasileiro. (Porto-Gonçalves, 2001).

⁹ Em 1779, o alagadiço possuía 1.320 metros de largura por 660 metros de comprimento.



AS INTERVENÇÕES RESTAURATIVAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA E A IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES MUSEAIS

O final do século XX traz uma mudança de cenário na gênese de Belém com as intervenções restaurativas do seu patrimônio histórico pelo Governo do Estado do Pará por intermédio da Secult, com a execução do projeto Feliz Lusitânia.

O projeto Feliz Lusitânia foi concebido essencialmente para requalificar a área do núcleo urbano de origem da cidade de Belém, dando a esse espaço novos usos e relações com diversos grupos sociais. Dessa maneira, a partir do final da década de 1990, iniciou-se o projeto governamental de intervenções restaurativas, arqueologia e requalificação de edificações situadas próximas à Praça Frei Caetano Brandão.

Atento a esses importantes testemunhos presentes na cidade e a sua necessária preservação, o planejamento de requalificação do CHB levou a elaboração de um projeto arqueológico em 1993, estimulado pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) – atual Iphan. O projeto de Arqueologia que foi vinculado ao projeto Feliz Lusitânia iniciou a requalificação urbanística do centro histórico, por meio de intervenções restaurativas para a preservação e utilização do patrimônio edificado (Forte do Castelo, Igreja de Santo Alexandre, Palácio Episcopal – antigo Colégio dos Jesuítas e o Depósito de Suprimentos do Exército (DESUP), antigo Hospital Militar, atualmente Casa das Onze Janelas), todas as edificações são do período colonial amazônico, sendo musealizadas e abertas para visitação e uso.

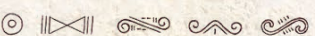
Após as etapas de intervenções restaurativas, surgiram então os espaços musealizados, a partir de 1998, com a implantação do Museu de Arte Sacra do Pará, Museu do Forte do Presépio e o Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, os quais estão atualmente vinculados ao Simm/Secult, instituído no mesmo ano com a criação da Diretoria de Museus da Secult-PA por meio da Lei n. 6.104, de 14 de janeiro de 1998 (Marques, 2010).

O processo de musealização se deu ao fim de quatro etapas de intervenções restaurativas no núcleo Feliz Lusitânia: a) Igreja de Santo Alexandre e Palácio Episcopal, onde funciona o Museu de Arte Sacra; b) as construções da rua Padre Champagnat, na lateral da Igreja de Santo Alexandre, onde funcionou o Museu da Imagem e do Som e agora funciona o Museu do C rio; c) o Forte do Presépio envolvendo duas áreas, o sítio arqueológico da fundação da cidade e o Museu do Forte do Presépio; d) o Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, localizado ao lado do Forte, antiga residência, transformada em um hospital e posteriormente em um depósito de suprimentos do Exército brasileiro.

Esses espaços musealizados apresentam exposições de longa e curta duração de acordo com suas características. São acervos sob a guarda da Secult e de outras instituições paraenses, por meio de concessão de guarda, doação e projetos arqueológicos e comodatos.

O acervo do Museu de Arte Sacra é composto por imaginárias dos séculos XVIII e XIX, objetos litúrgicos, prataria, telas, além de acervo arqueológico, com aproximadamente 350 objetos expostos. No Museu do Forte expõem-se acervo arqueológico de cerâmica Marajoara e Santarém (Tapajônica), além de artefatos procedentes do sítio arqueológico (Forte do Castelo). A Casa das Onze Janelas apresenta mostra de longa duração de acervo de arte contemporânea. O Museu do C rio possui acervo representativo da religiosidade em torno do C rio de Nazaré, suas coleções de ex-votos, mantos, fragmentos de cordas utilizadas nas procissões, além de imagens e artefatos de miriti, formam uma exposição de longa duração. O Museu do Estado do Pará (MEP) e o Museu de Gemas do Pará fazem parte do Simm/Secult, porém estão afastados geograficamente do núcleo Feliz Lusitânia.

Nesse sentido, o MEP foi criado em 1981 pela Lei n. 4.953, e iniciou suas atividades em 1986 no 4  pavimento do Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR). Em 1994 passou a funcionar no Palácio Lauro Sodré, antiga sede do governo estadual e, anteriormente, residência dos capitães-generais, presidentes da província e governadores.



Em 2004, por meio do decreto n. 1434, o MEP passou a compor o Simm/Secult. O MEP expõe acervo composto de coleções pictóricas, mobiliário, prataria, lustres e objetos decorativos. Nele estão instaladas as reservas técnicas que guardam acervos diversificados, dentre elas uma reserva técnica de Arqueologia.

O Museu de Gemas do Pará, juntamente com o Museu do Forte do Presépio e Espaço Cultural Casa das 11 Janelas, foi instituído pela Lei 6.552, de 27 de junho de 2003. O Museu de Gemas está equipado no Espaço Cultural São José Liberto, no prédio onde funcionou o presídio São José até meados da década de 1990. A destinação original do edifício, construído em 1749, era o convento franciscano, uso que teve por menos de dez anos.

Após ser restaurado pelo Governo do Estado, o edifício recebeu o Museu de Gemas e o Polo Joalheiro. O museu enfoca a história de grupos sociais da Amazônia e a história da exploração mineral no Norte do país, possuindo exposição de minerais e joias, além de artefatos arqueológicos do acervo sob a guarda da Secult, por meio do Simm/Secult (Maarques, 2006).

A instalação dos espaços culturais musealizados Palácio Lauro Sodré, Palácio Episcopal, Igreja de Santo Alexandre, Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Museu do C rio, Museu de Imagem e Som e Museu de Gemas ressignificaram o cenário urbano cultural de Belém do Pará e seu centro histórico, valorizando a memória social e dotando a cidade de novos locais de lazer e cultura, proporcionando novos olhares e interação com o patrimônio histórico paraense (Marques 2005).

Nesse contexto, os aspectos urbanos remanescentes dos períodos coloniais, imperiais e republicanos do CHB estão intimamente relacionados com esses processos de colonização europeia na Amazônia, caracterizada nos estilos de construções, traçados das ruas, costumes e modos de vida que formaram o patrimônio histórico e cultural paraense.

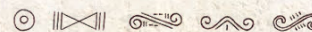
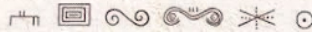
A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS SOB A GUARDA DO SIMM/SECULT

A Foz do Amazonas – Ilha de Marajó

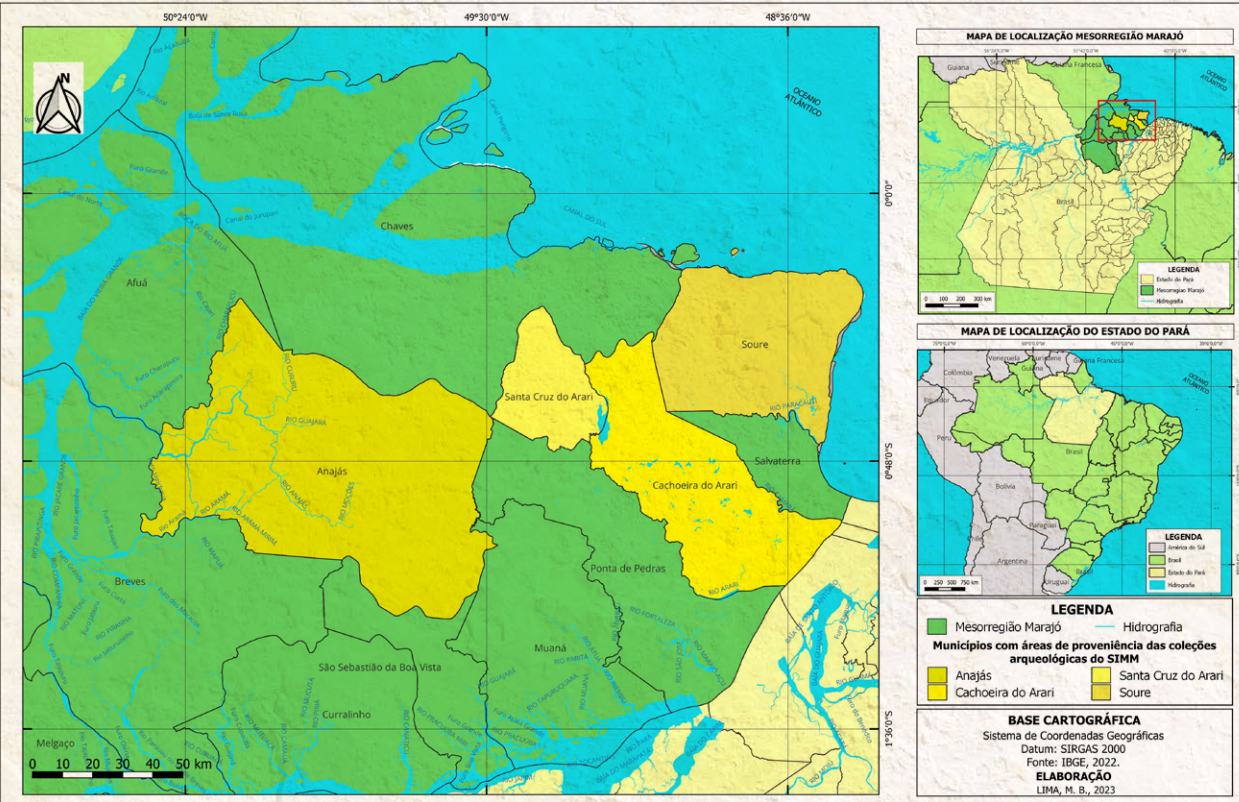
A ilha apresenta em sua paisagem fisiográfica duas unidades morfoesculturais marcantes: o Planalto Rebaixado da Amazônia e a Planície Amazônica. O planalto é sustentado pelas rochas sedimentares da Formação Barreiras e sedimentos Pós-Barreiras cuja g nese é explicada pelas mudanças climáticas e movimentac  es tect nicas registradas do Mioceno ao Pleistoceno. Sob as condições climáticas atuais, as unidades morfológicas associadas ao planalto, como os tabuleiros, baixo-platô e colinas sofrem intensas alterações apresentando aplainamento de suas formas.

Na porção meridional da Ilha de Marajó destacam-se planaltos tabulares, tabuleiros e baixo-platô, com 20m a 30m, que sofrem erosão em função da atuação climática e da hidrodinâmica regional. Na parte Oeste, setentrional e bordejando as unidades de relevo mais elevadas estão as áreas de acumulação holocênicas cujos sedimentos são formados por cascalho, areia, silte e argila, são planícies de diversas características: fluvial, lacustre, fluvialacustre.

Marajó prov m do termo tupi *mbar -y * (anteparo do mar). A ilha possui aproximadamente 142 milhas Leste-Oeste (equivalente a 227 km) e 86 milhas Norte-Sul (similar a 137 km) (Moraes, 1936). Na Ilha de Marajó foram localizados sócios arqueológicos diversos (sambaquis, *mounds* e TPA) que caracterizaram o modo de vida de grupos sociais e sociedades complexas que se desenvolveram na ilha por mil nios, responsáveis pela transformação do território usado (manejo vegetal, construções diversas, elaboração de diversidade de utensílios para uso cotidiano e simbólico).



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ANAJÁS, CACHOEIRA DO ARARI, SANTA CRUZ DO ARARI E SOURE
ÁREAS DE PROVENIÊNCIA DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO SIMM



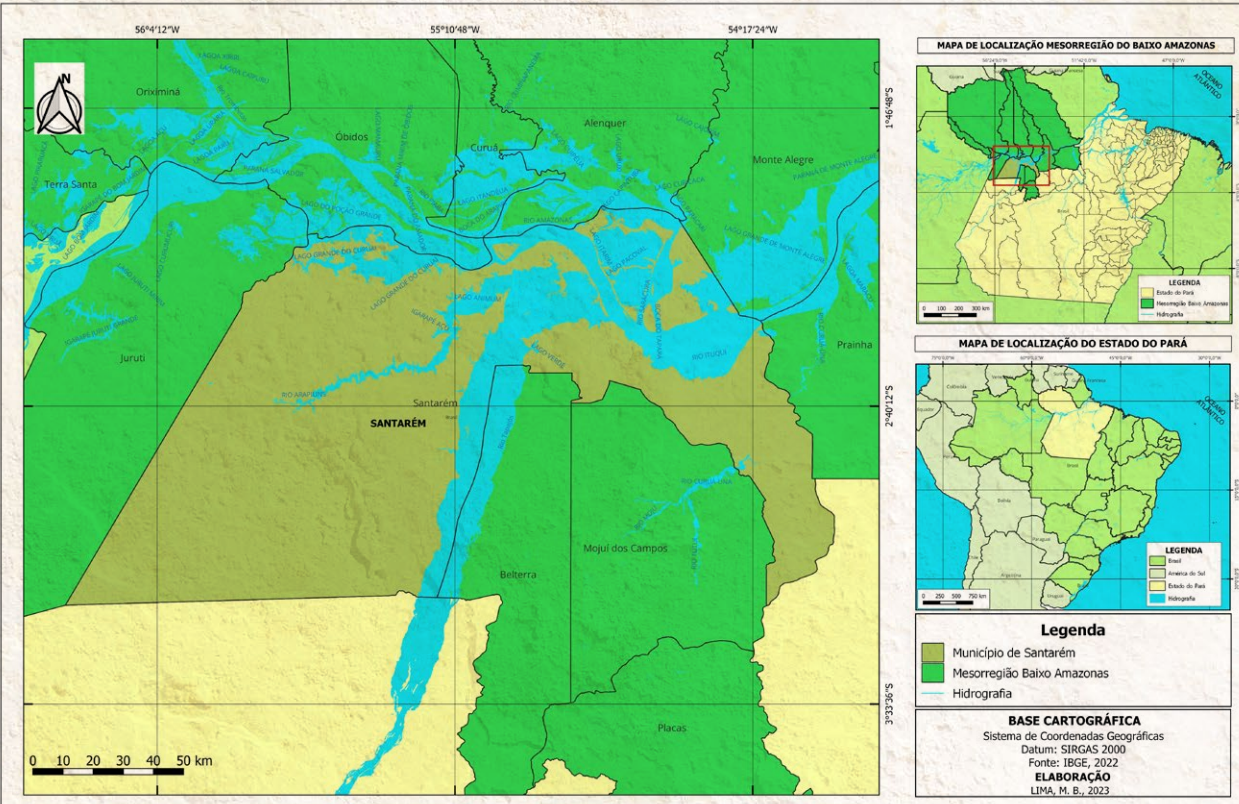
Baixo Amazonas – Santarém

Nesta área predominam três unidades morfoesculturais na paisagem: Planalto Rebaixado da Amazônia (Médio Amazonas), Planalto Tapajós-Xingu e Planície Amazônica.

A primeira unidade morfoescultural está situada a Leste, com o Planalto Tapajós-Xingu próximo ao rio Tapajós; ao Norte existe a Planície Amazônica; no Sul da sinéclise do Amazonas localiza-se Santarém e Alter do Chão. Sua estrutura geológica é formada pela Formação Barreiras do período terciário, apresentando as unidades de relevo como tabuleiros, baixo-platô, patamares e colinas que enfrentam processos erosivos devido as condições climáticas úmidas.

O Planalto Tapajós-Xingu limita-se ao Norte com a Planície Amazônica; ao Sul com o Planalto Rebaixado da Amazônia (Médio Amazonas); e a Oeste é cortado pelo rio Tapajós. Nessa unidade há relevos em patamares, tabuleiros, colinas e terraços, sendo sustentados por diversas rochas sedimentares compostas pela Formação Barreiras, cuja gênese ocorreu ao longo do tempo geológico do fanerozoico-mesozoico-cenozoico.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM
ÁREA DE PROVENIÊNCIA DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO SIMM



CONVERSA



02

Paulo Roberto do Canto Lopes
Raul Ivan Campos
Tatiana de Lima Pedrosa Santos
Karina Moyira
Marcelo Nonato Gomes Laredo
Otávio Vinhote Figueira

02 | CURADORIA E GESTÃO DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS

INTRODUÇÃO

A gestão do patrimônio cultural¹ arqueológico está comprometida com a preservação², conservação³, pesquisa, educação, acessibilidade e divulgação do conhecimento relacionada à Reserva Técnica de Arqueologia do MEP e aos demais espaços musealizados do Simm/Secult com acervos arqueológicos. Essa gestão visa a integração dos trabalhos do campo de pesquisa arqueológica do Simm/Secult com diferentes instituições de proteção do patrimônio cultural brasileiro, seja de pesquisa quanto de educação e mesmo a iniciativa privada.

Figura 1 - Gestão do patrimônio arqueológico do Cemitério da Soledade, Belém, Pará, Brasil



Renata Maia, 2023

¹ A Constituição Brasileira de 1988, define o que é patrimônio cultural do Brasil no seu artigo 216: “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I.** as formas de expressão;
- II.** os modos de criar, fazer e viver;
- III.** as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV.** as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V.** os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

² “[...] ‘preservação’ é pra-e-servare, que vem a ser a ação de proteger qualquer um, qualquer coisa, colocando-o ao abrigo de um mal. Pra é, assim, um prefixo ampliador e significa ‘para alguém ou alguma coisa’, em direção a lançar-se à frente. Exprime antecedência, antecipação, precaução, intensidade, predominância, prefulguração. Disso se pode inferir um aspecto de movimento em direção a uma ação que se faz com intensidade para alguém ou alguma coisa, portanto, tem um objetivo mais amplo em direção ao humano, à transmissão, à formação dos indivíduos.” (Costa, 2008, p.122).

³ “[...] conservatio-onis é a raiz latina de ‘conservação’ e significa a ação de manter algo em bom estado ou no mesmo estado, isto é, uma ação que se encerra em si mesma, que é material e é feita sem considerar o aspecto humano. É uma ação que se cristaliza no ato ou efeito de conservar [...]” (Costa, 2008, p.122).

Figura 2 - Participação de discentes na curadoria de materiais arqueológicos, Belém, Pará, Brasil



Renata Maia, 2023

E nesses “entremeios”, as coleções se avolumam de tal forma que não acompanham os processos burocratizados pelos arqueólogos e sua relação com o devir do presente. Assim se faz premente começarmos um movimento em que possamos pensar e acionar atividades que possam ampliar não só a curadoria da cultura material, como também sua gestão em um movimento amplo e que o objeto final seja estabelecer o “ato de comunicar” esses objetos e seus entornos.

Ou seja, precisamos voltar a ressoar a cultura material trabalhada para que esta se torne reflexo e reflexão de identidades e crie ressonância (Gonçalves, 2005) não só nas esferas acadêmicas, mas que amplie sua voz para diferentes públicos e de forma a ser vista em diferentes pontos do estado.

Nesse contexto, torna-se necessário que as políticas públicas sejam instigadas e sensibilizadas para a necessidade de ampliação, reestruturação e/ou construção de espaço físico para a guarda dos acervos arqueológicos provenientes de municípios do estado do Pará, bem como de intervenções restaurativas, restauração, reorganização e/ou reestruturação dos espaços expositivos com suas respectivas exposições, relacionadas aos acervos arqueológicos, fomentando a qualificação de pessoas, qualidade e atualização dos equipamentos, com o intuito de dar respostas socioculturais diversas e inclusivas (Menezes, 2007a).

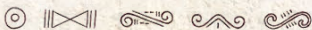
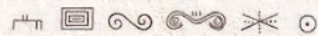


Figura 3 - Reserva Técnica de Arqueologia, Museu do Estado do Pará, Belém, Pará, Brasil



Renata Maia, 2023

As diretrizes do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais seguem as determinações constitucionais brasileiras, além de normativas e portarias definidas pelo Iphan. Dessa maneira, o processo da pesquisa de campo e de laboratório referente ao patrimônio arqueológico paraense deverá ser atribuição somente de arqueólogos ou profissionais devidamente treinados e qualificados para esse tipo de pesquisa, para que não ocorra destruição de patrimônio arqueológico, e autorizados ou permitidos pelo Iphan.

Além disso, é importante evitar aquisições que envolvam compra (comercialização) de acervos arqueológicos como pontuado no seguinte destaque:

[...] Até hoje, apesar da existência de legislação específica, a destruição de sítios e o tráfico de bens arqueológicos não é punido, e o enriquecimento que provocam serve como estímulo para a continuidade dessas práticas. (Schaan, 2007, p.110).

Exemplo desse tráfico de bens arqueológicos é citado por Campos (2008): um morador de Vila Maracá, Amapá, cooptado por um brasileiro e nove estrangeiros para fazer o saque e a pilhagem de um sítio arqueológico da cultura Maracá, localizado em gruta próximo ao rio Igarapé do Lago, no Sul do estado.

Dessa maneira, a pesquisa aqui descrita busca contribuir para a sensibilização quanto à proteção e divulgação do patrimônio arqueológico, atendendo às boas práticas profissionais para a melhoria no acondicionamento, registro, pesquisa, conservação, preservação, restauração e exposição dos acervos adquiridos no passado indevidamente por meio de compra⁴, mas também os devidamente recuperados por doação e os coletados e acondicionados pelas pesquisas arqueológicas (Meneses, 2007a).

⁴ “No Estado do Pará, a pilhagem a sítios das culturas marajoara (400-1300 d. C) e tapajônica (900-1600 d. C) tem uma longa história. Na ilha de Marajó, com a crise da pecuária a partir da década de 1960, intensificou-se ainda mais a retirada de material arqueológico dos sítios, alguns dos quais foram reduzidos a amontoados de cacos. [...]” (Schaan, 2007, p.118).

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: GUARDA, EXPOSIÇÃO E EXTROVERSÃO

As pesquisas arqueológicas e museológicas, cada vez mais sensíveis com os atores sociais e/ou visitantes, buscam viabilizar a produção e divulgação de conhecimento atendendo de maneira mais eficiente aos anseios desses sujeitos, sempre enfatizando a necessidade da busca da preservação e pesquisa dos sítios arqueológicos e a conservação dos acervos dessa natureza, o mais eficiente possível, com ênfase no respeito aos processos de conservação e restauro, para melhor planejamento de exposições mais informativas, reflexivas, colaborativas e interativas (Tagle, 2007). Asseveramos a importância da materialidade desses bens, sem dissociá-los das suas características culturais e simbólicas, compreendendo que materialidade e imaterialidade são indissolúveis (Tostes, 2007).

Figura 4 - Registro, medição e pesagem do acervo arqueológico em exposição no Museu do Forte do Presépio, Belém, Pará, Brasil



Paulo do Canto, 2023

Portanto, a preservação do patrimônio cultural material é um reflexo da própria transformação pela qual tem passado nossa sociedade frente aos avanços teóricos, metodológicos e tecnológicos, cuja preservação vincula-se ao processo de gestão contínua que preserva, identifica, separa, analisa, conserva, restaura, expõe e divulga os acervos (Granato, 2007).

Preservação – é o processo de tomada de consciência do valor de um bem cultural. Implica observação, sensibilização, critérios de escolha, análise e decisão.
Conservação – é o conjunto de procedimentos técnicos adotados para garantir a integridade física do objeto/documento o mais próximo possível do estado original, no maior espaço de tempo possível.
Restauração – é o conjunto de procedimentos técnico-científicos usados para recuperar objetos/documentos danificados por razões diversas. (Costa, 2008, p.123).

O processo de preservação do patrimônio cultural arqueológico paraense na Reserva Técnica de Arqueologia do M&EP e nos espaços musealizados gerenciados pelo Simm/Secult está sendo efetivado gradativamente por meio do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, que inclui projeto de pesquisa e grupo de trabalho buscando o caráter colaborativo entre secretarias de cultura, turismo, educação e meio ambiente dos municípios paraenses, além de discentes e docentes de áreas afins, profissionais de museus⁵ e da Secult-PA, por meio do Simm/Secult. Entende-se que o patrimônio cultural material dos grupos sociais originários ou do período colonial, imperial e republicano do Pará, do qual o Simm/Secult é o guardião, são bens fundamentais para a constituição e solidificação de identidades coletivas (Benchetrit, 2008).

[...] é mostrar que o patrimônio cultural preenche um papel importante no desenvolvimento social. E que esse desenvolvimento deve visar eliminar, ou reduzir, os desequilíbrios entre os territórios culturais e entre os membros de uma comunidade por meio da valorização do aspecto humano na análise dos problemas sociais e econômicos. E quando se trata de aspecto humano, há a consciência de que se deve ir muito mais longe do que a simples noção de pertencimento [...] todo ser humano deve ser alvo do desenvolvimento, e não apenas o instrumento do crescimento econômico, tecnológico e social em proveito de uma parte privilegiada da sociedade. Entretanto, ao fazer a distinção entre 'social' e 'econômico', apesar do fato de que essas duas realidades não podem ser analisadas separadamente, é justamente para destacar uma maneira de analisar [...] (Costa, 2008, p.127).

Esses bens arqueológicos variados, fruto do trabalho, das trocas culturais, da industrialização etc. também transmitem os processos frequentes da constituição e reconstituição das identidades dos grupos sociais que os manufaturaram, reutilizaram, destruíram e os resguardaram (Campos; Solorzano, 2007).

Figura 5 - Sala expositiva do Museu do Forte do Presépio, Belém, Pará, Brasil



Otávio Figueira, 2022

⁵ “Museologia é uma ciência independente, que se ocupa da ‘musealização’. ‘Musealização’ é a relação quantitativa do humano com a realidade. Essa relação existe desde o período pré-histórico até os dias de hoje. Os humanos tentam entender o mundo intermediando as coisas, que são selecionadas do universo, protegidas de degradação e usadas. Devemos distinguir duas abordagens básicas: - Museologia: abordagens teóricas, trabalho e pesquisa com coleções, documentação do tempo presente etc. - Museografia: soma de métodos e práticas que são usados em museus (aulas de apresentação, preservação básica, trabalho com visitantes etc.)” (Dolak, 2008, p. 224).

Assim, as pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural material, mais especificamente o arqueológico, buscam analisar o conhecimento individual e coletivo em busca da constituição das identidades. Os arqueólogos realizam suas interpretações a partir da análise de artefatos, das disposições espaciais, contextuais, além das relações entre os sítios arqueológicos e o território usado ou paisagem (Santos, 1978). Compreende-se ainda que na pesquisa arqueológica não deve existir níveis de importância entre os vestígios arqueológicos, pois todos são relevantes na análise e na produção de conhecimento (Gaspar et al., s.d.).

A RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU DO ESTADO DO PARÁ E OS BENS ARQUEOLÓGICOS: UM DIAGNÓSTICO IMPRESCINDÍVEL

O diagnóstico aqui descrito foi realizado na atual Reserva Técnica de Arqueologia do Simm/Secult implantada no antigo Palácio dos Governadores, atualmente Museu do Estado do Pará, localizado no CHB, no bairro da Cidade Velha, sendo tombado, individualmente, na década de 1970 pelo Iphan e protegido pela Lei Municipal n. 7.709/94. A Reserva Técnica de Arqueologia, apesar de estar em local adequado, necessita de uma espacialidade com maior amplitude, dinâmica e modernização para melhor atender a salvaguarda do patrimônio arqueológico paraense, em conformidade com o amparo legal definido pelo Iphan. Atualmente, o espaço da Reserva Técnica de Arqueologia encontra-se em condições espacialmente restritas para o recebimento de materiais arqueológicos futuros, haja vista a crescente demanda para a aquisição de novos acervos arqueológicos, por meio do desenvolvimento de pesquisas arqueológicas (acadêmicas e de contrato) no estado do Pará. Dessa maneira, é imprescindível a ampliação e/ou reestruturação do espaço já existente (respeitando as linhas arquitetônicas do prédio histórico tombado), ou ainda a construção de um novo espaço para reserva técnica de arqueologia para o estado do Pará, visando preparar espaço para a guarda do acervo arqueológico já acondicionado, e dos que porventura forem adquiridos, com mais eficiência. A crescente demanda estimulou a reavaliação do dimensionamento do espaço já existente e a percepção de sua atual limitação para a necessidade da permanente atualização das coleções, da carência de quadros técnicos e de pesquisadores qualificados para atuarem no M&EP. Ocorreu, assim, a necessidade de propor a readaptação do espaço da atual Reserva Técnica de Arqueologia para receber uma maior quantidade de acervos. As condições de guarda desses acervos arqueológicos estão adequadas ao acondicionamento e armazenamento (acervos em sacos plásticos de polietileno, em bandejas e contêineres de polietileno, em armários com gavetas e estantes com prateleiras), em local seguro, monitorados por câmeras de segurança, duas portas de emergência sempre fechadas, mas de fácil acesso, espaço limpo e organizado, porém necessitando de mais espaços devido à diversidade e quantidade crescente de novos acervos. Projetam-se ajustes para a ampliação da área da Reserva Técnica de Arqueologia, dos laboratórios com área limpa e suja, aquisição de novos equipamentos para análise e para controle de umidade e temperatura. Assim, é imprescindível a ampliação e/ou readequação do espaço existente ou construção de novo local para o acondicionamento dos acervos, visando a maior eficiência na análise, preservação, conservação, restauração, guarda e exposição. Reafirmando o compromisso com a gestão do patrimônio arqueológico da Amazônia, em especial o paraense, pois como já foi afirmado acima, novas demandas de pesquisas arqueológicas no estado do Pará estão sendo desenvolvidas e a Secult deve estar preparada para tal, reabilitando o antigo Palácio dos Governadores (Palácio Lauro Sodré), que é um monumento significativo do patrimônio da cidade ou mesmo outro espaço construído ou adaptado, tornando o prédio o guardião do patrimônio arqueológico dos povos originários e históricos, disponibilizando esses conhecimentos para a sociedade.

Figura 6 - Laboratório de Arqueologia do Museu do Estado do Pará, Belém, Pará, Brasil



Otávio Figueira, 2022

Figura 7 - Vestígios arqueológicos procedentes da pesquisa de campo no Memorial da Consciência Negra, Belém, Pará, Brasil



Renata Maia, 2023

Figura 7 - Urnas marajoaras em exposição na Casa das Onze Janelas, Belém, Pará, Brasil



Paulo do Canto, 2023

A RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU DO ESTADO DO PARÁ: UMA PORTA DE ACESSO A ARTEFATOS E FRAGMENTOS DO PASSADO

Quanto ao acervo acondicionado na Reserva Técnica de Arqueologia do MEP, esta pesquisa organizou, descreveu e atualizou o inventário dos acervos arqueológicos já analisados, e dos que estavam aguardando o processo de acondicionamento, além de ter elaborado um diagnóstico arqueológico sobre as estruturas físicas da reserva técnica, observando a necessidade de elaboração de projeto para a sua ampliação, reestruturação e/ou construção, além da informatização (Tostes, 2005).

Uma das propostas fundamentais para que a Reserva Técnica de Arqueologia do MEP seja modernizada, proporcionando acesso fácil e célere às pesquisas arqueológicas dos profissionais do MEP e seus possíveis parceiros é o trinômio, pesquisa, preservação e socialização (Scheiner, 2007). Nesse sentido, o uso da tecnologia será uma importante ferramenta no processo de catalogação e atualização do inventário do acervo arqueológico do MEP, com a utilização de sistema de código de barras, utilizado por vários museus no mundo, como o Museu de História Natural, do Instituto Smithsonian, em Washington (EUA).



Figura 8 - Sistema de código de barra do acervo do Museu de História Natural (EUA)



Raul Campos, 2021

O futuro local a ser instalada a reserva técnica teria um setor administrativo, um laboratorial e um de guarda do acervo arqueológico, todos ampliados para uma melhor gestão do patrimônio arqueológico, sugerindo-se, inclusive, que seja criada uma Área de Arqueologia junto à Secult-PA diretamente ligada ao Simm/Secult e à administração do M&EP.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (Icom, 2022).

A principal beneficiada com a ampliação e/ou reestruturação da Reserva Técnica de Arqueologia do M&EP, ou a construção de um novo espaço para ela, será a população amazônica, especialmente a paraense, que terá acesso (respeitada à Portaria n. 196, de 18 de maio de 2016⁶) aos trabalhos de laboratório, às atividades de educação patrimonial/cultural, às informações de pesquisas, aos projetos, além da utilização dos espaços, como o auditório para palestras, seminários, workshops; as varandas para oficinas, além de salões de exposições, entre outros espaços que oportunizariam produção, interação e difusão dos conhecimentos relacionados à Arqueologia, agregando valor ao patrimônio cultural (material e imaterial), social, arqueológico, natural e ambiental da região amazônica (Tostes, 2005).

Porém, tornar o acervo arqueológico disponível não significa que ele está democratizado, pois para que isso de fato ocorra, é necessário criar mecanismos que transformem profundamente a forma como

o patrimônio é percebido nas esferas sociais e culturais, pois “[...] o reconhecimento do patrimônio é um dos traços preponderantes da imagem cultural, sendo necessário estimular na população a tomada de consciência sobre a importância de preservar o patrimônio comum a todos os cidadãos, o patrimônio universal [...]” (Costa, 2008, p. 126). Assim sendo, é imperativo que a extroversão do patrimônio arqueológico (entendida como expansão, comunicação, socialização, divulgação e publicização) consiga variar a estrutura de gestão das coleções arqueológicas, no tocante às limitações do acesso ao patrimônio salvaguardado (Bruno, 2005).

A função que a reserva técnica de Arqueologia poderá desempenhar está diretamente relacionada com a definição que se atribui a ela. Dessa maneira, uma reserva técnica de arqueologia não pode ser entendida apenas como um espaço de salvaguarda ou ainda de ressignificação, ela possui um processo contínuo e vivo, diretamente ligado à gestão do patrimônio arqueológico e que deve prever a extroversão dos acervos, entendendo a necessidade de cautelas, ou como afirma Bittencourt (2007), informação não é conhecimento e informação não é saber:

[...] O conhecimento não é virtual, portanto, não pode ser considerado mero desdobramento de quantidades infinitas de informações. Um gigantesco banco de dados não produz conhecimento. O conhecimento é resultado da mediação dos sentidos que são atribuídos à realidade por produtores atuando em um mundo real, independentemente de suas características tecnológicas. Extraído o sentido e reduzida a realidade a fragmentos quantificáveis, existe um enorme risco de não se distinguir mais informação e ruído.

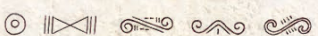
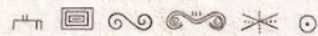
O saber não se forma exclusivamente a partir de uma base técnica, por mais ampla e inclusiva que possa ser [...]. (Bittencourt, 2007, p. 26-28).

É imprescindível e urgente que a Reserva Técnica de Arqueologia do M&EP passe por redefinições de seu espaço, buscando transformá-la de uma reserva técnica reclusa, sem acesso, para uma tipologia de reserva técnica externa, compartilhada, visitável e visível mas que ela seja definida a partir de um plano de gestão do patrimônio arqueológico adequado aos objetivos futuros da instituição e também das coleções, respeitando os aspectos multicomponenciais dos vestígios arqueológicos, a salvaguarda, a segurança e a comunicação, porém, a futura reserva técnica de arqueologia terá suas propostas e possíveis soluções definidas conforme seus objetivos e projeto específico, além de seguir a legislação e as normativas brasileiras para proteção do patrimônio arqueológico (Tostes, 2005).

Portanto, o que define uma reserva técnica de arqueologia como visitável não é apenas seu acesso ao público, mas um conjunto de características que a configure como um local onde as coleções salvaguardadas sejam objeto de produção e construção de saber e conhecimento por parte, principalmente, daqueles que a visitam ou realizam pesquisas (Pereira, 2017).

A abertura por si só não modificará as visões sobre patrimônio, pois é fundamental criar um ambiente favorável para tal função. Por isso, não há reserva técnica de arqueologia verdadeiramente visitável, em seu sentido mais amplo, que desde sua concepção não tenha sido pensada enquanto espaço acessível para interação com o público, mantendo as características de segurança, controle ambiental e de iluminação necessários para uma reserva técnica (Pereira, 2017). Por isso, “O objetivo de uma reserva técnica visível é expor o maior número de objetos possível no espaço disponível” (Edquist, 2019, p. 522), nesse sentido, é preciso equacionar o planejamento do espaço físico exigido para o acervo e para circulação das pessoas, determinar o tipo de acervo e sua quantidade a ser exposta, selecionar vitrines que permitam expor objetos de tamanhos variados, calcular o espaço para vitrines e para circulação, considerar as regras de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCD), considerar o tamanho dos objetos a serem expostos e planejar o layout das vitrines (Edquist, 2019).

⁶ Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.



Tendo em vista que também faz parte das políticas públicas estaduais fomentarem o desenvolvimento econômico, com projetos nos setores de mineração, hidrovias, transporte, hidrelétricas, entre outros, certamente, o planejamento de ampliação, reestruturação e/ou construção de uma reserva técnica de arqueologia estadual será de fundamental importância para receber o material arqueológico coletado nos locais das pesquisas de campo no qual o MEP esteja envolvido (Bruno, 2005).

Estimular a ampliação, reestruturação e/ou construção de reserva técnica de Arqueologia no estado do Pará é fomentar pesquisas arqueológicas eficazes e comprometidas com a proteção do patrimônio arqueológico, com as análises das materialidades, com a salvaguarda, acessibilidade, extroversão e difusão dos resultados de pesquisas arqueológicas. Por isso, os acervos arqueológicos necessitam de pesquisa bem planejada e de espaços amplos, adequados, informatizados e expositivos.

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA DO MEP E ESPAÇOS EXPOSITIVOS

O estado de preservação e conservação de um artefato está intrinsecamente ligado ao material no qual foi elaborado, na técnica construtiva e na trajetória das condições de armazenamento e exposição. Nesse sentido, é importante saber os fatores que causam danos aos artefatos, que são chamados de agentes de mudanças, eles podem causar danos físicos, químicos ou biológicos, que podem ocasionar danos leves ou até perda do artefato. Já os agentes de mudança consistem em umidade relativa e temperaturas adversas, roubos, dissociação, incêndio, luz, radiação, pragas, forças físicas, poluentes e água (Rose et al., 2019). Por isso, controlar ou mitigar a ação desses agentes são essenciais para preservação dos acervos arqueológicos.

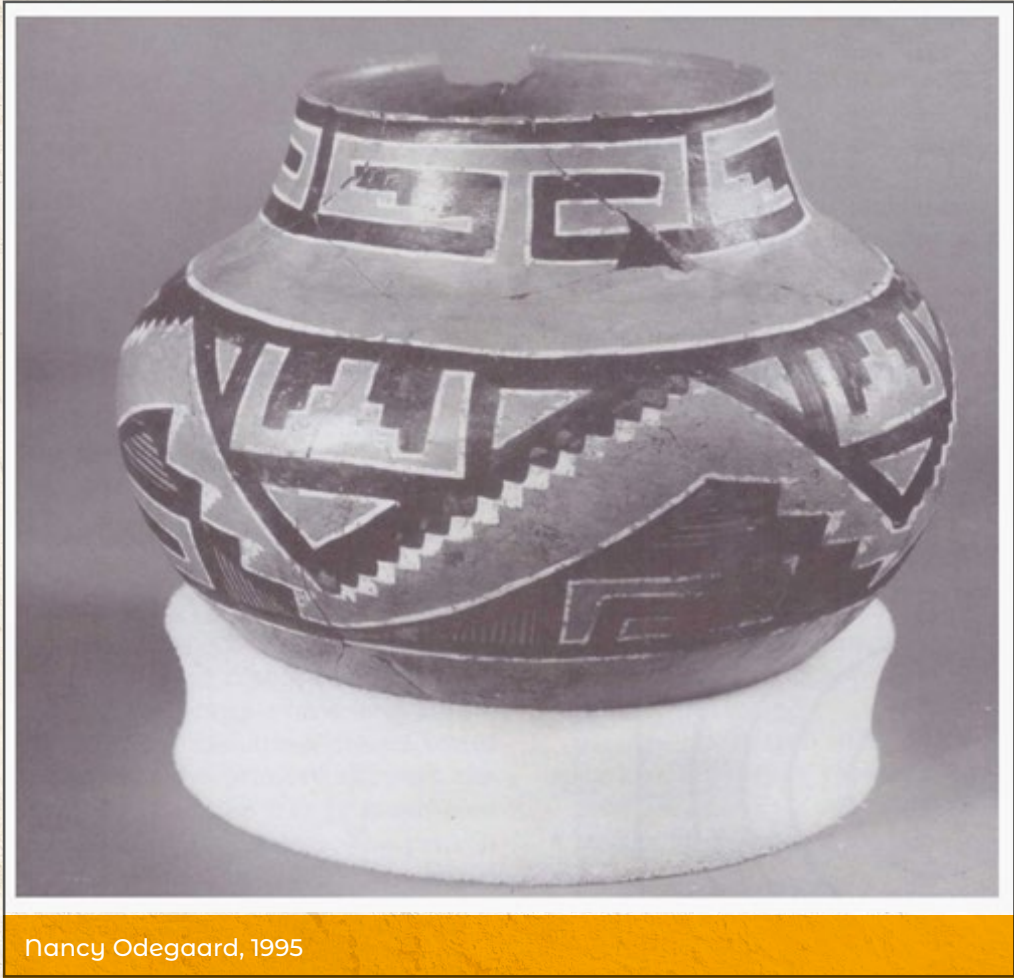
Quando um objeto é mantido em condições adequadas de guarda e exibição, os fatores de degradação são estabilizados, necessitando apenas a sua manutenção com procedimentos preventivos de conservação, como higienização, controle de micro-organismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto etc.

No tocante ao patrimônio arqueológico salientamos, primeiramente, que a preocupação com a conservação não deveria começar somente após a escavação e transporte desse patrimônio, mas muito antes de chegar à reserva técnica e ser selecionado para exposição, já que “Sem a devida atenção dada à conservação antes da escavação, pode ocorrer desastre no sítio quando materiais e condições imprevisíveis são encontradas e não há equipamento e pessoal disponíveis para lidar com elas” (Cronyn, 1996, p.4).

No momento em que um material arqueológico é encontrado, sendo retirado ou não do local, nasce a responsabilidade de conservá-lo. Ou seja, em Arqueologia, a responsabilidade com a conservação e preservação do material começa em campo, pois “A conservação no sítio é talvez o estágio mais crucial de todos” (Cronyn, 1996, p.6).

O método de acondicionamento é importante, pois pode evitar danos físicos ou químicos aos objetos e facilitar o acesso a eles e, dependendo da natureza do material, tamanho, condições e sistema de organização dos artefatos, a “condição de acondicionamento ruim pode causar perda de evidência arqueológica valiosa de alguns objetos enquanto outros podem se deteriorar completamente” (Pye, 1992, p. 211). Por exemplo, no caso de urnas funerárias da cultura Marajoara na reserva técnica ou expostas em um museu do Simm/Secult, sugerimos a utilização de anel protetor de esponja de polietileno, pois esse método é “designado para apoiar cerâmica com base redonda ou danificada que pode ser acondicionada em prateleiras” (Odegard, 1995, p. 51). Outro caso apontado como negativo poderia ser os suportes em metal que apoiam as lâminas de machados líticos, os quais entram em atrito direto com os artefatos, necessitando serem substituídos ou envolvidos com esponja de polietileno.

Figura 9 - Vasilha com anel protetor de esponja de polietileno



Nancy Odegard, 1995

A proposta de ampliação, reestruturação e/ou construção da Reserva Técnica de Arqueologia do MEP e da reorganização e processos restaurativos preventivos dos espaços expositivos visa também adequar esse tratamento ao patrimônio, a partir das exigências previstas na legislação em vigor (Portaria n. 196, de 18 de maio de 2016).

1. A RT deverá ser exclusiva para guarda de acervos, evitando seu uso para outras atividades como análise, higienização e sala de estudos;
2. Deverá ser um ambiente seguro e de fácil acesso, limpo, organizado e com níveis de umidade e temperatura adequados à conservação dos acervos;
3. Recomenda-se não instalar a RT em porões, devido à umidade ascendente e a possibilidade de alagamentos;
4. Deverá apresentar tamanho suficiente para abrigar os acervos nas condições corretas de acondicionamento e armazenamento;
5. A entrada deverá ser exclusiva de pessoas autorizadas e a permanência e trânsito evitados;
6. Deverá ser proibida a entrada na RT de pessoas portando bolsas, mochilas e afins;



- 7. As portas deverão ser mantidas fechadas, assim como as janelas, que também deverão ser vedadas;
- 8. É desejável que a RT se localize em cômodos internos, evitando incidência de radiação solar, minimizando as trocas de calor com ambiente externo e aperfeiçoando a segurança do local;
- 9. É desejável que a RT se localize no térreo, devido ao peso do acervo e mobiliários, evitando sobrepeso e consequentemente, problemas na estrutura, que possam comprometer o edifício;
- 10. É desejável que exista mais de uma RT ou espaços separados dentro dela, que possibilitem climatizações diferenciadas de acordo com a necessidade do acervo;
- 11. As cestas de lixo deverão ser eliminadas da RT, evitando o desenvolvimento de agentes biológicos de deterioração;
- 12. A RT não poderá ter pontos de água e os ralos, caso existam, deverão ser vedados;
- 13. A RT não poderá ter em suas paredes rede hidráulica, como também se deve evitar que seja contígua às áreas que possuem pontos de água;
- 14. A RT deverá ter preferencialmente apenas uma porta de acesso e esta deverá prever a entrada de objetos de grandes dimensões;
- 15. A instalação de mobiliário pesado, como armário deslizante, deverá ser previamente analisada por profissional capacitado visando avaliar a capacidade de carga do piso. (Iphan, 2016).

A própria noção mais ampla de preservação e conservação do patrimônio é algo recente no Brasil, e isso reflete no tratamento que é dispensado aos acervos arqueológicos, tanto dentro das instituições museais como na pesquisa arqueológica (Ramos, 2010).

As estratégias de gestão do patrimônio arqueológico⁷ a partir de acervos sob a guarda do estado do Pará busca a sensibilização e aplicação de metodologias educativas consolidadoras dos instrumentos legais de preservação, bem como da interpretação e socialização de conteúdos aplicados na mediação cultural museal⁸ e na extroversão⁹ de conhecimentos produzidos a partir da reserva técnica e do acervo museológico.

Um dos princípios fundamentais dos museus é cumprir sua função social, segundo o Estatuto de Museus¹⁰, de publicizar o seu acervo e suas pesquisas para que a sociedade tenha acesso ao conhecimento e possa se apropriar e interpretar. Da mesma maneira, cabe ao museu ser um espaço de educação e trocas culturais, logo, a instituição museal precisa estar preparada para fazer uma boa gestão do patrimônio cultural sob sua responsabilidade.

[...] museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (Icom, 2007).

De acordo com Souza (2012), o marco da gestão pública do patrimônio arqueológico no Brasil ocorre desde o início do século XX, com o Decreto-Lei n. 25, de 1937 que definiu o patrimônio cultural brasileiro, incluídos aí os bens arqueológicos (Souza, 2012). No estado do Pará, a gestão do patrimônio arqueológico em nível institucional (órgãos ligados ao Estado) começou a partir da chamada musealização da



Arqueologia¹¹, ou seja, com a formação das coleções de materialidades arqueológicas que compõem os acervos dos museus do Pará (Formação de Acervo Arqueológico de 1976-2021).

O Museu do Forte do Presépio, o Museu de Arte Sacra e o Museu de Gemas do Pará são espaços expositivos que possuem musealização arqueológica. O circuito da exposição apresenta os períodos, sejam eles pré-colombiano, do contato ou resultado do contato no processo da colonização portuguesa na Amazônia.

O período pré-colombiano, por exemplo, apresenta artefatos cerâmicos e líticos, tais como lâminas de machado semilunar e uma coleção de muiraquitãs feitos de minerais (Campos; Rodrigues, no prelo). Por isso, o modo como eles estão expostos nas vitrines requer cuidado com a sua conservação, pois os machados semilunares apresentam abrasão devido ao metal usado como suporte, causando danos, por força física. De maneira semelhante, os muiraquitãs têm suporte de nylon que podem causar danos por força física. Em ambos os casos, a esponja de polietileno bem fina entre os artefatos e os suportes é um material que evita este tipo de “agente de mudança” (Rose et al., 2019, p. 78) no acervo exposto.

⁷ Reconhecidos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos pela Lei . 3.924, de 26 de julho de 1967, sendo considerados bens patrimoniais da União.

⁸ Atividade desenvolvida pelo educador de museu utilizando “(...) as dimensões de organização, estímulo, questionamento e aglutinação, ainda que o foco no processo ensino/aprendizagem seja o objeto cultural (...)” (Alencar, 2015, p 114).

⁹ O conceito de extroversão do patrimônio arqueológico está ligado à noção de expansão, comunicação, socialização, divulgação e publicização dos bens arqueológicos (Alencar, 2015).

¹⁰ Lei n. 11.904/2009.

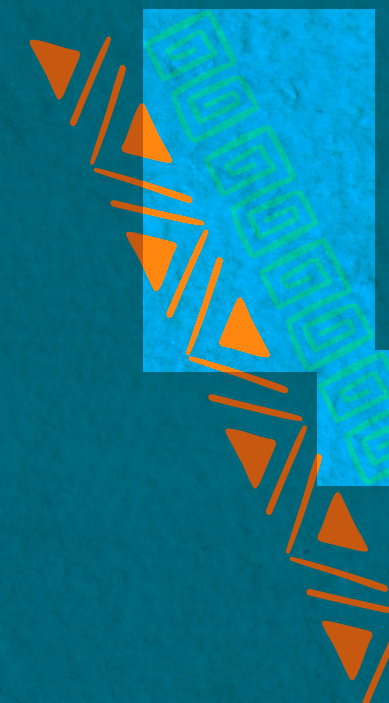
¹¹ Musealização da Arqueologia é um termo citado por Wichers (2015, p. 113).

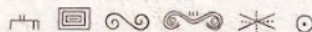
CONVERSA



03

Renata Rodrigues Maia
Kelton Mendes
João Aires
Paulo Roberto do Canto Lopes
Silvinho da Costa Silva





03 AS COLEÇÕES LÍTICAS EXPOSTAS NOS MUSEUS DO ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL

INTRODUÇÃO

O ato de colecionar é uma prática social que existe há milhares de anos, sendo tão antigo quanto a consciência humana (Lopes, 2010). Desde o início da sua existência, a humanidade desenvolveu diferentes formas de manifestar e expressar as relações e percepções que tinha do meio social ao qual estava inserida. Tais práticas puderam ser percebidas por meio dos diversos objetos produzidos e “guardados” por várias sociedades ao longo do tempo.

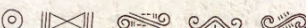
Segundo dicionários, colecionar é reunir ou coligir. Juntar tudo o que chame a atenção por algum motivo. Geralmente os objetos de coleção possuem uma mesma natureza ou possuem relação entre si. Sabemos que esta é uma prática antiga (Souza, 2009), mas ela foi se desenvolvendo cada vez mais ao longo do tempo, adquirindo significados e importância próprios de cada período histórico.

Contudo, foi a partir do século XV e XVI que o colecionismo se destacou e gradativamente se consolidou tal qual o conhecemos hoje. Por meio do olhar científico renascentista conduzido pelas Grandes Navegações, período marcado por muitos “descobrimientos” e “conquistas”, levando o ser humano a conhecer outras culturas e lugares diferentes dos habituais, a Europa adquiriu objetos dos mais variados tipos, desde espécimes da fauna e flora, até obras de arte da antiguidade, dentre outros (Blom, 2003). A curiosidade, o diferente, o exótico e o cientificismo fazem parte do interesse (inclusive político) que levou o colecionismo a tornar-se moda na Europa, sendo as coleções reunidas símbolo de status e poder para quem as tinham. Mais tarde, tais coleções passariam a compor os grandes Gabinetes de Curiosidades, lugares onde objetos das mais diferentes tipologias eram armazenados: desde obras de arte antigas e modernas, materiais etnográficos, plantas, animais empalhados, entre outros (Sabará, 2018).

Por volta do século XIX, as coleções desempenharam papel importante como elementos formativos dos Estados Nacionais. Nesse sentido, a busca por antiguidades visava garantir, especialmente em termos étnicos, uma profundidade histórica local. Essa política de legitimação de poder também influenciou os estados nacionais no Novo Mundo, cujas nações em formação passaram a buscar símbolos locais de civilidade (Trigger, 2004). O Brasil pode ser um exemplo na América Latina, ao incentivar pesquisas que foram realizadas por naturalistas que percorreram o país em busca de objetos de rara beleza ou significado, sendo eles armazenados em diferentes museus, especialmente no exterior.

Acervos e coleções foram “organizados” nos espaços desses museus no país. Na região Norte, várias dessas coleções foram formadas com a cultura material dos povos originários da Amazônia. A produção de artefatos na Amazônia brasileira, mais especificamente na paraense, foi realizada por grupos sociais com desenvolvimento sociocultural diversificado que possuíam diferenças, semelhanças, capacidades tecnológicas e criatividade variadas. Os grupos sociais diversos estavam disseminados pela Amazônia há pelo menos 12.000 BP (Bueno, 2010) sendo instigados a se organizarem e normatizarem suas escolhas no território usado, a mover-se e sedentarizar-se. Inclui-se a utilizar diversos suportes e matérias-primas para produzir com criatividade, técnica e precisão uma diversidade de artefatos, e a experimentar e aprimorar o manejo de diferentes espécies vegetais. O comportamento que gerava essas práticas sociais estava baseado em um pensamento organizado dentro de uma lógica, definida e planejada, que possibilitou a tomada de decisões relativa ao que utilizar, guardar, descartar e reutilizar. Com isso, esses povos desenvolveram práticas importantes para a sua sobrevivência. Consequentemente, os artefatos por eles produzidos estavam marcados por significados sociais particulares e culturalmente diversos.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar o resultado das descrições realizadas nos artefatos líticos (muiraquitãs, estatueta, pontas de projétil, lâminas de machado e outros) expostos no Museu de Gemas, no Museu de Arte Sacra e no Museu do Forte, situados na cidade de Belém, Pará. Tais descrições visam



contribuir com o conhecimento a respeito desses objetos e torná-los mais compreensíveis ao público que visita esses museus.

AS COLEÇÕES

As coleções apresentadas são compostas por 134 peças líticas no total (ver quadro abaixo): 44 localizadas no Museu de Gemas (21 lâminas de machados polidas, 10 muiraquitãs, 8 pontas de projétil, uma estatueta zoomorfa, uma conta, um percutor e duas peças indefinidas); 39 localizadas no Museu de Arte Sacra (25 lâminas de machado polidas, três muiraquitãs, duas contas, uma estatueta antropozoomorfa, uma bigorna, uma mó, uma mão-de-mó e cinco peças indefinidas) e 51 no Museu do Forte (15 muiraquitãs e 36 peças polidas, sendo quase todas lâminas de machado – das quais quatro foram descritas). São peças produzidas em diferentes matérias-primas líticas, com dimensões, morfologias e funções variadas. Com relação ao estado tafonômico, as coleções encontram-se em bom estado de conservação. As poucas quebras, fissuras, pátinas ou acidentes tecnológicos não comprometam as descrições das peças, e os estigmas de produção presentes geralmente estão bem preservados. Tratam-se, na maioria, de peças inteiras.

	Lâminas de machados	Muiraquitãs	Pontas de projétil	Conta	Percutor	Estatueta	Bigorna	Mão de mó	Mó	Não identificado	Total
M. Gemas	21	10	8	1	1	1				2	44
M. Arte Sacra	25	3		2		1	1	1	1	5	39
M. Forte	36	15									51
Total	82	28	8	3	1	2	1	1	1	7	134

OS MÉTODOS APLICADOS NA DESCRIÇÃO DOS ARTEFATOS LÍTICOS

Os artefatos líticos foram descritos com base em alguns conceitos da análise tecnológica (Tixier, 1980; Inizan et al., 2017; Rodet, 2006; Rodet et al., 2014; Maia, 2017; Duarte-Talim, 2019; Mendes, 2019) considerando, sobretudo, os aspectos morfológicos e as técnicas de produção. Nesse sentido, e sempre que possível, foram observadas características como as morfologias das peças, os tipos de suportes, as dimensões, as técnicas utilizadas no processo de produção e os vestígios que indicam possível uso. Pela leitura dos estigmas é possível reconstituir, ainda que parcialmente, os processos de produção desses objetos. Para além disso, as peças líticas aqui descritas trariam mais informações sobre os grupos que as produziram se estivessem relacionados a um contexto arqueológico e se passassem por uma análise tecnológica minuciosa, considerando os demais vestígios e elementos que compõem o contexto, para assim pensar nas preferências e nas intenções desses grupos. Ressaltamos, porém, que neste trabalho, o objetivo foi descrever essas peças de forma sucinta para apresentá-las aos diferentes públicos que frequentam os museus.

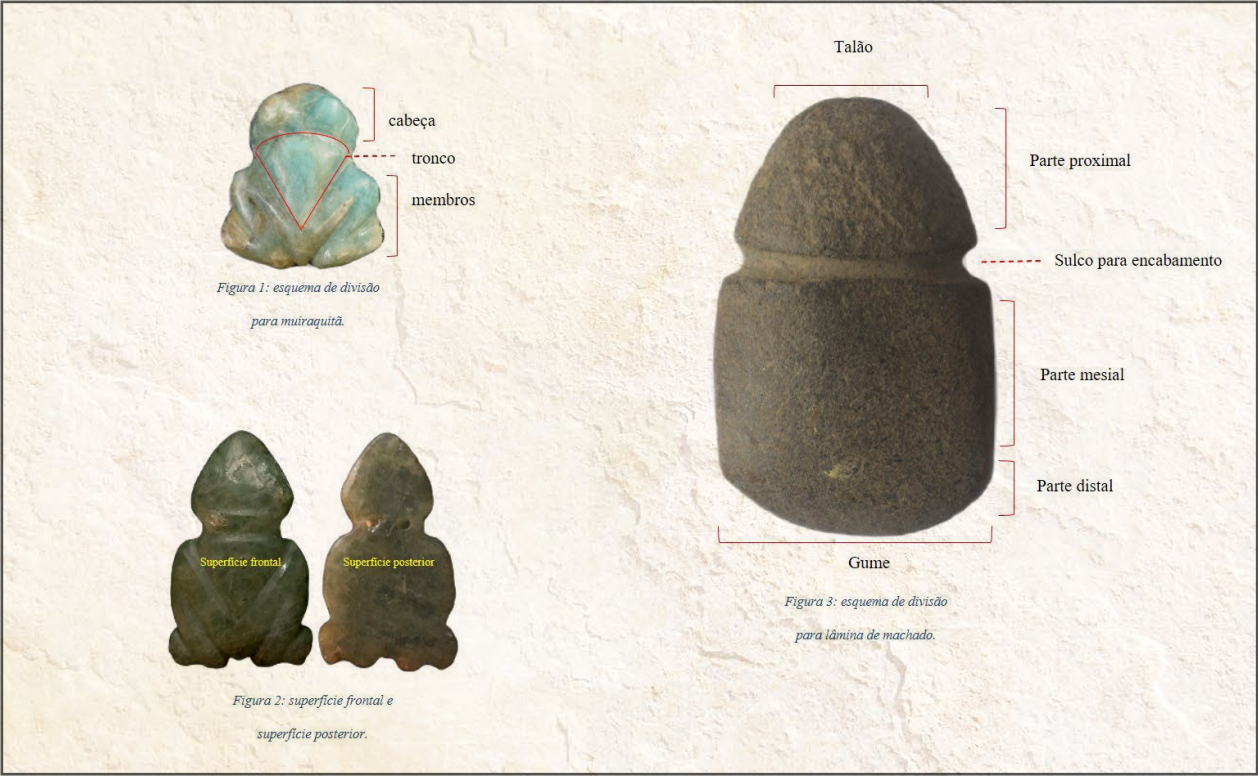


Para a descrição dos muiraquitãs e das estatuetas foram observadas as matérias-primas, os suportes, as dimensões, as morfologias e o peso das peças, além de estigmas, como incisões, entalhes e furos, bem como as técnicas utilizadas na produção. Para facilitar a localização e descrição dos estigmas, o corpo dos muiraquitãs foi dividido em três partes: cabeça, tronco e membros (normalmente inferiores) com base em Navarro e colegas (2017), conforme mostra o esquema (Figura 1). Chamamos de superfície frontal a parte sistematicamente mais trabalhada da peça e superfície posterior, a parte lisa (Figura 2).

As lâminas de machado foram descritas considerando a divisão proposta por Prous et al. (2002) e Souza (2008, 2013), sendo elas a parte proximal (extremidade oposta ao gume, denominada de talão), parte distal (bordo ativo, denominado de gume/fio cortante) e parte mesial (meio da peça), conforme mostra o esquema (Figura 3). Cada uma delas possui suas particularidades. Desse modo, os autores propõem uma descrição em que os estigmas observados podem ser relacionados a certas funções. A parte proximal e mesial normalmente são produzidas por lascamento e/ou picoteamento, às vezes por polimento e estão relacionadas aos setores passivos, onde ficariam os cabos e as amarras do instrumento (lembrando que esses setores podem também ser ativos, tendo sido utilizados para quebrar, por exemplo). Já a parte distal (bisel e gume) costuma ser realizada por polimento e estaria associada à parte ativa do instrumento (Rodet et al., 2014). Assim, foram observadas as matérias-primas que serviram de suporte para realizar os instrumentos, as técnicas de produção (lascamento, picoteamento, alisamento e/ou polimento, não necessariamente nessa ordem) as morfologias, os macrotraços de possível uso, dentre outras características.

Além de observar os estigmas, todas as peças das coleções foram pesadas e medidas (C x L x E – comprimento x largura x espessura), sempre que possível.

Figura 1 - Esquema das descrições dos artefatos do acervo Simm/Secult



MUIRAQUITÃS: OS PRIMEIROS RELATOS E O IMAGINÁRIO AO REDOR DAS “PEDRAS VERDES”

Os missionários, cronistas e viajantes do século XVII, em suas passagens pela região do baixo rio Amazonas, onde supostamente os indígenas Tapajó teriam habitado, foram os primeiros a fazerem menção aos muiraquitãs, os quais denominaram de “pedra verde”. Este foi o caso, por exemplo, de La Condamine (1743/1744) ao falar das “pedras verdes”, na época também conhecidas como pedras das Amazonas.

De acordo com Barata (1954), as primeiras informações relacionadas aos muiraquitãs foram narradas nos relatos dos cronistas e missionários dos séculos XVII e XVIII. A grafia da palavra aparece inicialmente no manuscrito de Maurício Heriarte (1662), escrita de duas formas: baraquitãs e buraquitas. Em 1759, o padre José de Moraes escreveu puúraquitan e, em 1762/1763 o bispo Frei João de S. José de Queiroz usa a grafia uuraquitan. A escrita mais próxima do que conhecemos hoje foi publicada em 1873, pelo cônego Francisco Bernardino de Souza em seu livro “Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas”, mueraquitan. Já em 1875, Barbosa Rodrigues adota muyrakytã, em seu relatório sobre Yamundá, e posteriormente em seu livro “O Muyrakytã”, publicado em 1889, quando o termo se torna popular no meio científico (Barata, 1954). Spix e Martius (1817-1820) remetem à grafia muraquêitã, mas deixam claro se tratar de outro tipo de objeto, talhado “nas costas da concha fluvial Unio; ornamento mal-acabado, ou a um pedaço de madrepérola ou a qualquer arredondado osso de peixe.” (Barata, 1954, p. 232). Porém, segundo o autor, não houve a devida atenção na grafia da palavra, sendo ela escrita da maneira que ouviam e entendiam. “Cada um o escreveu de ouvido, sem maiores cuidados, apressadamente, nunca imaginando as dificuldades que tal procedimento nos iria causar no futuro.” (Barata, 1954, p. 230).

Conforme destacam Barata (1954) e Costa et al. (2002), nenhum desses viajantes se referiram a esses objetos conforme eram nomeadas pelos indígenas na época. Para Barata (1954), o termo muiraquitã não tem relação com o legítimo conceito, inclusive, o autor ressalta que é praticamente impossível saber como estes objetos eram originalmente chamados.

Em relação ao significado da palavra, Barata (1954, p. 234) destaca que vários missionários tentaram, mas que nenhuma das interpretações dadas por eles ilustra o que de fato seria o muiraquitã para os indígenas. Dentre as muitas citadas, o autor destaca “nó de pau”, “pedras verdes do rio”, “pedra de chefe”, “botão/pedra de gente”. Para o autor, os muiraquitãs são artefatos de pedra verde com forma brataquiana e furos laterais, sendo o termo uma palavra de origem tupi que se refere a uma conta em forma de sapo ou rã usada como enfeite.

Para Prous e Navarro (2020), os muiraquitãs são esculturas zoomorfas polidas, produzidas sobre rochas esverdeadas (geralmente jadeitas, tremolita-actinolita, serpentinitas, nefrites e possivelmente amazonitas) com furos laterais. Dentre as figuras zoomorfas mais populares estão a rã, embora exista também outras representações, como de peixe e de ave. Navarro e colegas (2017) afirmam que na literatura disponível é comum esses artefatos serem associados à função de amuleto, mas que não é possível confirmar, uma vez que não se sabe o real significado deles. No entanto, segundo os autores, a existência de furos laterais sugere seu uso como um pingente/adorno. De acordo com Meirelles (2011), o formato, tamanho e furos laterais indicam que os muiraquitãs estariam relacionados a objetos de ornamentação, sendo utilizados como amuletos/pingentes. Inclusive a autora destaca que a maioria dos pesquisadores acredita que eles eram usados como amuletos, que representavam símbolo de poder e que tinham valor de troca comercial (Costa et al., 2002).

Os muiraquitãs são peças muito raras e, além disso, praticamente todas que temos conhecimento estão dissociadas de seus contextos históricos e arqueológicos, e são normalmente encontrados em coleções de alguns museus brasileiros, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu de Gemas, o Museu do Forte, todos situados em Belém do Pará; o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) em São Paulo, ou com colecionadores particulares, ou ainda em museus europeus. No entanto, mesmo descontextualizadas, essas peças continuam sendo estudadas e diversas questões são levantadas quando se tenta entender a dimensão cultural, simbólica e social dos povos que as produziram.

As análises minerais e químicas realizadas por Meirelles e Costa (2012) nos muiraquitãs do Museu de Gemas e Museu do Forte mostram que a maioria é constituída por diferentes tipos de minerais, variando bastante entre eles. Os mais comuns normalmente são dois dos seguintes minerais: quartzo, tremolita (jade nefrítico), estrengita variscita, anortita, albita e microclínio. De acordo com os autores,





sete muiraquitãs foram registrados como sendo feitos em jadeíta, mas na verdade foram esculpidos em quartzo. Apenas quatro peças do Museu do Forte são realizadas nesta matéria-prima. Ainda segundo eles, com exceção da jadeíta, esses minerais são todos componentes relativamente comuns de rochas ígneas e metamórficas, encontradas em afloramentos na maior parte da bacia amazônica.

Até hoje essas peças instigam o imaginário das pessoas: como foram produzidas? Para que serviam? Eram mesmo usadas como pingentes? Seriam usadas em rituais? Essas e outras perguntas são feitas quando pensamos nesses objetos em seus contextos originários.

ESTATUETAS: DOCUMENTOS HISTÓRICOS E A ORIGEM DO TERMO ÍDOLO DE PEDRA AMAZÔNICO

A origem do termo ídolos de pedra tem início no período colonial brasileiro com a catequização pela Igreja Católica dos povos indígenas que habitavam as margens do rio Amazonas e seus afluentes, como o rio Tapajós e o Trombetas. Nos relatos de Carvajal, Rojas e Acuña em “Descobrimientos do Rio das Amazonas” observamos as seguintes considerações sobre os ídolos de pedra:

Adoram ídolos que fabricam com suas mãos, atribuindo a uns o poder sobre as águas, e assim lhes põem por divisa um peixe na mão; a outros escolhem por donos das lavouras e a outros por protetores de suas batalhas. Dizem que estes Deuses desceram do céu, para acompanhá-los e fazer-lhes bem: não usam de nenhuma cerimônia para adorá-los, mas antes os têm esquecidos a um canto até o momento em que necessitam deles: assim, quanto têm de ir à guerra, levam na proa das canoas o ídolo em que depositam as esperanças de vitória; e quando saem a fazer as suas pescarias, deitam a mão àquele a quem entregaram o domínio das águas; mas nem em uns nem em outros fiam tanto, que não reconheçam possa haver outro maior. (Carvajal; Acuña; Rojas, 1941, p. 205)

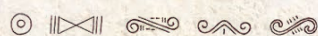
Semelhante descrição é feita pelo Pe. João Daniel, que escreve sobre um missionário da missão Tapajós, na vila de Santarém, em 1750:

[...] os índios também idolatravam em ídolos, e que com muita dificuldade largavam os ritos, e costumes dos seus avuengos [...], e quando o missionário pediu para que os índios os trouxessem, estes trouxeram cinco pedras “[...] todas [tendo] sua dedicação, e denominação com alguma figura, que denotava o para que serviam [...], a que presidia casamentos, [...] outra, a quem imploravam o bom sucesso dos partos. (Bettendorf, 1975, p. 237).

Tais trechos históricos, que remontam aos primeiros contatos dos europeus com as populações indígenas da Amazônia, acabam por descrever parte da parafernália de objetos utilizados nos mais variados rituais indígenas. Mas seria possível que esses artefatos descritos historicamente sejam os mesmos que hoje em dia vemos nas vitrines dos nossos museus atuais? A resposta para esta pergunta seria provavelmente sim.

Ao lermos sobre as discussões científicas, os achados arqueológicos e as formações das coleções arqueológicas desses museus, principalmente por volta do final do século XIX e da primeira metade do século XX, os pesquisadores e pessoas ilustres como Barbosa Rodrigues, José Veríssimo, o senador pelo Amazonas Francisco Machado, o etnólogo Curt Nimuendajú, o diretor do museu sueco Erland Nordenskiöld e Emílio Goeldi, o diretor do Museu Paraense, irão nos apontar que esses artefatos feitos em rocha e descritos pelos viajantes do século XVII como ídolos são as estatuetas arqueológicas que hoje estão nas vitrines de diversos museus da Europa e do Brasil (Rodrigues, 1899, 1875a, 1875b; Machado, 1890; 1891; 1901a; 1901b; 1902; Nordenskiöld, 1930; Goeldi, 1906; Veríssimo, 1883; Aires da Fonseca, 2010), as quais de fato desconhecemos seus usos e suas funções.

Nas vitrines do Museu de Arte Sacra e do Museu de Gemas do Pará encontram-se duas estatuetas feitas em rocha e expostas junto aos conhecidos muiraquitãs. Contudo, as descrições dessas estatuetas as colocam na categoria Ídolos de Pedra Amazônicos. Tal descrição certamente aguça a curiosidade dos visitantes desses museus e quase que de imediato surgem perguntas como: quem as fez? Onde eram usadas? Por que o termo ídolo? Elas foram encontradas em pesquisas arqueológicas?



O fato é que para responder tais perguntas é necessário juntar diversas técnicas e métodos vindos de pesquisas da Arqueologia, da História e da Antropologia, para então se ter uma pequena compreensão da complexa história cultural dos antigos povos originários que habitaram a região atualmente conhecida como Amazônia.

Se observarmos isoladamente as estatuetas existentes no Museu de Arte Sacra e no Museu de Gemas não será possível chegar a determinadas conclusões sobre sua provável origem, modo de confecção ou até mesmo se são peças arqueológicas que um dia foram utilizadas por antigos grupos indígenas que não existem mais. Essas peças não possuem proveniência de onde foram encontradas e não fizeram parte de uma escavação arqueológica, ou seja, são peças descontextualizadas. Contudo, os estudos da Arqueologia, mesmo com coleções descontextualizadas, acabam por permitir inferir hipoteticamente se as peças arqueológicas pertencem ou não a um conjunto maior de artefatos atualmente conhecidos. Os estudos de técnicas de produção, os motivos decorativos e até mesmo o tema representado nos artefatos indicam a possível origem deles. Atualmente se tem conhecimento de aproximadamente 50 peças arqueológicas caracterizadas/definidas como estatuetas líticas do baixo rio Amazonas, ou como ídolos de pedra amazônicos. Essas peças apresentam dimensões reduzidas entre 20 cm e 70 cm de altura, representações de figuras humanas (masculinas e femininas), animais estilizados, representações da boca e dos olhos em sulcos em algumas delas com as extremidades sobressalentes, além de apresentarem dois furos paralelos que as atravessam.

Os temas relacionados a elas podem apresentar apenas uma figura e em outras, dependendo do ângulo de observação, podem formar duas, três ou quatro figuras na mesma peça (como humanos, felinos, batráquios, quelônios ou répteis). Historicamente foram encontradas na ampla região do baixo curso do rio Amazonas nas proximidades das atuais cidades de Manaus, de Oriximiná e de Santarém (Aires da Fonseca, 2010).

A Antropologia tem proporcionado interpretações sobre os contextos sociais nos quais as estatuetas foram usadas no passado. Os conceitos antropológicos permitem supor que esses objetos são a materialização da relação entre o Homem e a natureza nas sociedades indígenas. O fato de muitos objetos se fundirem, ou se transformarem dependendo da posição em que o artefato é visto e criando diferentes representações antropomorfas e zoomorfas, leva a supor que eles representam o processo de transformação pelo qual passam os xamãs durante os rituais. Para Viveiros de Castro (2002), o perspectivismo ameríndio demonstra a estreita relação entre homem e natureza nos mitos indígenas amazônicos, em que o mundo ocidental não consegue enxergar, exatamente por separar a relação entre o Homem/grupos humanos e a natureza.

Para os indígenas, os animais são constituídos de roupas (a pele do animal) que recobre uma forma original humana. Para as onças, o Homem é visto como uma presa igual aos demais animais e vice-versa. Assim, todas as espécies no perspectivismo ameríndio representam uma relação social, ou seja, a interação mútua entre sujeitos (Viveiros de Castro, 2002).

Tendo este conceito em mente e observando as diversificadas representações do humano, tanto masculino quanto feminino, entrelaçados com cobras, onças, sapos e jabutis compondo imagens esculpidas em rochas, muito provavelmente estamos diante da materialização de parte dos complexos e antigos ritos indígenas, os ritos do mundo transformacional ameríndio que outrora foram registrados como idolatria e incompreensíveis para o mundo europeu do século XVII. Agora, no século XXI, esses artefatos são apresentados em vitrines e somos capazes de vislumbrar a história através deles e de perceber que sua preservação é algo essencial para que possamos entender as multiplicidades de representações de quem somos e do mundo que nos cerca.

AS LÂMINAS POLIDAS: RELATOS ANTIGOS, FUNCIONALIDADES E TRAÇOS CULTURAIS

Assim como para os muiraquitãs, os primeiros relatos que temos sobre esses artefatos líticos polidos também partiram de missionários, cronistas, linguistas e viajantes do século XVI ao XIX. Ainda que sejam fontes importantes e de grande contribuição para que a Arqueologia conheça mais o universo dessa materialidade, toda cautela é necessária, pois são relatos baseados em algumas vivências temporárias ou mesmo das coisas que ouviam a respeito. E, sempre através do olhar europeu, ou seja, aquele olhar carregado de “pré-conceitos” diante daquilo que é novo e diferente.



No entanto, esses missionários, cronistas e viajantes puderam presenciar esses objetos em seu contexto originário, sendo essas as únicas informações disponíveis a respeito das suas diferentes funcionalidades. Nesse sentido, temos relatos sobre essas peças sendo utilizadas para manejar a floresta, como destaca o Pe. Simão de Vasconcelos (1865, p. 41) “[...] e que do branco faziam certas cunhas, que lhes servião em lugar de machados pera fender os troncos das árvores.”. Em outro relato é possível notar o uso do instrumento associado ao fogo para facilitar o processo de derrubada das árvores, já que apenas com a lâmina de machado de pedra tal atividade demoraria bem mais “Antes de terem conhecimento dos portugueses, usavam de ferramentas e instrumentos de pedra, osso, pau, canas, dentes de animal, etc., e com estes derrubavam grandes matos com cunhas de pedra, ajudando-se do fogo...” (Cardim, 2013, p. 81).

Atualmente, diversos estudos comprovam que no passado a floresta amazônica foi intensamente manejada (Junqueira; Franco, 2011; Levis et al., 2012; Balée et al., 2014; Magalhães et al., 2016; Santos, 2017). Espécies vegetais variadas, inclusive a maioria usada até hoje, em especial as comestíveis, foram, ao longo dos séculos, selecionadas, manejadas e modificadas. Para tanto, foi necessário o uso de instrumentos adequados, fossem eles produzidos a partir de matérias-primas vegetais, animais, minerais ou rochosas. Devido a fragilidade de preservação da madeira, o grande testemunho dessa relação com os ambientes explorados pelas populações originárias são justamente os instrumentos ditos de “pedra.”

Além dessa funcionalidade, que é a mais comum quando se pensa nesses artefatos, há outros contextos sociais e culturais nos quais esses objetos ganham funções relacionadas aos valores e crenças de um determinado grupo, portanto, mais ligados ao simbolismo, como podemos ver na citação do Pe. Simão de Vasconcelos (1865):

Huns os enterrão em hum vaso de barro, que chamão igaçaba, com sua fouce, e enxada ao pescoço, ou semelhante instrumento de seu trabalho, pera que possão na outra vida fazer suas plantas, e não morrer de fome. (Vasconcelos, 1865, p. 82).

Outra funcionalidade que podemos destacar diz respeito ao uso desses objetos como instrumentos de guerra:

[...] jaziam mortos seus companheiros, que foram encontrados com as cabeças rachadas, e sobre seus corpos os machados de pedra, instrumentos dessas atrocidades, por ser costume entre eles nunca se servirem duma arma com quem já mataram o inimigo. (D'evreux, 1929, p. 89).

Por meio desses relatos percebemos algumas das diferentes funcionalidades que esses artefatos poderiam ter, e certamente tiveram. Os vestígios tecnológicos (marcas deixadas no processo de produção) e as variedades morfológicas presentes nas peças podem estar estritamente relacionadas às funções que elas tiveram. É importante ressaltar que existiam outros elementos que fizeram parte do imaginário dos povos que as produziram, no caso das lâminas de machado vai muito além do uso para o manejo da floresta. Afinal, esses objetos “guardam” as escolhas, as preferências e as intenções desses grupos e esses são aspectos culturais e simbólicos estritamente ligados à sua produção tecnológica.

Atualmente muitas dessas peças são encontradas em escavações arqueológicas, de onde é possível obter outras informações além de suas técnicas de produção. Todavia, é bastante comum serem encontradas principalmente em áreas de roçados, por pessoas que vivem em zonas rurais ou mesmo com colecionadores particulares. Ou ainda, compondo as coleções dos acervos e/ou expostas nas vitrines dos diversos museus no Brasil e no mundo.



AS COLEÇÕES LÍTICAS PRESENTES NO MUSEU DE GEMAS, NO MUSEU DE ARTE SACRA E NO MUSEU DO FORTE

MUSEU DE GEMAS

Na área expositiva do Museu de Gemas do Estado do Pará há 44 peças líticas produzidas sobre diferentes tipos de rochas e minerais, das quais podemos destacar as pontas de projétil (Prancha I), os muiraquitãs (Prancha II) e as lâminas de machados (Pranchas III, IV e V). De modo geral, as pontas de projétil apresentam dimensões e padrões morfológicos e/ou tecnológicos bem parecidos. Foram realizadas sobre suportes ainda identificáveis (algumas sobre lascas – presença de lancetas que indicam a direção do ponto de impacto). Todas passaram por pelo menos três técnicas de produção: a percussão direta dura e/ou macia (relacionada ao processo de façonagem, que define a morfologia da peça) e a pressão, para o acabamento dos bordos. Os muiraquitãs também apresentaram dimensões e padrões tecnológicos parecidos e a maioria possui forma morfológica de batráquios, com cabeça, tronco e membros bem definidos. Os suportes não são mais identificáveis devido seu alto grau de transformação, entretanto, foi possível observar pelo menos três técnicas de produção: o alisamento, o polimento e o entalhe. Já as lâminas de machado polidas apresentam dimensões e morfologias variadas. Algumas são elipsoidais ou trapezoidais, outras são retangulares alongadas ou mais curtas. Possuem marcas de encabamento que variam entre ombros e reentrâncias, ou às vezes esses vestígios estão ausentes. São polidas, alisadas, com alguns setores picoteados e lascados. Os gumes normalmente são convexos, alguns apresentam perda de matéria-prima, brilho e estrias, características que podem indicar possível uso. Mas as estrias também podem ser do polimento.

Importante destacar o alto conhecimento tecnológico envolvido na produção dessas coleções, ou seja, as pessoas que as produziram tinham pleno domínio das técnicas e gestos empregados. Abaixo seguem as descrições sucintas:

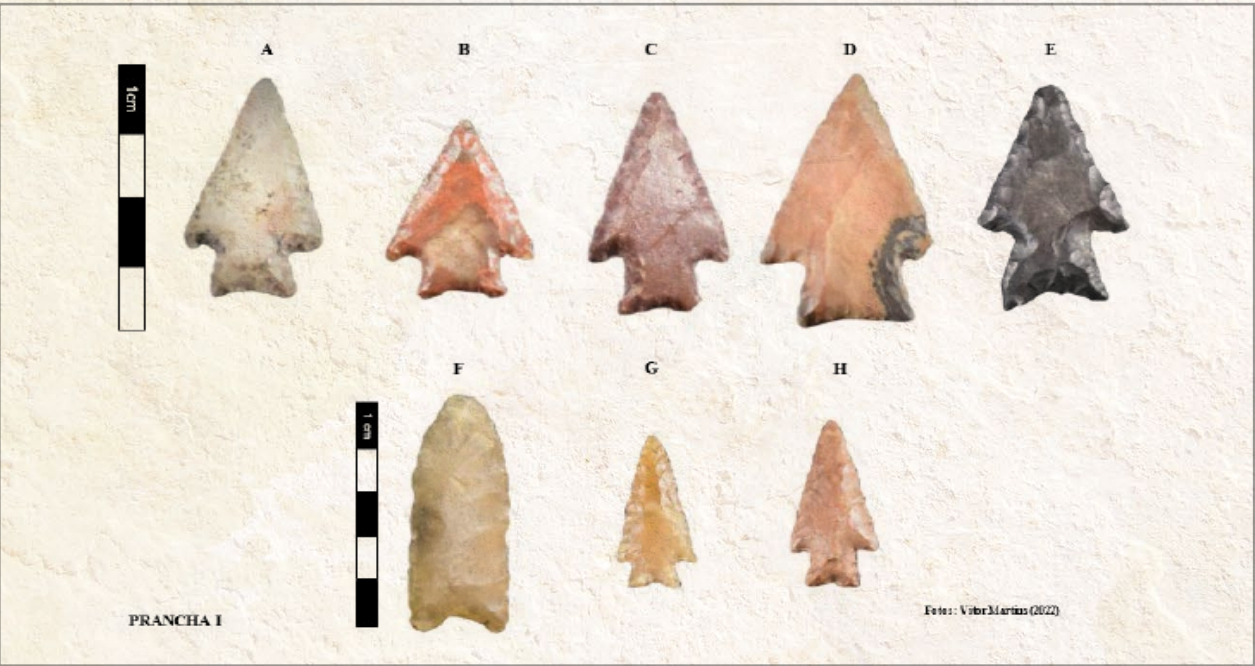
A - Ponta de projétil realizada sobre suporte indeterminado e matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 3,4 x 1,5 x 0,5 cm e peso de 4 g. Possui negativos de retiradas bifaciais relacionadas ao processo de façonagem e retoque. Em uma das faces há vestígios de neocórtex, indicando matéria-prima proveniente do rio e na outra uma pequena elevação próxima ao pedúnculo.

B/C/D - Pontas de projétil de silexitos, produzidas sobre lasca (B) e suportes indeterminados (C/D). Com dimensões próximas a 2,7 x 2,0 x 0,3 cm e peso de 1g (B); 3,5 x 2,0 x 0,5 cm e peso de 4g (C) e 4,2 x 2,5 x 0,5 cm e peso de 5g (D). Possuem negativos de retiradas bifaciais relacionados ao processo de façonagem e retoque. Em uma das faces há vestígios de neocórtex (C/D). Todas possuem pedúnculos com pequenas quebras recentes: no lado direito do pedúnculo da C e no bordo direito da D.

E - Ponta de projétil produzida sobre lasca em matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 2,6 x 1,5 x 0,4 cm e peso de 1 g. Possui negativos de retiradas bifaciais relacionados ao processo de façonagem e retoque em ambas as faces, além de pedúnculo.

F - Ponta de projétil realizada sobre suporte indeterminado e matéria-prima não identificada. Suas dimensões são de aproximadamente 5,8 x 2,1 x 0,8 cm, com peso de 16 g. Há retiradas bifaciais relacionadas ao processo de façonagem e outra relacionada ao retoque sendo realizada nos bordos e no pedúnculo em forma de V). Trata-se de uma peça com alto investimento tecnológico, em que observamos o uso de mais de uma técnica de produção (percussão direta dura e muito provavelmente a percussão macia).

G/H - Pontas de projétil em silexitos, produzida sobre lasca (G) e outra sobre suporte indeterminado (H). Possuem dimensões próximas a 2,7 x 2,0 x 0,3 cm e peso de 1g (G) e 3,5 x 2,0 x 0,5 cm e peso de 4g (H). Há negativos de retiradas relacionados ao processo de façonagem e retoque em ambas as faces, sem vestígios de acidentes tecnológicos. Ambas têm pedúnculos.



A/B - Muiraquitãs produzidos em quartzo (Meirelles; Costa, 2012) sobre suportes indeterminados, devido ao alto grau de transformação das peças. Com dimensões próximas a 4,0 x 2,8 x 0,7 cm, peso de 14g (A) e 4,9 x 3,7 x 1,1 cm, com peso de 30g (B). Possuem morfologias batráquias. Nas superfícies frontais há entalhes que desenhavam e delimitam as peças em cabeça, tronco e membros. É possível observar mais detalhes na peça A, como as incisões verticais, horizontais e inclinadas na cabeça, além dos que formam os membros inferiores e as patas. Apresentam furos únicos nos centros das cabeças. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e planas. As técnicas observadas foram o picoteamento e o polimento, para produção das superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além das perfurações.

C/D - Muiraquitãs produzidos em tremolita (Meirelles; Costa, 2012) sobre suportes indeterminados devido ao alto grau de transformação das peças. Com dimensões próximas de 2,9 x 1,6 x 0,9 cm, peso de 7g (C) e 5,2 x 3,0 x 1,6 cm, peso de 42g (D). Ambos são de morfologias triangulares globulares. Nas superfícies frontais há entalhes que delimitam as peças em cabeça e tronco. Um apresenta furos duplos nas laterais (C) e outro apresenta orifícios transversais (D) situados nos sulcos que delimitam a cabeça do tronco, que podem ter sido realizados a partir de um ou dois furos laterais. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e planas. As técnicas observadas foram o alisamento e o polimento para produção das superfícies da peça; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além das perfurações.

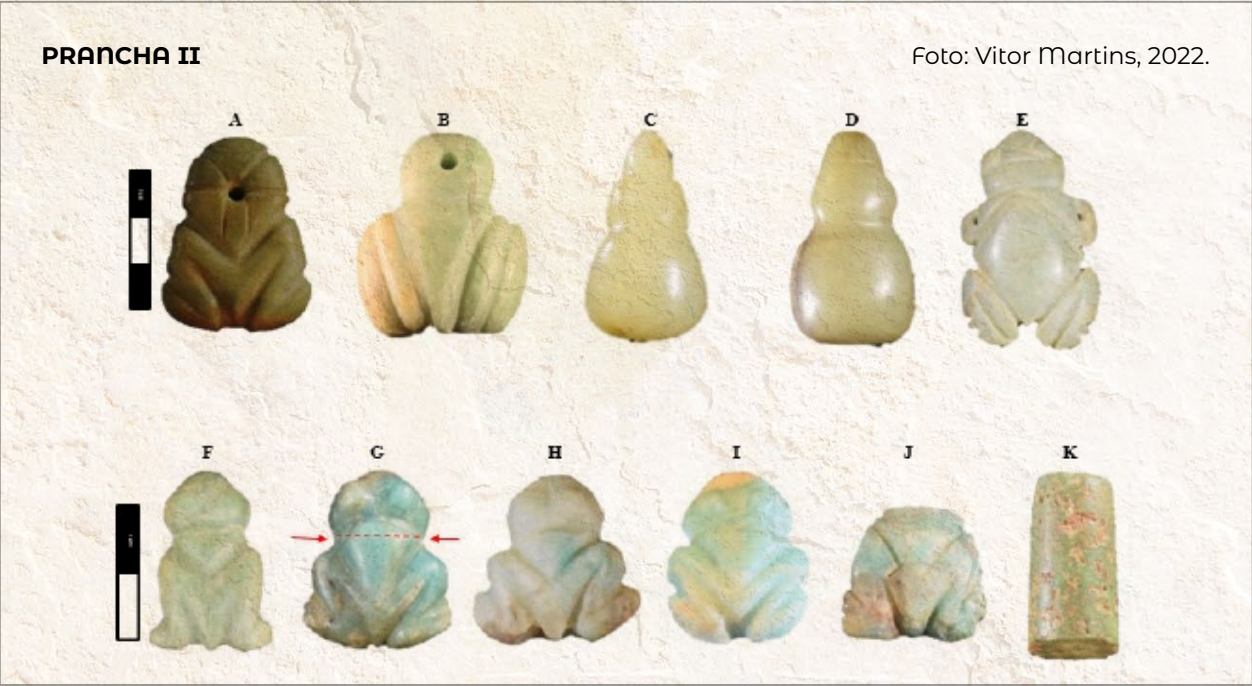
E - Muiraquitã produzido em anortita (Meirelles; Costa, 2012) sobre suporte indeterminado. As dimensões são próximas a 4,5 x 2,7 x 1,1 cm e peso de 16g. Possui morfologia batráquia. Na superfície frontal há entalhes que desenhavam e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas e dedos). Na cabeça destacam-se as incisões que formam a boca e os olhos protuberantes e assimétricos. Possui dois furos localizados nos braços. Na superfície posterior há apenas uma protuberância que atravessa a peça no sentido cabeça e membros inferiores, que pode estar relacionada ao início de produção do artefato. As técnicas observadas foram o alisamento e o polimento, para a produção das superfícies, e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

F - Muiraquitã produzido em quartzo (Meirelles; Costa, 2012) sobre suporte indeterminado devido ao alto grau de transformação da peça. As dimensões são próximas a 3,4 x 2,2 x 0,7 cm e peso de 9g.

Possui morfologia batráquia. Na superfície frontal há entalhes que delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas e patas). Na cabeça há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos. Apresenta orifício transversal situado no sulco que delimita a cabeça do tronco, que pode ter sido realizado a partir de um ou dois furos laterais. Na superfície posterior há apenas uma superfície lisa e plana. As técnicas observadas foram o picoteamento e o polimento para produção das superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

G/H/I/J - Muiraquitãs (G/H/J) compostos de albita + microclínio + quartzo (Meirelles; Costa, 2012) e um (I) de matéria-prima não identificada, todos produzidos sobre suportes indeterminados devido ao alto grau de transformação das peças. As dimensões são próximas de 2,3 x 2,1 x 0,9 cm, peso de 9g (G); 2,1 x 1,8 x 0,7 cm, peso de 4g (H); 2,8 x 1,8 x 0,7 cm, peso de 5g (I); ? x 1,8 x 0,7 cm, peso de 4g (J). Possuem morfologias batráquias. Nas superfícies frontais há entalhes que desenhavam e delimitam as peças em cabeça, tronco e membros (pernas e patas), exceto o (J) que não tem cabeça. Nas cabeças há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos. Apresentam orifícios transversais situados nos sulcos que delimitam a cabeça do tronco, que podem ter sido realizados a partir de um ou dois furos laterais (as setas vermelhas mostram um exemplo - G). Nas superfícies posteriores há apenas superfícies lisas e planas. As técnicas observadas foram o polimento, para produção das superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além das perfurações.

K - Muiraquitã produzido em matéria-prima marrom (com fissuras internas) não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,6 x 5,4 x 1,5 cm e peso de 93g. Possui morfologia batráquia. Na parte frontal há entalhes inclinados e horizontal que desenhavam e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas e patas). Na cabeça (de formato triangular) há duas protuberâncias que caracterizam os olhos levemente assimétricos. Possui furos nas laterais (na divisão da cabeça e tronco) que não atravessam a peça. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e plana. As técnicas observadas foram o alisamento e o polimento, para preparar as superfícies, e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração. Tem uma quebra recente na pata esquerda (onde há fissuras internas na matéria-prima).



Estatueta

Estatueta zoomorfa realizada sobre esteatita (pedra-sabão) possivelmente a partir de um único bloco. Possui 13 cm de comprimento por 8 cm de largura e 3,1 cm de espessura. Peso de 581 gramas. A peça apresenta duas faces paralelas entre si. Em cada uma delas observa-se uma forma de animal: uma batraquiana localizada em uma das faces da peça (semelhante a um muiraquitã) onde é possível observar o que poderia ser uma cabeça e os olhos, separada por um sulco profundo do restante do corpo. Neste setor observam-se sulcos que poderiam ser os braços e as pernas; na face oposta observa-se uma forma de réptil com sulcos formando braços e pernas. A partir da manipulação da peça, rotacionando-a, cada figura passa a se destacar. As formas e detalhes das representações foram realizadas com incisões, excisões e ponteados (representando as narinas de uma das formas batráquias) para dar formas e desenhos em detalhes. A peça contém dois furos paralelos que a atravessam e estão localizados próximo de uma das extremidades, dando forma aos olhos do réptil com membros superiores justapostos ao corpo. Destaca-se que nas bocas, as figuras possuem incisões (sulcos) e pequenas excisões para destacarem o que seriam os lábios. Essa é uma das características marcantes dessas estatuetas líticas do baixo rio Amazonas. Como intervenções recentes, são observadas uma pintura de cor preta por toda a superfície da peça e sobreposições de pintura vermelha nos olhos e representações das bocas. Foram realizados também dois furos paralelos, que resultaram na perda de matéria-prima. Sua confecção foi por alisamento e possui quebras em uma das faces.



Foto: Vitor Martins, 2022.

Lâminas de Machado

A - Lâmina de machado polida, em formato de T, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 17 x 9,8 x 3,7 cm e peso de 1.304g. As faces são levemente planas. Possui talão truncado e ombros como vestígios de encabamento. O gume é convexo, sem marcas visíveis de uso a olho nu.

B - Lâmina de machado picoteada e polida, em formato de T, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 10,4 x 6,1 x 2,4 cm e peso de 371g. As faces são planas. Possui talão truncado-picoteado e ombros como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com estrias de possível utilização (marcas que saem do gume em direção à parte mesial da peça).

C - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 8,9 x 6,2 x 3,7 cm e peso de 438g. As faces são levemente arredondadas. Possui talão truncado-picoteado e ombros como vestígios de encabamento. O gume é levemente curvo, sem marcas de usos visíveis a olho nu.

D - Lâmina de machado polida, de morfologia elipsoidal, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 15,5 x 10,9 x 4,0 cm e peso de 910g. As faces são arredondadas e o talão convexo inclinado. Possui chanfraduras duplas e alisadas como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com estrias de possível uso.

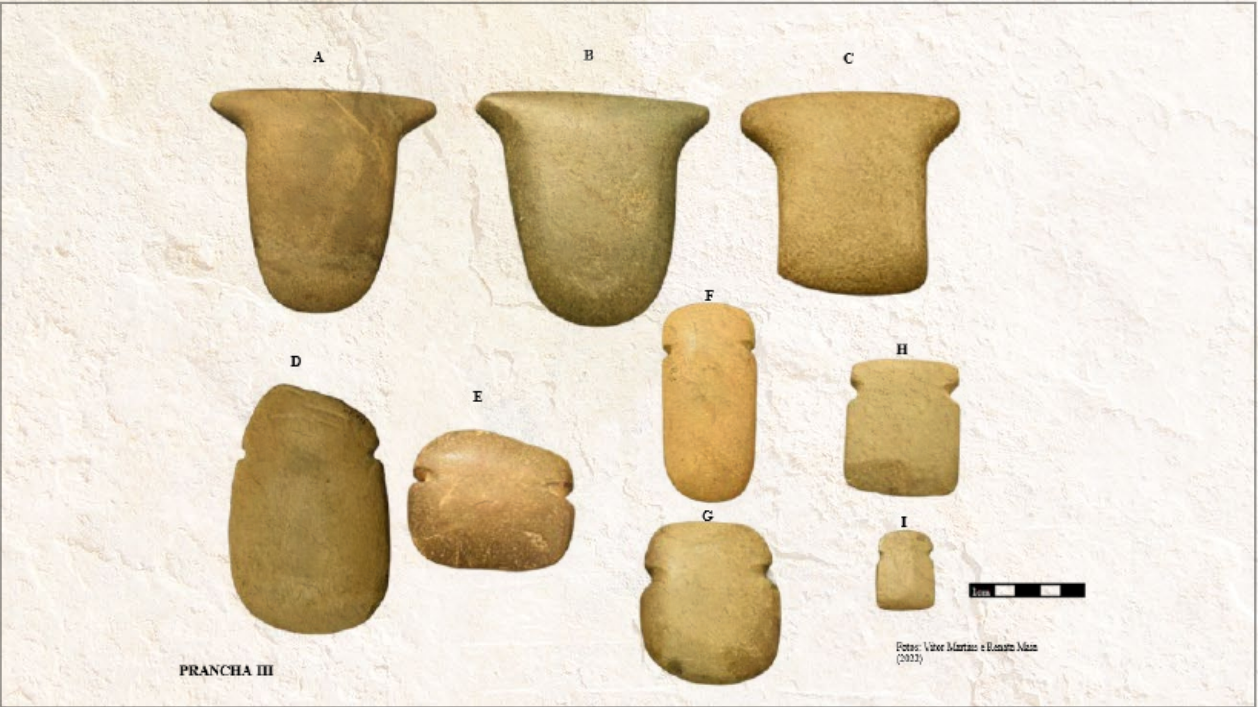
E - Lâmina de machado polida, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,2 x 7,3 x 2,7 cm e peso de 227g. As faces são alisadas e arredondadas. O talão convexo inclinado. Possui chanfraduras duplas e alisadas como vestígios de encabamento. O gume é convexo, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

F - Lâmina de machado polida, de morfologia retangular alongado, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 9,1 x 3,9 x 2,7 cm e peso de 191g. As faces são arredondadas. O talão arredondado e com vestígios de picoteamento. Possui chanfraduras duplas e alisadas como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com estrias de possível uso.

G - Lâmina de machado polida, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 7,4 x 6,0 x 2,2 cm e peso de 155g. As faces são arredondadas e alisadas. O talão arredondado. Possui chanfraduras duplas e alisadas como vestígios de encabamento. O gume é convexo, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

H - Lâmina de machado polida e alisada, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,0 x 4,9 x 1,5 cm e peso de 100g. As faces são planas e alisadas. O talão truncado e picoteado. Possui chanfraduras duplas e alisadas como vestígios de encabamento. O gume é linear, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

I - Lâmina de machado picoteada, polida e alisada, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 3,5 x 2,6 x 0,8 cm e peso de 13g. As faces são planas com marcas de picoteamento e alisamento. O talão arredondado. Possui chanfraduras duplas e alisadas como vestígios de encabamento. O gume é linear, sem marcas de uso visíveis a olho nu.





J - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia trapezoidal, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 9,9 x 6,8 x 2,7 cm e peso de 379g. As faces são planas. O talão é convexo inclinado, com vestígios de picoteamento. O gume é levemente arredondado, com estrias de possível utilização.

K - Lâmina de machado picoteada, polida e alisada, de morfologia trapezoidal, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 8,7 x 6,3 x 3,2 cm e peso de 318g. As faces são planas e alisadas. O talão é arredondado, com vestígios de picoteamento. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

L - Lâmina de machado picoteada, polida e alisada, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 7,0 x 4,2 x 1,9 cm e peso de 102g. As faces são planas e alisadas. O talão é truncado, com vestígios de picoteamento. As técnicas de produção observadas foram o polimento e o alisamento. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

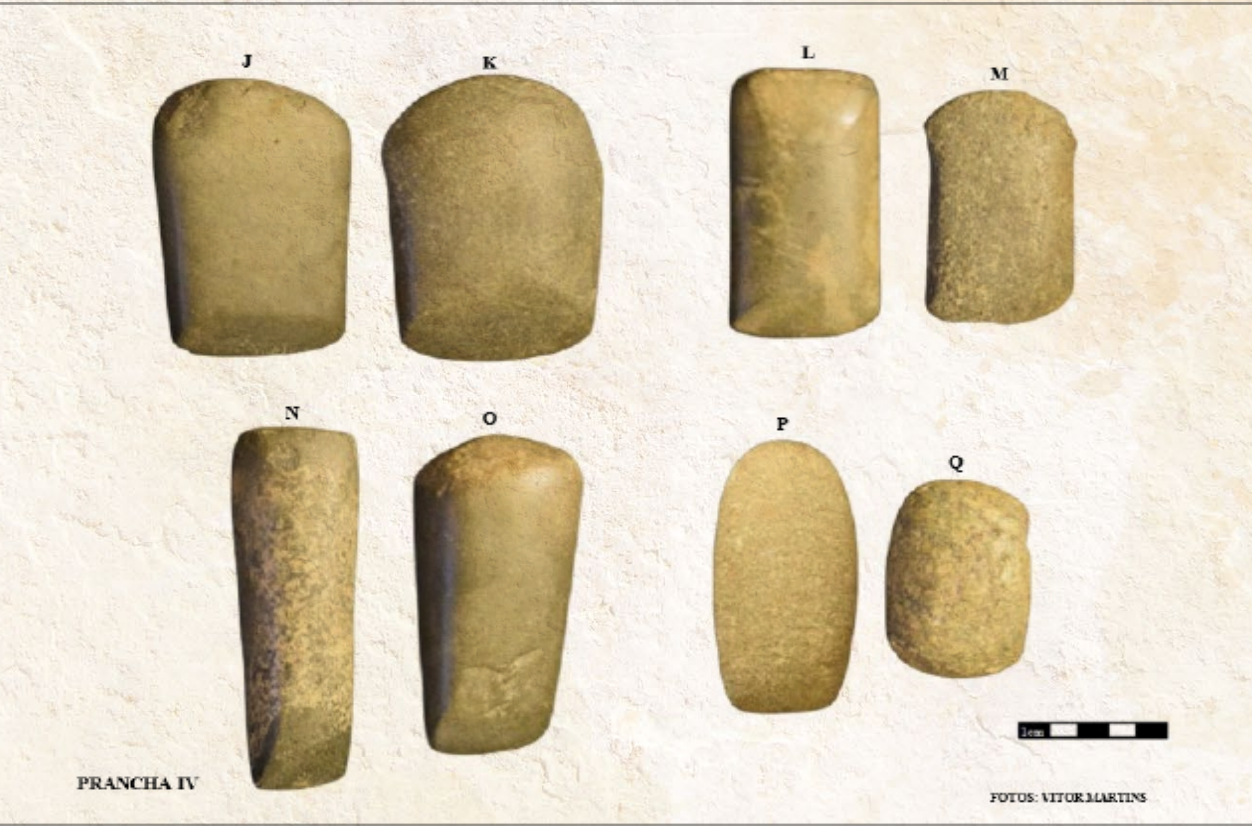
M - Lâmina de machado picoteada, polida e alisada, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 8,3 x 5,1 x 2,4 cm e peso de 206g. As faces são planas e alisadas. O talão é arredondado, com vestígios de picoteamento. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

N - Lâmina de machado lascada e polida, de morfologia alongada e estreita, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 13,1 x 3,4 x 3,6 cm e peso de 375g. As faces são arredondadas. O talão é truncado, com retiradas vestigiais. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

O - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia trapezoidal, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 11,3 x 5,5 x 4,1 cm e peso de 470g. As faces são planas e o talão picoteado. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

P - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia elipsoidal estreita, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 11,0 x 5,3 x 4,1 cm e peso de 434g. As faces e o talão são arredondados. O gume é linear, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

Q - Lâmina de machado picoteada, lascada e polida, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 7,0 x 4,8 x 3,6 cm e peso de 214g. As faces são planas e o talão truncado com retiradas vestigiais. O gume é convexo, alisado, com estrias e perda de matéria-prima, indicando possível uso.



R - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular alongada, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 17,5 x 7,4 x 4,6 cm e peso de 1.401g. Possui uma face plana e outra arredondada. Possui talão truncado e arredondado com ombros como vestígios de encabamento. O gume é irregular (por desgaste de uso?) e com algumas retiradas vestigiais, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

S - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia trapezoidal, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 11,4 x 6,1 x 3,4 cm e peso de 469g. As faces são planas e uma delas está picoteada. O talão é arredondado e picoteado. Possui ombros como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com perda de matéria-prima, indicando possível uso.

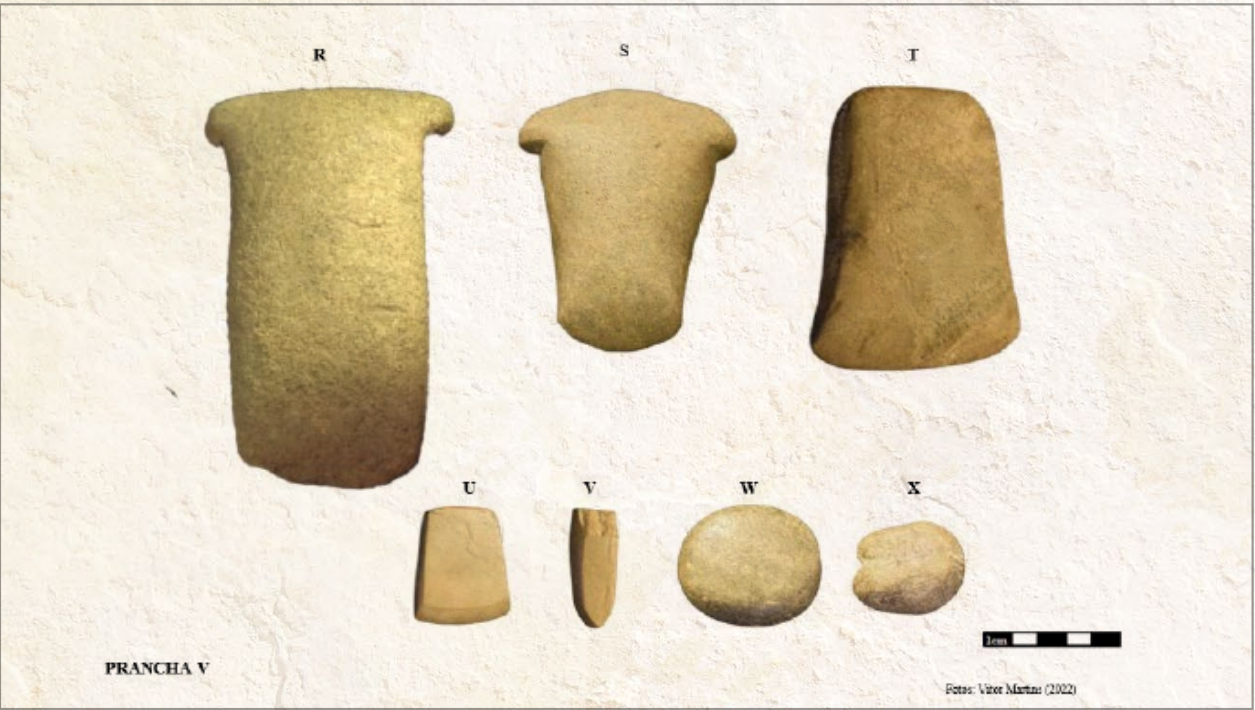
T - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia trapeizodal, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 10,8 x 8,6 x 2,5 cm e peso de 417g. As faces são planas e o talão truncado-picoteado. O gume é convexo, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

U - Lâmina de machado alisada, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 5,7 x 4,7 x 1,1 cm e peso de 66g. Possui quatro faces planas: duas mais largas e duas mais estreitas (laterais da peça) e o talão truncado. O gume é convexo, com estrias e brilho, indicando possível uso.

V - Peça polida, de morfologia retangular, em suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas 5,5 x 2,3 x 1,1 cm e peso de 35g. Possui quatro faces planas e alisadas, além de um gume triangular, sem marcas de uso visíveis a olho nu.

W – Seixo morfologicamente redondo, em matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 4,5 x 4,1 x 2,2 cm e peso de 84g. Possui cúpulas que indicam perda de matéria-prima nas laterais, provavelmente por ter sido utilizado como percutor.

X - Peça polida, de morfologia arredondada, sobre matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 3,9 x 4,3 x 3,2 cm e peso de 94g. Possui apenas um entalhe profundo em uma lateral, sem vestígios que indiquem utilização. Provavelmente a peça não foi finalizada.



MUSEU DE ARTE SACRA

Na área expositiva do Museu de Arte Sacra há 39 peças líticas, produzidas sobre diferentes tipos de rochas e minerais, das quais podemos destacar os muiraquitãs e contas (Prancha VI), as lâminas de machados (Pranchas VII, VIII e IX), uma estatueta, uma mão-de-mó, uma mó, dentre outras. Os muiraquitãs apresentam dimensões variadas, porém os padrões tecnológicos são parecidos. Apresentam a forma morfológica de batráquios, com cabeça, tronco e membros bem definidos. Os suportes não são mais identificáveis devido ao seu alto grau de transformação. Em todos foi possível observar pelo menos três técnicas de produção: o alisamento, o polimento e o entalhe. Já as lâminas de machado apresentam dimensões e morfologias variadas: retangulares, elipsoidais, trapezoidais, por vezes algumas indefinidas. Possuem marcas de encabamento, como reentrâncias e sulcos, ou em alguns casos esses vestígios estão ausentes. Geralmente são polidas, com alguns setores picoteados e lascados. Os gumes normalmente são convexos, alguns com perda de matéria-prima, brilho e estrias, características que podem indicar possível uso. Mas lembrando que as estrias também podem ser do polimento.

Como os anteriores já descritos, todos os objetos arqueológicos deste Museu possuem alto investimento tecnológico. Ou seja, as pessoas que os produziram tinham pleno domínio das técnicas e dos gestos empregados. Abaixo seguem as descrições sucintas:

Muiraquitãs e Contas

A - Muiraquitã produzido em matéria-prima verde não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 2,5 x 2,0 x 0,8 cm e peso de 5g. Possui morfologia batráquia. Na superfície frontal há entalhes que desenhavam e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas e dedos). Na cabeça há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos (eles têm um furo no centro). Apresenta orifício transversal situado na incisão que delimita a cabeça do tronco, que pode ter sido realizado a partir de um ou dois furos laterais. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e plana. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

B - Muiraquitã produzido em matéria-prima não identificada, de coloração marrom e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 4,7 x 3,0 x 1,1 cm e peso de 20g. Possui morfologia batráquia. Na superfície frontal há entalhes que desenhavam e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas e dedos). Na cabeça, de formato triangular, há duas protuberâncias que caracterizam os olhos, além de incisões que desenhavam a boca e os dentes (?). Apresenta orifício transversal situado na incisão que delimita a cabeça do tronco, que pode ter sido realizado a partir de um ou dois furos laterais. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e levemente côncava, com picoteamento em uma pequena área. As técnicas observadas foram o picoteamento e o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

C - Conta lítica polida, em matéria-prima e suporte não identificados. Possui morfologia retangular alongada. Com dimensões próximas a 7,3 x 1,8 x 1,0 cm e peso de 31g. Está com pequena quebra em uma das extremidades. Na superfície trabalhada, há duas incisões horizontais e uma vertical, além de furo único na horizontal. As técnicas observadas foram o polimento, o alisamento e a perfuração.

D - Conta lítica polida inacabada, em matéria-prima e suporte não identificados. Possui morfologia cilíndrica alongada. Com dimensões próximas a 2,7 x 1,4 x 1,3 cm e peso de 10g. Há vestígios do início de um furo em uma das extremidades, além de pequenos lascamentos recentes (acidentes?).

E - Muiraquitã produzido em matéria-prima verde não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 2,7 x 1,4 x 0,4 cm e peso de 3g. De morfologia retangular. Na superfície frontal há entalhes verticais e inclinadas que dão forma à peça, além de um furo central entre essas incisões. Já na parte posterior há apenas uma superfície lisa e levemente côncava. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, para fazer as incisões, além da perfuração.



ESTATUETA



Estatueta antropozoomorfa confeccionada sobre esteatita (pedra sabão) possivelmente a partir de um único bloco. Apresenta duas figuras: uma antropomorfa e outra zoomorfa. A figura antropomorfa é feminina, está sentada em um possível banco (presença de dois furos horizontais), com as pernas e braços flexionados e justapostos ao corpo, com delineamento de seios e a representação de genitália. Apresenta nitidamente com esse conjunto a boca destacada através de sulcos, o nariz proeminente, os olhos (sulcos), as orelhas destacadas e ponteados que aparentam ser a representação de cabelos ou adornos na cabeça e incisões nas mãos que dão forma aos dedos. A segunda figura, observada em ângulo oposto à figura feminina, trata-se de uma possível representação felina, com olhos representados por dois furos paralelos com 1,1 cm de abertura aproximadamente, não simétricos e logo abaixo são representados as patas e o focinho confeccionados por incisões e ponteados (que representam os pelos do focinho e da boca), além de mamãs esculpidas e assimétricas. As técnicas observadas na produção destes artefatos são: alisamento, polimento, incisão e ponteados.

Lâminas de machados e outras peças

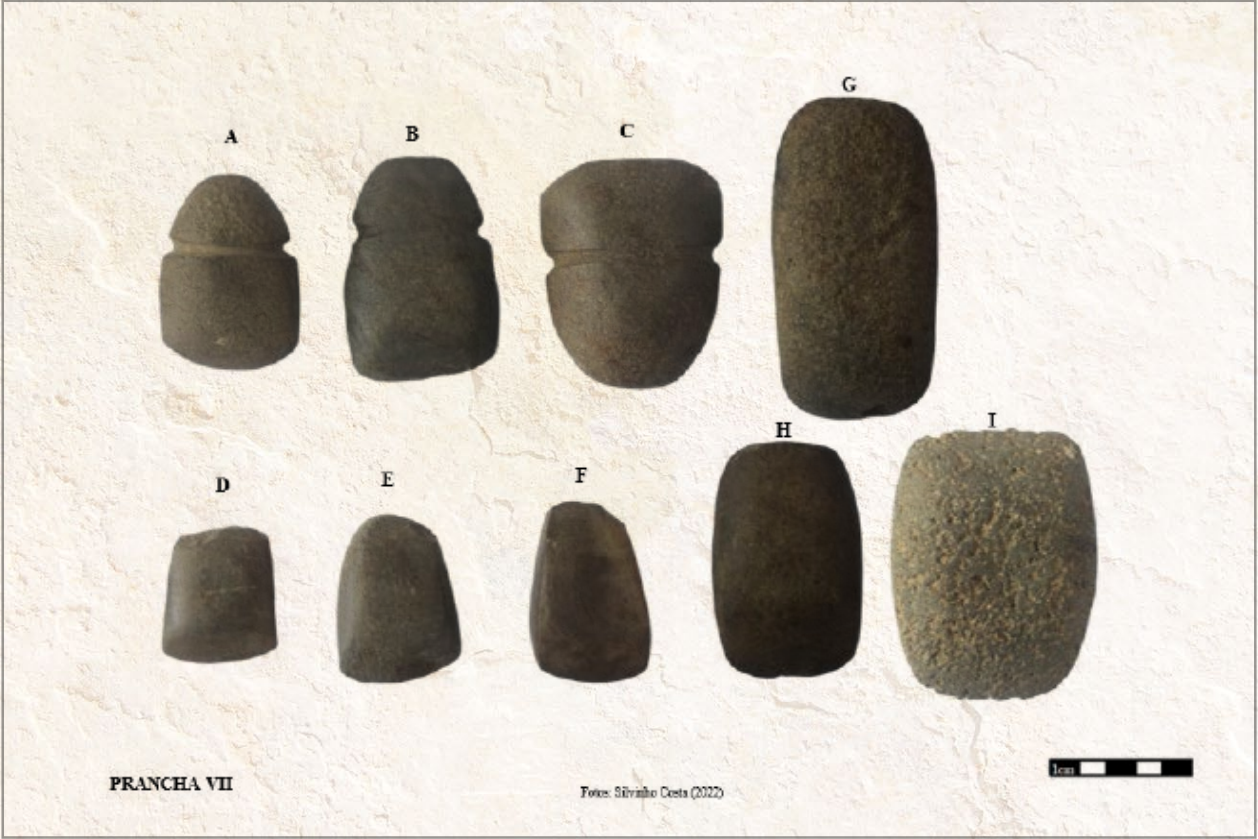
A/B/C - Lâminas de machado picoteadas e polidas, de morfologias trapezoidais, sobre suportes e matérias-primas não identificadas. Com dimensões próximas a 4,9 x 3,5 x 2,3 cm, peso 61g (A); 5,8 x 3,9 x 2,0 cm, peso de 74g (B) e 5,9 x 4,6 x 2,6 cm, peso de 127g (C). As faces são arredondadas. Os talões são truncados (B/C) e pontudo (A), todos com vestígios de picoteamento. Possuem sulcos mesial (C) e proximal (A/B) como indícios de encabamento. Os gumes são convexos (A/C) e retangular (B), com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

D/E/F - Lâminas de machado polidas, de morfologias trapezoidais, sobre suportes e matérias-primas não identificadas. Com dimensões próximas a 5,0 x 4,3 x 1,6 cm, peso 65g (A); 6,5 x 4,8 x 2,1 cm, peso de 113g (B) e 7,7 x 4,7 x 1,7 cm, peso de 118g (C). As faces são arredondadas e lisas. Os talões são: truncado (A), picoteado (E) e lascado. Os gumes são convexos e todos com estrias indicando possível uso.

G - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular, sobre suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 11,0 x 5,6 x 4,5 cm e peso de 525g. As faces são arredondadas, sendo que uma delas possui cúpulas e uma coloração preta (indicando contato com o fogo). O talão é truncando-picoteado. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima como indícios de possível uso.

H - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia elipsoidal, em suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 8,2 x 5,2 x 4,0 cm e peso de 297g. As faces são arredondadas e o talão truncado picoteado. O gume é convexo, com perda de matéria-prima e estrias indicando possível uso.

I - Lâmina de machado polida, de morfologia elipsoidal, em suporte e matéria-prima não identificados (está bastante deteriorada devido intemperismo da rocha). Com dimensões próximas a 9,6 x 7,4 x 3,5 cm e peso de 442g. As faces são arredondadas e o talão linear (?). O gume é convexo, sem marcas de uso visíveis a olho nu.





J - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia trapezoidal, em suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 12,3 x 6,3 x 2,6 cm e peso de 342g. As faces são arredondadas e o talão côncavo-picoteado. Possui ombros discretos como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso.

K - Lâmina de machado de morfologia trapezoidal, em matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 12,6 x 7,2 x 1,3 cm e peso de 212g. O suporte provavelmente é uma plaqueta, pois a peça é pouco espessa, possui lascamentos e picoteamento em alguns setores, além do polimento, visando o acabamento. Há marcas de estrias e brilho do polimento em toda a peça. O talão é lascado e o gume convexo, com presença de estrias que talvez sejam do polimento.

L - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia elipsoidal, sobre matéria-prima e suporte não identificados. Com dimensões próximas a 7,9 x 4,8 x 3,3 cm e peso de 221g. As faces são arredondadas e o talão truncado-picoteado. O gume é convexo, com perda de matéria-prima, estrias e brilho indicando possível uso (?).

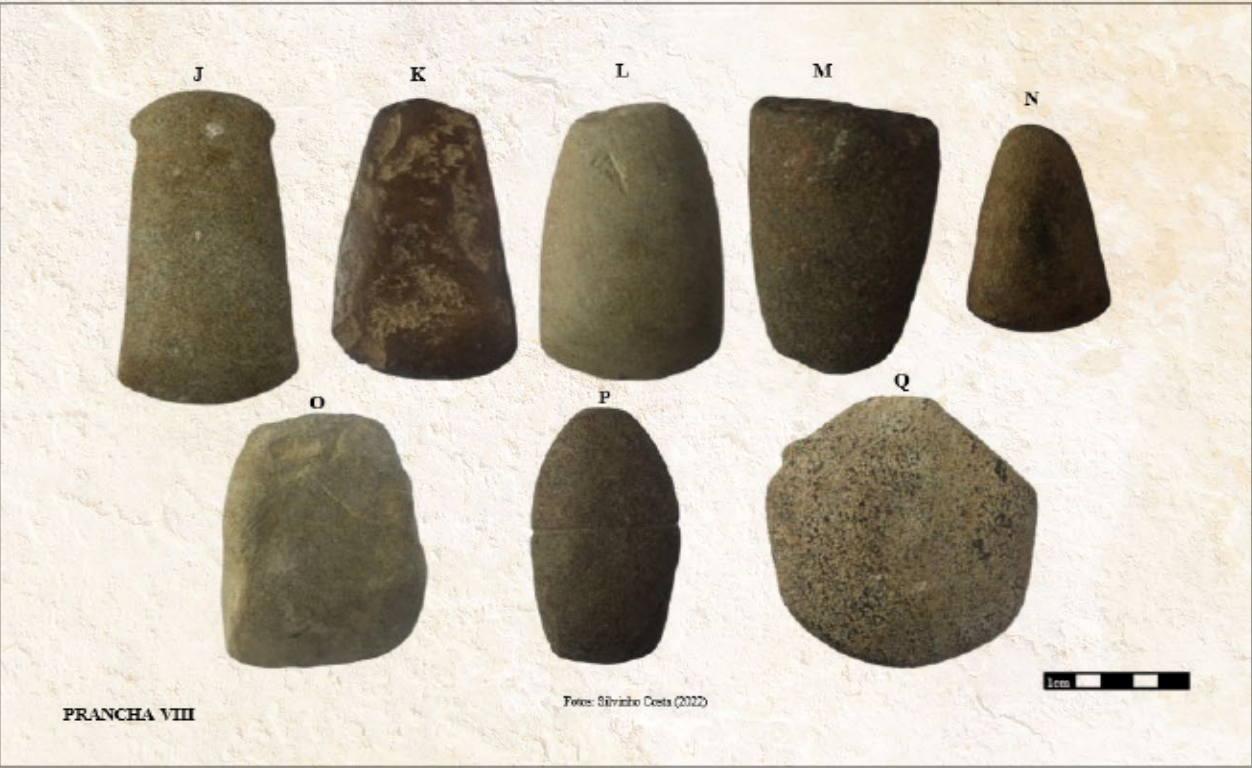
m - Fragmento de lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia indeterminada, sobre matéria-prima e suporte não identificados. Não possui a parte proximal. Com dimensões próximas a (?) x 6,3 x 5,0 cm e peso de 510g. O gume é convexo, com perda de matéria-prima de possível uso (?).

n - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia triangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 8,2 x 5,2 x 1,8 cm e peso de 131g. As faces são arredondadas e o talão pontudo. O gume é convexo, com estrias e brilho indicando possível uso (?).

O - Lâmina de machado lascada e polida, de morfologia retangular, sobre bloco, em matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 6,4 x 4,5 x 3,5 cm e peso de 188g. A peça está inacabada, pois ainda foi possível identificar o tipo de suporte utilizado (bloco) e os negativos de lascamento, que são estigmas do início da debitagem. O gume é retangular largo e polido, com marcas de estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso (?).

P - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia elipsoidal, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 9,9 x 5,2 x 3,4 cm e peso de 280g. As faces são arredondadas e o talão pontudo. Possui suco mesial como vestígio de encabamento. O gume é retangular estreito, com perda de matéria-prima indicando possível uso (?).

Q - Fragmento de lâmina de machado polida, de morfologia indeterminada por causa das quebras no talão, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 10,2 x 9,8 x 3,3 cm e peso de 519g. O talão está quebrado. As faces são arredondadas. Possui sulcos largos e discretos (como vestígios de encabamento) na parte proximal, que são interrompidos pelas quebras laterais. O gume é convexo, com apenas um negativo de lascamento.

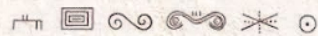


R - Lâmina picoteada e polida, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,8 x 3,5 x 1,5 cm e peso de 73g. As faces são levemente arredondadas. O talão é truncado-picoteado. Possui sulcos largos e discretos na parte proximal, como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com estrias, brilho e um negativo de lascamento indicando possível uso (?).

S - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,9 x 4,5 x 2,3 cm e peso de 157g. As faces são levemente arredondadas e o talão truncado-picoteado. Possui reentrâncias na parte proximal como vestígios de encabamento. O gume é convexo e inclinado, com estrias e brilho indicando possível uso (?).

T - Lâmina de machado picoteada, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 9,6 x 7,6 x 3,7 cm e peso de 448g. As faces são arredondadas. Possui reentrâncias como vestígios de encabamento. O talão é truncado e o gume triangular, sem marcas de possível uso visíveis a olho nu.

U - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia elipsoidal, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 17,8 x 11,6 x 4,7 cm e peso de 1,562g. As faces são arredondadas e o talão truncado-picoteado. Possui reentrâncias largas na parte proximal, como vestígios de encabamento. O gume é convexo, com marcas de estrias e perda de matéria-prima indicando possível uso (?).

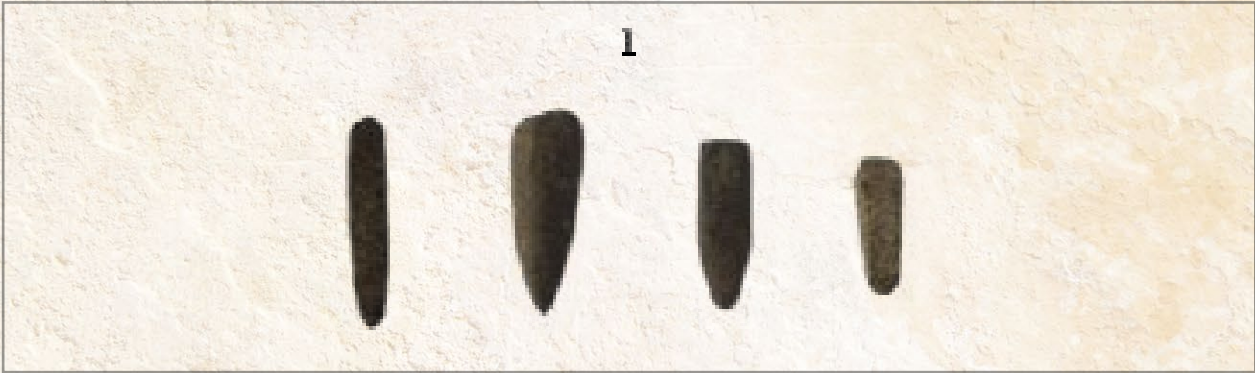


V – Fragmento de lâmina de machado picoteada e polida (sem a parte proximal), de morfologia indeterminada. Sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a (?) x 3,6 x 2,5 cm e peso de 121g. O gume é convexo, com marcas de estrias e brilho indicando possível uso (?).

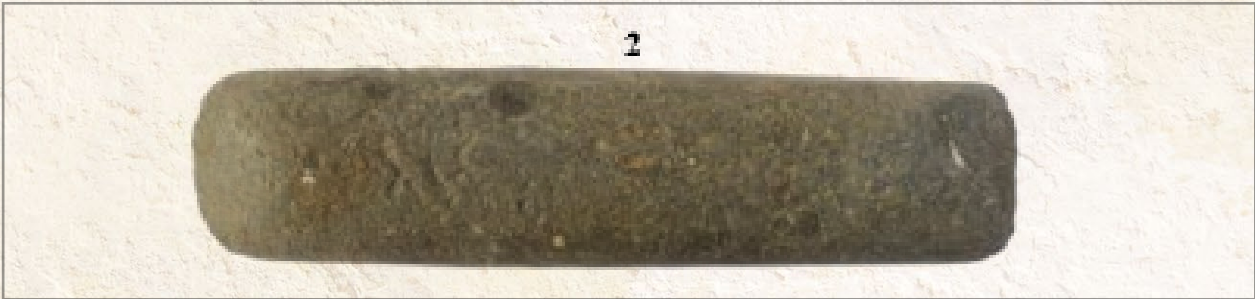
X - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 8,0 x 5,6 x 3,1 cm e peso de 253g. As faces são arredondadas e o talão truncado-picoteado. O gume é convexo, com perda de matéria-prima indicando possível uso (?).

W - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,0 x 5,3 x 2,1 cm e peso de 115g. As faces são levemente planas e o talão arredondado-picoteado, com ombros discretos. O gume é convexo, com estrias e brilho indicando possível uso (?).

Y - Lâmina de machado polida, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 7,6 x 7,6 x 2,7 cm, e peso de 233g. As faces e o talão são arredondados. Possui reentrâncias como vestígio de encabamento. O gume é convexo, com uma pequena quebra no lado direito, além de estrias indicando possível uso (?).



1 - Peças líticas polidas, alongadas e estreitas, sobre matéria-prima não identificada. Com dimensões que variam de 2,1 x 0,7 x 0,4 cm a 3,3 x 0,6 x 0,4 cm e peso de 1 a 5g. Possuem normalmente quatro faces (duas mais estreitas e duas mais largas). As extremidades são mais pontudas na parte distal, e mais quadradas na parte proximal. Os estigmas observados apontam para a utilização do polimento como técnica de produção.



2 - Instrumento picoteado e polido, de morfologia alongada, sobre matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 22,0 x 5,0 x 3,7 cm e peso de 814g. Possui talão truncado-picoteado e um gume convexo, com estrias, brilho e perda de matéria-prima indicando possível uso (?). As técnicas observadas foram o picoteamento e o polimento.



3 - Bigorna em matéria-prima não identificada. Com dimensões próximas a 11,2 x 7,5 x 5,7 cm e peso de 912g. Possui duas faces paralelas entre si, sendo uma superfície plana e uma levemente convexa. Nessa última há uma concavidade rugosa (2,9 x 2,6 x 2,0 cm – C x L x P) com marcas de impacto que são ásperas ao toque.



4 - Mão-de-mó polida, de morfologia cilíndrica/arredondada, em matéria-prima não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 15,9 cm de comprimento, por 6,8/5,0/1,2 cm (largura da parte proximal, mesial e distal) e 6,0/5,1/2,4 cm (espessura da parte proximal, mesial e distal), com peso de 892g. O talão é plano e picoteado, com alguns negativos vestigiais. Há estrias de polimento em toda a peça. Na parte ativa (distal) há perda de matéria-prima, tornando a superfície rugosa e áspera ao toque, além de uma coloração avermelhada (macrotraços de possível utilização?).

5 - Mó em matéria-prima não identificada, com dimensões próximas a 32 x 26 x 10,5 cm (C x L x E). Possui uma concavidade lisa, medindo 15 x 15 x 6,5 cm (comprimento x largura x profundidade).

MUSEU DO FORTE

Na área expositiva do Museu do Forte há 51 peças líticas, produzidas sobre diferentes tipos de rochas e minerais, das quais podemos destacar os muiraquitãs (Pranchas X e XI – 15 peças) e as lâminas de machados (Pranchas XII e XIII – 36 peças).

De modo geral, os muiraquitãs apresentam dimensões e padrões tecnológicos parecidos e a maioria possui forma morfológica de batráquios, com cabeça, tronco e membros bem definidos. Os suportes não são mais identificáveis, devido ao seu alto grau de transformação. Como nas outras coleções, foi possível observar pelo menos três técnicas de produção: o alisamento, o polimento e o entalhe. Entretanto, a coleção do Museu do Forte apresenta algumas diferenças em relação às outras apresentadas: possui furos limitados, localizados nas laterais, além de superfícies posteriores côncavas. Já as lâminas de machado apresentam dimensões e morfologias parecidas com as descritas para os outros museus. Algumas são elipsoidais, trapezoidais, retangulares ou semilunares. Possui marcas de encabamento como sulcos, ombros e reentrâncias, ou às vezes esses vestígios estão ausentes. São polidas, alisadas, com alguns setores picoteados e/ou lascados. Os gumes normalmente são convexos, alguns com perda de matéria-prima, brilho e estrias, características que podem indicar possível uso. Mas as estrias também podem ser do polimento. Como para as outras coleções, o nível técnico das peças é alto, indicando um domínio importante das técnicas de produção.

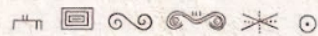
Muiraquitãs

A/B - Muiraquitãs produzidos em matérias-primas não identificadas e suportes indeterminados. Com dimensões próximas a 3,1 x 2,1 x 0,6/2,8 x 1,9 x 0,7 cm e peso de 7 e 5g, respectivamente. Possuem morfologias batráquias. Nas partes frontais há entalhes inclinados e horizontais que desenhavam e delimitam as peças em cabeça, tronco e membros (pernas, patas). Nas cabeças há furos únicos e centrais. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e planas. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além da perfuração.

C - Muiraquitã produzido em matéria-prima de coloração azul não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 2,4 x 1,5 x 0,6 cm e peso de 4g. Possui morfologia retangular. Na parte frontal há entalhes inclinados e vertical que desenhavam e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas e patas). Possui uma quebra na pata direita. Na cabeça há um furo único e central. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e côncava. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

D/E - Muiraquitãs produzidos em matérias-primas verdes não identificadas e suportes indeterminados. Com dimensões próximas a 2,3 x 1,4 x 0,5/2,7 x 1,4 x 0,6 cm e peso de 4g ambos. Possuem morfologias retangulares. Nas partes frontais há entalhes inclinados e verticais que desenhavam e delimitam as peças em cabeça, tronco e membros (pernas e patas.). Possuem furos únicos e centrais nas cabeças. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e côncavas. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além da perfuração.

F - Muiraquitã produzido em matéria-prima verde não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 3,7 x 3,7 x 1,0 cm e peso de 17g. Possui morfologia batráquia. Na parte frontal há entalhes inclinados e horizontal que desenhavam e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas e dedos). Na cabeça há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos (há quebras nessa região devido às fissuras internas na matéria-prima). Apresenta orifício transversal, situado no sulco que delimita a cabeça do tronco, que pode ter sido realizado a partir de um ou dois furos laterais. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e plana. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

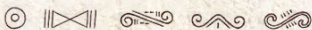


G/H - Muiraquitãs produzido em matéria-prima verde e marrom (G) e verde brilhoso (H) não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 2,2 x 1,6 x 0,9/ 2,5 x 2,0 x 0,9 cm e peso de 4 e 7g, respectivamente. Possuem morfologias batráquias. Nas partes frontais há entalhes inclinados e horizontais que desenham e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas.). Na cabeça há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos (há quebras nessa região devido às fissuras internas na matéria-prima - G). Apresentam orifícios transversais, situados nos sulcos que delimitam a cabeça do tronco e que podem ter sido realizados a partir de um ou dois furos laterais. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e planas. As técnicas observadas foram o polimento e alisamento para preparar as superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além da perfuração.

I/J - Muiraquitãs produzidos em matérias-primas verdes não identificadas e suportes indeterminados. Ambos com dimensões próximas a 2,0 x 1,2 x 0,5 cm e peso de 3g. Possuem morfologias batráquias. Nas partes frontais há entalhes inclinados e horizontais que desenham e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas). Nas cabeças há furos centrais únicos entre essas incisões. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e levemente côncavas. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além da perfuração.



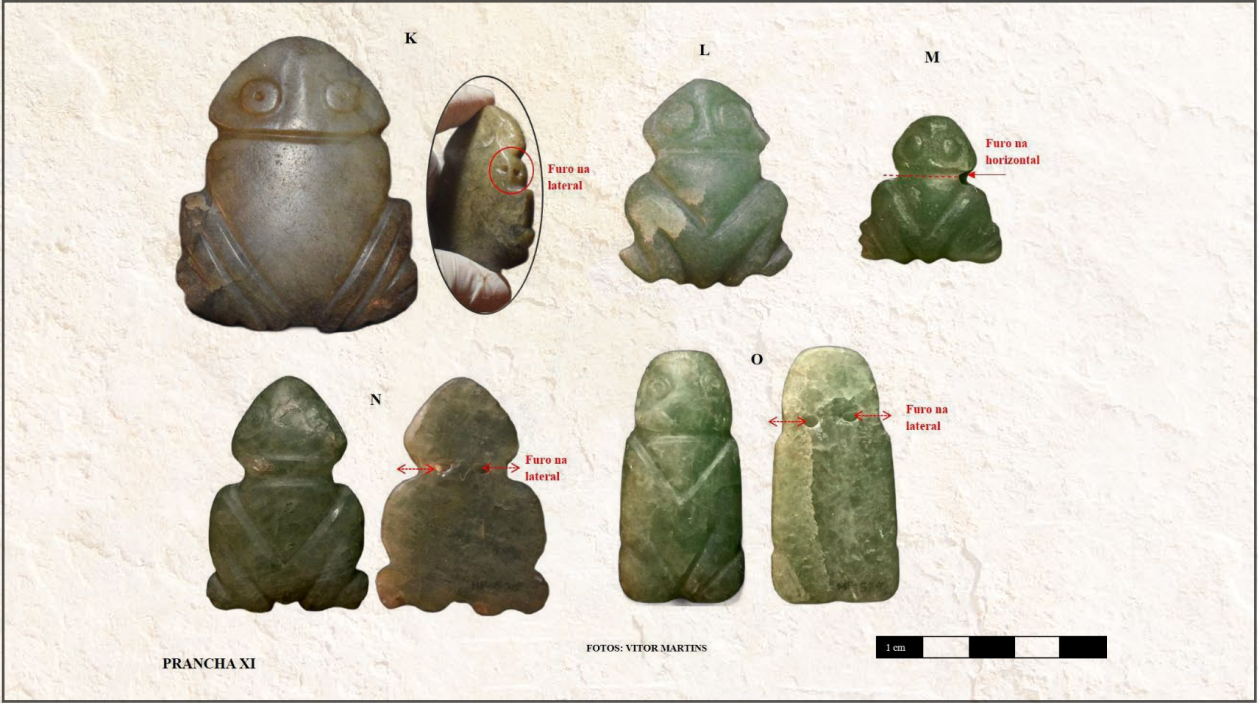
K - Muiraquitã produzido em matéria-prima marrom (com fissuras internas) não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 6,6 x 5,4 x 1,5 cm e peso de 93g. Possui morfologia batráquia. Na parte frontal há entalhes inclinados e horizontal que desenham e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas e patas). Na cabeça (de formato triangular) há duas protuberâncias que caracterizam os olhos levemente assimétricos. Possui furos nas laterais (na divisão da cabeça e tronco) que não atravessam a peça. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e plana. As técnicas observadas foram o alisamento e o polimento, para preparar as superfícies, e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração. Tem uma quebra recente na pata esquerda (onde há fissuras internas na matéria-prima).



L/m - Muiraquitãs produzidos em matérias-primas verdes não identificadas e suportes indeterminados. Com dimensões próximas a 4,0 x 3,0 x 1,0/2,4 x 2,3 x 0,8 cm e peso de 15 e 6g, respectivamente. Possuem morfologias batráquias. Nas partes frontais há entalhes verticais e horizontais que desenham e delimitam as peças em cabeça, tronco e membros (pernas, patas.). Nas cabeças (de formatos triangulares) há duas protuberâncias levemente assimétricas que caracterizam os olhos. Apresentam orifícios transversais, situados nos sulcos que delimitam a cabeça do tronco e que podem ter sido realizados a partir de um ou dois furos laterais. Nas partes posteriores há apenas superfícies lisas e planas. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define as morfologias das peças, além da perfuração. Há uma quebra recente no lado direito (L), próximo ao olho (onde a matéria-prima é mais frágil).

n - Muiraquitã produzido em matéria-prima verde não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 5,4 x 3,6 x 1,1 cm e peso de 33g. Possui morfologia batráquia. Na parte frontal há entalhes inclinados e horizontais que desenham e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas e dedos). Na cabeça (de formato triangular) há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos (possui quebras na região dos olhos devido às fissuras internas da matéria-prima. Possui furos nas laterais (na divisão da cabeça e tronco) que não atravessam o corpo. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e plana, além dos furos citados. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.

O - Muiraquitã produzido em matéria-prima verde (com fissuras internas) não identificada e suporte indeterminado. Com dimensões próximas a 5,6 x 2,8 x 1,0 cm e peso de 29g. Possui morfologia batráquia. Na parte frontal há entalhes inclinados e horizontal que desenham e delimitam a peça em cabeça, tronco e membros (pernas, patas.). Na cabeça há duas protuberâncias assimétricas que caracterizam os olhos (ambos com furos no centro). Possui furos nas laterais (na divisão da cabeça e tronco) que não atravessam a peça. Na parte posterior há apenas uma superfície lisa e plana, com os respectivos furos. As técnicas observadas foram o polimento, para preparar as superfícies; e o entalhe, que define a morfologia da peça, além da perfuração.



Lâminas de Machado

As 36 peças expostas no Museu do Forte são objetos polidos inteiros e semi-inteiros, dentre lâminas de machados de diferentes dimensões e morfologias, seixos com e sem marcas de uso, além de algumas peças não identificadas.

Aqui não mostraremos todas as peças expostas porque a forma como as peças estão dispostas na vitrine impossibilita que elas sejam removidas sem que cause algumas marcas e/ou danos em suas superfícies. Abaixo, na prancha XII, estão alguns exemplos dos objetos que estão expostos no Museu do Forte. São peças de morfologias retangulares, ogivais, triangulares, elipsoidal, com talões truncados, pontudos, convexos inclinados e côncavos. Possuem reentrâncias, ombros ou entalhes como vestígios de encabamento. As faces são normalmente arredondadas e os gumes são convexos ou retangulares, com ou sem marcas que indicam possível uso (estrias, brilho e perda de matéria-prima).

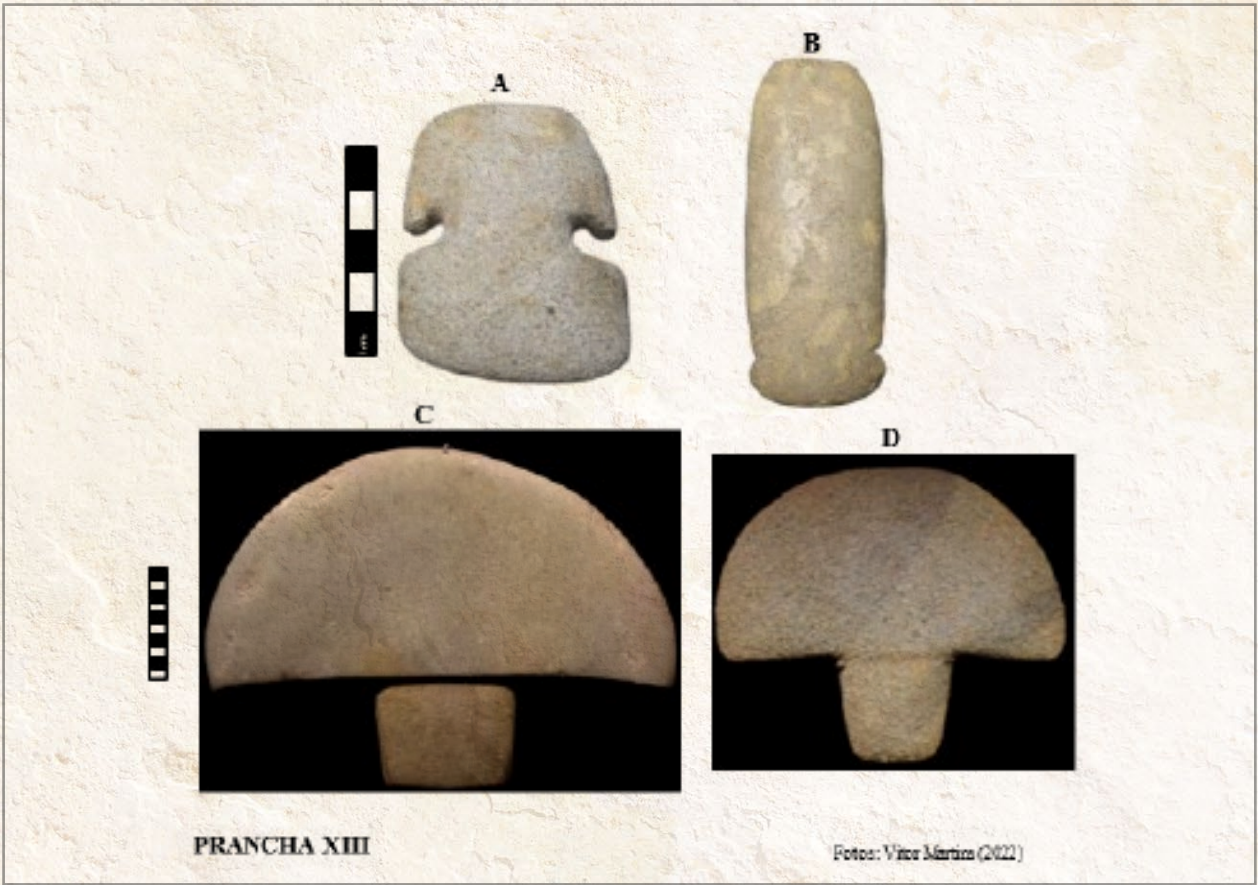


Além dessas, temos quatro peças com características morfológicas diferentes das que foram descritas até então:

A - Lâmina de machado polida, de morfologia retangular, em suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 7,2 x 5,7 x 2,1 cm e peso de 147g. As faces são levemente planas e o talão truncado. Possui reentrâncias profundas nas laterais como vestígios de encabamento. O gume é retangular convexo, com estrias indicando possível uso (?).

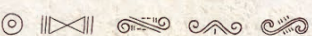
B - Lâmina de machado picoteada e polida, de morfologia retangular alongada, em suporte e matéria-prima não identificados. Com dimensões próximas a 10 x 3,9 x 2,0 cm e peso de 138g. As faces são arredondadas e o talão truncado. Possui reentrâncias como vestígios de encabamento na parte distal (parte ativa da peça, o que não é comum). Seria um reaproveitamento da peça (?). O gume é convexo e com estrias, que pode ser do polimento ou de possível uso.

C/D - Lâminas de machados picoteada e polida (C) e outra bastante erodida (D) de morfologias semi-lunares, em matérias-primas e suportes não identificados. Possuem dimensões próximas a 33,5 x 47 x 3 cm (C) e 27 x 32 x 3 cm (D). Há estrias de polimento na superfície e no “cabo” da lâmina C. Não foi possível pesar, fotografar e nem observar com clareza os demais vestígios tecnológicos, pois elas não saem facilmente da vitrine (estão presas com pregos).



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho permitiu conhecer um pouco mais sobre o universo dos vestígios arqueológicos encontradas em três museus do estado do Pará. Por meio das referências utilizadas e das descrições realizadas, vimos o quão complexo pode ter sido o sistema social no qual essas peças líticas estavam inseridas. Os grupos humanos que produziram a diversidade desses artefatos sabiam exatamente o que procuravam e para quais finalidades seriam utilizados. Além disso, dominavam o processo tecnológico de produção deles. Assim, eles conheciam os melhores suportes, as matérias-primas específicas para cada tipo de instrumento e onde encontrá-las, o que permite pensar que a produção desses artefatos não era feita por qualquer pessoa do grupo, mas, provavelmente, por especialistas.



Atualmente, muitos desses objetos podem ser vistos em vitrines de museus no Brasil e no mundo, com a finalidade maior de comunicar e de trazer informações sobre os povos que os produziram. Porém, para que isso ocorra de forma satisfatória, é necessário considerar o contexto no qual estavam inseridos. Se encontrados em uma escavação arqueológica, atribuímos informações a partir do momento em que esses objetos são retirados do seu contexto original (onde são analisados aspectos espaciais, estratigráficos, ambientais etc.) até fazerem parte de um ambiente expográfico, o que envolve curadoria, análise, classificação e a escrita/divulgação dos resultados alcançados, por meio de artigos científicos, livros, seminários, dentre outros. Todos esses procedimentos são baseados nos atributos e protocolos criados em laboratórios. Com isso, visamos analisar e interpretar os diferentes significados que eles tinham no seu respectivo meio social/cultural. Já aos que não fizeram parte de um contexto arqueológico conhecido, as informações e possíveis análises/classificações serão bastante escassas e incompletas.

Quando pensamos nesses espaços expositivos, é importante refletir sobre o papel que o museu desempenha atualmente na sociedade, enquanto agente educador e comunicador da relação público e objeto. Sabemos que os museus mudaram muito ao longo do tempo, e a forma de expor os objetos também. De espaços contemplativos a instituições de estudo, os museus, os espaços expositivos e expográficos ganharam novos significados relacionados a preservação, conservação e divulgação dos bens culturais, “se antes os objetos eram contemplados, ou analisados, dentro da suposta ‘neutralidade da ciência’, agora devem ser interpretados” (Ramos, 2004, p. 20).

Ao falarmos dos espaços expositivos dos museus, não podemos deixar de pensar nas diferentes questões que isso implica, desde a interação com público até os suportes utilizados para que esta interação seja possível, sempre ressaltando que o Museu é um lugar de educação, que leva à memória, à cultura e ao conhecimento. Nesse sentido, devemos ter em mente que a exposição deve ser vista sempre como uma fonte de reflexão para o visitante, nunca como um conhecimento dado e acabado (Ramos, 2004).

Por essa perspectiva, é imprescindível analisar/questionar a maneira como atualmente esses objetos estão expostos nas vitrines dos museus. Do ponto de vista museológico, é essencial a preocupação com a conservação e integridade física das peças, porque qualquer interferência na aparência pode implicar na criação de sinais (estigmas) antes inexistentes, comprometedores para a interpretação analítica deles. De modo geral, observamos que nos espaços expositivos dos três museus visitados (Museu de Gemas, Museu de Arte Sacra e Museu do Forte) os objetos estão alocados em suportes inadequados, como uso de pregos e linhas de nylon para prender as peças no lugar desejado, o que pode danificá-las com o passar do tempo, além de impossibilitar a remoção delas quando necessário. Os pregos são objetos que sofrem processo de oxidação com o passar do tempo, sobretudo quando estão em contato com a umidade, e a umidade é uma das principais características da nossa região. Outro ponto que merece atenção são as peças cerâmicas e líticas, tão fundamentais para a Arqueologia amazônica, sendo utilizadas como suportes para apresentar joias.

Por outro lado, os suportes de acrílicos utilizados para expor os muiraquitãs são mais adequados, só precisam ser adaptados. Não há necessidade de serem amarrados com linhas de nylon, pois com o tempo, o material pode criar fissuras ou mesmo desgastar a matéria-prima. Esses mesmos suportes podem ser pensados para as lâminas de machados e outros objetos líticos, só é preciso se atentar para as especificidades, como as dimensões e peso de cada peça. Esses cuidados são extremamente necessários para preservar e prolongar a integridade física dos acervos, consequentemente, as informações que podem ser extraídas deles futuramente.

Importante salientar que artefatos arqueológicos fazem parte do sistema cultural de diferentes grupos sociais, ou seja, vai muito além do que nós, arqueólogas e arqueólogos, conseguimos entender com nossas descrições e análises. Conseguimos ler os stigmas deixados nas peças e até entender as etapas de produção delas, por exemplo, as técnicas utilizadas no processo de produção. Mas a análise que fazemos dentro dos protocolos que criamos e seguimos é apenas uma pequena parte da rede de relações nas quais esses artefatos foram um dia envolvidos. Não temos como fazer a leitura dos significados dessas peças no imaginário das populações que as produziram, ficamos muito mais na dimensão das técnicas e tecnologias envolvidas neste processo. Dificilmente alcançaremos o patamar simbólico e cultural dos quais eles fizeram parte, especialmente se as peças são arqueologicamente descontextualizadas, fato, entretanto, que não diminui seu valor patrimonial.

CONVERSA



04

Paulo Roberto do Canto Lopes
Laura Neila Costa da Silva
Vitor Nazareno da Mata Martins
Cássia da Rosa
Silvinho Silva



04 | ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA E POSSÍVEIS NARRATIVAS HISTÓRICAS DEPREENDIDAS POR MEIO DE OBJETOS CERÂMICOS

INTRODUÇÃO

Apesar de descontextualizados, os acervos estão relacionados ao território usado¹ pelos povos pré-colombianos e posteriormente pelos colonizadores europeus. Apesar da antropização dinâmica, transformadora e irreversível, os sítios arqueológicos e as materialidades resistiram ao tempo, mesmo com muitas perdas (destruição de sítios) ou apagamento de informações (coleccionismo) e falta de informação (dificuldade de acesso a acervos).

É importante afirmar que os sítios arqueológicos da Amazônia são relatados desde o período colonial, porém, descritos com mais detalhes por viajantes dos séculos XVIII e XIX. A partir da década de 1920, os sítios arqueológicos amazônicos já são referências de etnólogos, geólogos e arqueólogos. Arqueólogos, inclusive, realizam pesquisas sistemáticas na região a partir do final da década de 1930.

Os territórios usados pelos grupos sociais favoreceram seu desenvolvimento cultural, social, econômico e político e a permanência de longa duração foi incrementada com as práticas de movência nos vastos territórios, pois o desenvolvimento da pesquisa arqueológica tem apontado para trocas culturais em vastas áreas da Amazônia (Lopes, 2016).

A diversidade daqueles grupos sociais definiu interesses, finalidades de sobrevivência, processos históricos, territorialidades diferentes, até divergentes, sendo esses processos fundamentais para sua formação e estabelecimento territorial, no qual os grupos sociais definiram e desenvolveram seus sistemas simbólicos, particulares ou influenciados, sendo a cultura um dos marcadores para as escolhas e expressões que se estabeleceram o estar no mundo, de cada indivíduo e o pertencimento do indivíduo ao coletivo e ao território usado, mesmo que as fronteiras entre culturas e território sejam sempre sujeitas a negociações e incertezas (Fernandes; Fernandes, 2019).

Lamentavelmente, muito desses territórios estão para sempre inacessíveis, em razão da grande e extensa depredação desses espaços. Por isso, a relevante importância dos acervos e coleções para a manutenção da memória material de antanho, como índice do desenvolvimento de povos e comunidades amazônicas pretéritas.

O resultado dessa pesquisa arqueológica está sendo um dos frutos da efetivação do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais do Simm/Secult, sempre pautado na legislação brasileira, nas normativas e portarias do Iphan, propondo também a busca pela sensibilização de comunidades tradicionais, da sociedade geral e dos gestores municipais estimulando as ações de educação patrimonial e ambiental.

As experiências vivenciadas como laboratório caracterizam-se por pesquisas arqueológicas e ações de educação patrimonial realizadas no Cemitério da Soledade e no local onde será implantado o Museu da Consciência Negra, ambos em Belém do Pará. Outras pesquisas arqueológicas colaborativas estão sendo desenvolvidas em área de Resex marinha na zona costeira paraense, a partir do município de São Caetano de Odíveas, com integração das instituições por meio do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, da UFPA - Campus Castanhal e o ICMBio, facilitadores da elaboração da agenda para a efetivação de pesquisas arqueológicas, antropológicas, históricas, geográficas, geológicas, biológicas, turísticas e elaboração de protocolos para a coleta de dados de pesquisas interdisciplinares, bem como do planejamento junto à comunidade de ações para a proteção do patrimônio arqueológico da região, visando ao fortalecimento das identidades locais, desenvolvimento local, sustentabilidade, ecoturismo, desenvolvimento e proteção ao meio ambiente, geração de novas perspectivas de emprego e renda, sinalização e qualificação das comunidades locais.

A outra experiência como laboratório e apresentada neste artigo foi a atualização do inventário dos acervos arqueológicos baseada em sete coleções relacionadas a cerâmicas: o primeiro acervo arqueológico corresponde à fase Marajoara (400 a 1350 A. D. – séc. V ao séc. XIV), procedente da Fazenda São Marcos², às margens do rio Camutins, município de Anajás e/ou Santa Cruz do Arari, na Ilha de Marajó, tendo sido adquirida pelo Governo do Estado do Pará em 1976, este acervo está guardado na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Simões do Museu Paraense Emílio Goeldi, por meio de um ‘Contrato de Comodato’. São 458 objetos, sendo 275 peças inteiras ou incompletas e 183 peças fragmentadas. 27 objetos desse acervo estão expostos no Museu do Forte do Presépio (urnas funerárias, vasos, tigelas, pratos, bancos, estatuetas e tangas).

O acervo da fase Marajoara (400 a 1350 A. D. – séc. V ao séc. XIV) procedente da Fazenda Santa Cruz Tapera³, no município de Soure, na Ilha de Marajó. Esse segundo acervo foi adquirido pelo governo do estado em 1991, com o acervo tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (DPHAC) da Secult-PA, inscrita no livro de tombo n. 2 (livro de tombo de bens arqueológicos e antropológicos) por meio do Processo 3593/91, de 24 de janeiro de 1992 (acervo arqueológico da cerâmica marajoara). O acervo é composto de 719 objetos, sendo 219 peças completas e 460 fragmentos (cerâmicas, líticos, crânio humano).

O acervo está sob a guarda do MPEG, como já dito, por meio de Contrato de Comodato. O terceiro acervo arqueológico foi adquirido pelo Governo do Estado do Pará em 2002, contendo 249 peças e fragmentos, está em exposição nos Museus do Forte e de Gemas e na Reserva Técnica de Arqueologia do MEP.

O quarto acervo é procedente da cidade de Santarém e arredores são constituídos de 1.444 objetos da fase Santarém (Tapajônica) e Konduri, sendo incorporados aos acervos arqueológicos sob a guarda da Secult-PA, em 2001 e tombada pelo Dphac, em 2005, também no livro de tombo n. 2, por meio do Processo 219296/2002 (Coleção de cerâmica tapajônica, de 28 de abril de 2005). Na Reserva Técnica de Arqueologia do MEP estão acondicionadas as 1.263 peças restantes. Esses artefatos são vasos de cariatídes, vasilhas com bordas ocas, cachimbos, tortuais de fuso, estatuetas e fragmentos.

O quinto é referente ao acervo lítico (objetos em rochas e minerais) doado por diversos sujeitos em momentos diferenciados. É composto por artefatos polidos e lascados, como estatuetas, muiraquitãs, pontas de projétil, conta, lâminas de machados e outros. Ele está exposto no Museu do Forte do Presépio, no Museu de Gemas do Pará e na Galeria Fidanza do Museu de Arte Sacra, além de guardados nas Reservas Técnicas de Arqueologia do MEP e do MPEG (parte desse acervo foi tratado no artigo 3 deste livro).

¹ Para Santos (2005), o território usado não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas, uma vez que “[...] é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (Santos, 2005, p. 14). Assim, para Lopes (2012, p. 39), “O território é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas.”, sendo a “[...] identidade se traduz no sentimento de pertencimento, ou seja, pertencer àquilo que lhe pertence [...]”.

² Os proprietários da época de aquisição do acervo eram Graciete Darcier Lobato McPhee e Godfrey Errold McPhee (Coleção Governo do Estado).

³ Coleção Heronildes de Albuquerque Acatauassú Nunes (Dita I e Dita II).

O sexto acervo arqueológico foi doado em 2003, e está sem procedência, sendo 42 peças em cerâmica, 28 peças da fase Marajoara, sete peças da fase Santarém (Tapajônica) e seis peças não identificadas culturalmente. Além do acervo cerâmico, foram doados 48 artefatos líticos diversificados. No ano de 2006, o mesmo doador do acervo acima, disponibilizou mais 13 peças cerâmicas.

Em 2012 foi realizada a doação do sétimo acervo ao Simm/Secult, composto de nove peças completas de cerâmicas da fase Marajoara e 483 fragmentos. Os artefatos são: urnas funerárias, tigelas, tangas, estatuetas, afiadores de cerâmicas e líticos, materiais líticos e ósseos.

OS ARTEFATOS, FRAGMENTOS E SUAS HISTÓRIAS

A prática de transformar argila em artefatos cerâmicos é uma antiga atividade humana de manipulação de recursos naturais que permanece até os dias atuais, em constante processo de aprimoramento e manipulação da matéria-prima, utilização de novas técnicas, métodos, tecnologias e utilidades, que podem variar de acordo com a necessidade, utilidade diária funcional ou simbólica. São testemunhos produzidos e reunidos por várias sociedades humanas, em diferentes momentos e regiões do mundo, que expressam sua continuidade histórica, em exposições e museus, promovendo um convite às reflexões daqueles que fazem o presente, sobre suas matrizes intelectuais e tradicionais do passado⁴.

A utilização da argila para fabricar artefatos pode não estar relacionada a um único local de origem, nem a um determinado tempo histórico, mas é preciso considerar a possibilidade de ter sido inventada independentemente em diversas regiões diferentes, o que nos faz refletir que a fabricação de objetos de cerâmica pode não estar relacionada necessariamente à agricultura, mas também poderia ser resultado de processos de experimentação de grupos sociais com matérias-primas já conhecidas. Há pouco, descobriu-se um fragmento de vasilha cerâmica produzida há aproximadamente 20 mil anos, na caverna de Xianrendong, província de Jiangxi, no Sul da China, que foi utilizado para o cozimento de alimentos e fermentação de bebidas (Xiaohong et al., 2012); no Oriente próximo, há cerca de 10.000 anos, vasilhas cerâmicas foram localizadas na Turquia, em construções de moradia e utensílios; já na foz do Rio Amazonas os artefatos cerâmicos foram utilizados em utensílios cotidianos e cerimoniais que datam entre 8500 a 7500 B.P.

A produção cerâmica na Amazônia brasileira: fazer cerâmica e estudar o testemunho

A cerâmica dos povos originários da Amazônia tem suas origens em regiões independentes, estando fortemente relacionada ao manejo de plantas e experimentações de práticas agrícolas, para a agricultura de subsistência, ocorridas por volta de 7.000 anos B.P (Roosevelt, 1995). Os estudos arqueológicos indicam que objetos cerâmicos inteiros e fragmentados são encontrados em contextos diversos, a exemplo das denominadas 'urnas funerárias' da Amazônia, que remetem a práticas ritualísticas fúnebres ameríndias (Roosevelt et al., 1996).

⁴ A prática da coleta e reunião de objetos do passado é “[...] uma iniciativa que acompanha várias sociedades no mundo, independentemente da cultura, acontecendo de acordo com os interesses de cada uma e, em alguns casos, variando ao longo do tempo. Essa variação de interesse acerca de objetos do passado aconteceu, no ocidente e no oriente, motivada pelas intensas transformações políticas, culturais e científicas que aconteceram da antiguidade até os dias atuais, em consequência de curiosidades sobre o passado comum. [...]” (Martins, 2010, p. 469).

Figura 1 - Urnas funerárias, Ilha de Marajó, Pará, Brasil



Paulo do Canto, 2023

Esses testemunhos, como outros objetos cerâmicos, simbolizam ‘escolhas culturais’ e são, ao mesmo tempo, produtos e vetores de relações sociais, que podem ser lidos pelos arqueólogos como arquivos documentais de tradições, tecnologias, relações sociais e universos simbólicos, nos quais estavam inseridos os artesãos que os criaram. Cada objeto revela intenções, fazeres, saberes, memórias e relações sociais da pessoa que o confeccionou permitindo acesso a informações de diferentes lugares e contextos cronológicos que permitem traçar histórias de diferentes tradições ceramistas, de diversos modos de vida e de processos sociais.

Sousa (2009) comenta que é abundante a presença de vestígios arqueológicos cerâmicos, na Amazônia devido à larga produção de artefatos dessa natureza pelos povos originários e seus descendentes, os quais somados aos artefatos de rochas (líticos), fragmentos de carvão e conchas apresentam melhores condições de preservação no meio tropical, diferentemente das cuias, armas de madeira,

tecidos, cestarias, plumárias, colares de semente etc. (Sousa, 2009). Outros importantes testemunhos encontrados na região são os sepultamentos, os microvestígios (grão de pólen, fitólitos, diatomáceas e carvão pirogênico), o solo (Terra Preta Arqueológica), a vegetação, a hidrografia, entre outros. Segundo ela, mesmo que os vestígios sejam encontrados muitas vezes fragmentados ou erodidos, “[...] sua simples presença é um testemunho inequívoco da atividade humana” (Sousa, 2009, p. 90).

A presença expressiva de cerâmica em muitos sítios arqueológicos da Amazônia é indicativa da importância dessa tecnologia para os povos indígenas, pois as vasilhas ocupam papel importante nos complexos sistemas de processamento e consumo de bebidas e alimentos, assim como para compartilhar e transmitir ideias por meio das imagens pintadas, gravadas ou modeladas em suas paredes. As urnas funerárias em cerâmica preservam os restos humanos dos ancestrais e, muitas vezes, constituem novos corpos para outra vida pós-morte (Sousa, 2009).

Para além das vasilhas, a cerâmica também foi a tecnologia escolhida para a confecção de muitos outros tipos de artefatos, como estatuetas, bancos, cachimbos, rodela de fuso, pesos de rede, apitos, chocalhos, pingentes etc. Por esse motivo, é fundamental ampliar os estudos a respeito das cerâmicas arqueológicas, por elas, muitas vezes, representarem os únicos vestígios materiais disponíveis, assim como por terem ocupado um papel importante na vida cotidiana e ritual dos povos originários e atuais da Amazônia. Esses vestígios resguardam importante testemunho do passado e também oferecem na sua leitura a operação de diferentes regimes de historicidade.

Figura 2 - Urna Funerária, Ilha de Marajó, Pará, Brasil



Vitor da Mata, 2023

Ao longo da história da pesquisa arqueológica da Amazônia houve algumas tentativas de síntese sobre os parâmetros para estudos de vestígios cerâmicos, uma das principais referências é a obra da arqueóloga Betty Meggers, dedicada a estudos cerâmicos da Amazônia brasileira por décadas e postulando teorias sobre as origens dos diferentes complexos cerâmicos evidenciadas em sua obra maior: *Archaeological Investigations in the Mouth of the Amazon* (1957)⁵. Também podemos citar a obra intitulada *The Upper Amazon* (1970)⁶, do arqueólogo Donald Lathrap, que sintetizou os dados disponíveis até então sobre o tema, mostrando novos modelos para entender as cerâmicas arqueológicas e seu potencial criativo nas culturas da floresta. Esses modelos foram difundidos pela bacia amazônica através de fluxos migratórios de alguns grupos linguísticos. Nas décadas seguintes, o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) e, posteriormente, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA) desenvolveram um programa metodológico impulsionado por Meggers, identificando dezenas de fases e tradições arqueológicas para as cerâmicas de diferentes áreas e tradições da Amazônia brasileira (Lopes, 2016).

Desses estudos resultaram informações a respeito do período pré-colombiano e o grande desenvolvimento populacional e cultural na Amazônia, comprovadas pelas extensões de sítios arqueológicos com solo de terra preta, profundas mudanças na paisagem, manejo de plantas e abundante cultura material, cenário transformado de forma significativa quando os europeus chegaram aos territórios indígenas (Roosevelt, 1991a).

Estudos cerâmicos desenvolvidos na Ilha de Marajó

Segundo a arqueóloga Denise Schaan, estudiosa de sítios arqueológicos da região do arquipélago da Ilha de Marajó, os objetos cerâmicos e líticos foram símbolos de

homogeneização do povo, raça, território e de um governo”, não importando o quão distante estariam de seu tempo, como são os objetos arqueológicos da Ilha de Marajó, manufaturados por diferentes grupos sociais que habitaram a região de Marajó desde, aproximadamente, 3.500 B. P. (Schaan, 2000, p. 90).

Para Schaan (2009, p. 15), a cultura marajoara é autóctone, ou seja, os povos teriam sido originários daquela própria região, pois “[...] a partir de um processo de mudança cultural que ocorreu entre as comunidades que já habitavam a Ilha há 3.500 anos”. Ou seja, os vestígios arqueológicos, a existência das cerâmicas em dadas localidades significa pistas historiográficas de relações sociais e suas relações com o território usado (Lopes, 2016). A maioria das peças de cerâmica são objetos ricamente decorados, possivelmente utilizada em rituais, produzidas com argila, normalmente com inclusões de cacos moídos, fragmentos de vegetais, ossos e cinzas, o que as tornava mais resistentes para o uso. Muitas peças ganhavam cores como preto (que provinha provavelmente do jenipapo ou carvão mineral) e o vermelho (retirado do urucum ou de minerais), além do uso de engobo branco e outros.

⁵ Segundo Rosa (2008), a arqueóloga Betty Meggers foi “[...] uma personagem incontestavelmente importante para o desenvolvimento da arqueologia brasileira [...]” cujas teorias foram bem aceitas no meio político e internacional brasileiro. Para ela, a estadunidense trouxe para a Amazônia “[...] a ordenação de um conhecimento científico, metodologia de campo e de laboratório para pesquisas arqueológicas na Amazônia e problemas de pesquisa relacionados a ocupação amazônica. (Rosa, 2008, p. 89).

⁶ Pedro Paulo Funari explica que Donald Lathrap foi arqueólogo e professor da Universidade do Illinois que se notabilizou por ser considerado o “[...] maior proponente da prioridade cronológica e complexidade cultural na pré-história amazônica, em oposição aos pontos de vista de Meggers e Evans [...]” (Funari, 1994, p. 32).

Figura 3 - Tanga marajoara



Vitor da Mata, 2023

As diversas formas de grafismos podem informar sobre as possíveis mitologias ameríndias, lendas e animais, como cobras, escorpiões e jacarés. Os desenhos têm aspectos labirínticos, são formados por grafismos geométricos muito bem concatenados e a zoomorfização e antropomorfização são frequentes. Schaan (2009) cita como exemplo as igaçabas, urnas funerárias dos ameríndios da região, que pelos grafismos eram identificadas características sobre a personalidade do morto em questão, descrevendo-o se era criança, adulto ou idoso, homem ou mulher.

Compreendemos que na forma de comunicação visual de significados socialmente compartilhados existe o uso recorrente de figuras de serpentes, de diversos estilos e em diversos objetos, as quais são representadas de maneira naturalista e pictórica, assim como outros animais também eram representados, por inteiro e parcialmente por meio dos grafismos com representações do corpo, do rabo, da cabeça, da pele etc. Para o povo Tukano, do Noroeste amazônico, por exemplo, o elemento cobra está muito presente por causa de uma explicação mitológica: seus antepassados chegaram dentro do corpo de uma cobra-canoa com a função de povoar o mundo (Schaan, 2009).

Figura 4 - Tigela, Ilha de Marajó, Pará, Brasil

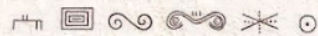


Vitor da Mata, 2023

Figura 5 - Urna marajoara



Paulo Canto, 2023



Algumas características sobrepõem-se no tempo e no espaço, por vezes situadas no mesmo sítio arqueológico, por até centenas de anos (Meggers; Danon, 1988, Meggers, 1954, Schaan, 2009). Os arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans, pesquisadores de culturas arqueológicas da foz do Amazonas, definiram seis fases cerâmicas para o arquipélago de Marajó, as quais representariam populações que teriam chegado pelo Norte à Ilha, vindas do Amapá, algumas se posicionando, em um primeiro momento, nas Ilhas Caviana e Mexiana. Cronologicamente, as referidas fases foram denominadas de Ananatuba, Mangueiras, Acauã, Formiga, Marajoara e Aruã (Meggers; Evans, 1957).

Segundo Schaan (2009), as indústrias cerâmicas que as fases representam têm como características tecnológicas o acordelado, para a manufatura das vasilhas; o uso do caco moído, como antiplástico e uma pasta cuja coloração sugere variação nos processos de queima, relativa às condições de boa oxidação. Com exceção da Aruã, algumas das técnicas decorativas observadas nas diversas fases arqueológicas de Marajó são as mesmas. A arqueóloga exemplificou que os tipos incisos das fases Ananatuba, Mangueiras e Formiga, assim como com os tipos escovados de todas as fases distinguem-se apenas pela coloração da pasta.

A pesquisadora demonstrou que as produções cerâmicas da Ilha de Marajó partilham de uma tecnologia similar – o que pode ter relação à proximidade geográfica, possibilitando contato, trocas, casamentos, assim como o uso das matérias-primas: argila, combustível para a queima e antiplástico feito de cerâmicas quebradas e reaproveitadas. As vasilhas cerâmicas de Ananatuba, Mangueiras e Formiga possuem grande similaridade, o que pode estar relacionado a uma mesma cultura alimentar. Segundo Schaan (2007), essas fases foram classificadas em tradições cerâmicas distintas por causa das características decorativas, o que parece ter pouco significado histórico ou cultural (Fase Ananatuba pertence à tradição Hachurada-Zonada, enquanto a fase Mangueiras pertence à tradição Borda Incisa).

Mudanças observadas em padrões de assentamento (construção de tesos e ocupação das áreas de savana sazonalmente alagáveis), o aumento expressivo na variedade de formas e dos estilos de vasilhas e artefatos e a introdução de novas e complexas técnicas decorativas levaram Meggers e Evans (1957) a afirmarem que a fase Marajoara seria a fase representante “de uma sociedade complexa que teria chegado à ilha já plenamente desenvolvida” (Meggers, 1954, p. 89). Ou seja, uma nova forma de ocupar o meio ambiente, uma nova forma de organização sociopolítica que se expandiu, unindo populações e destacando-se tecnologicamente às ocupações existentes em cada local (Roosevelt, 2019).

Figura 6 - Banco, Ilha de Marajó, Pará, Brasil



Schaan (2007) comentou que, além de suas funções econômica e social, a cerâmica adquiriu importância política e ideológica e, diante disso, a fase Marajoara representa inovação relacionada ao uso social da cerâmica por causa das novas estratégias de subsistência e à produção de objetos rituais para festas e cerimônias, que se tornam mais frequentes e importantes. Há uma produção e uso intenso de um tipo de vasilha “de base plana e paredes grossas”, segundo a autora, “provavelmente destinada a triturar alimentos (mandioca ou amido de palmeira), que seriam fermentados para produção de bebidas alcoólicas para festas.” (Schaan, 2004, p. 290). As festas e rituais são momentos representativos sociais para aglutinação e exercício de reverência ao poder constituído. A pesquisadora concluiu que a cerâmica passou a fazer parte de toda uma “parafernália material” (Schaan, 2004, p. 290), que é utilizada dentro de um processo de afirmação da identidade regional, dos limites políticos e da hierarquia social.

Estudos cerâmicos desenvolvidos no baixo Amazonas

Segundo Gomes (2010), que estudou hipóteses sobre a organização social e a cronologia do desenvolvimento de culturas oriundas das áreas do Tapajós-Trombetas, interpretando 84 vasilhas inteiras e 34 fragmentos grandes de vasilhas –, os estudos da arte cerâmica dos Tapajó estão vinculados a extensas análises descritivas, iconográficas, cronológicas, tecnológicas etc. relacionadas a objetos rituais de coleções de materiais arqueológicos. Essas análises iniciam-se no ano de 1939, com Hellen Palmatary e vão até a atualidade.

A autora frisa que a maior parte da produção é marcada pela ausência de uma interpretação voltada para os significados das representações iconográficas, porém, em 1950, com diferencial, o jornalista e estudioso da cerâmica, Frederico Barata, desenvolveu uma análise pioneira no campo da Antropologia Visual amazônica, quando descreveu as partes constituintes dos principais vasos e estatuetas antropomorfas, reproduzindo os grafismos incisos e atribuindo significados a distintas classes de representações naturalistas tridimensionais de animais, seres humanos e híbridos retratados na cerâmica ritual dos Tapajó, objetos característicos do que conhecemos como “cerâmica tapajônica”. O autor identifica o fenômeno amplamente representado nessa cerâmica, de transformação de figuras humanas em ‘zoomorfas’. Essas figuras

[...] obedecem a um permanente e invariável estilo de representação, que a deduzir da própria constância deve simbolizar algo de muito importante para a vida tribal, possivelmente refletindo a simbiose de alma do homem com o animal, comum nas crenças primitivas [...]. (Barata, 19540, p. 26-27).

Gomes (2010, p. 456) definiu as afirmações do autor como “noções estéticas fundamentais”, verdadeiras chaves interpretativas, que anos depois seriam retomadas no estudo dos significados sociocosmológicos da arte cerâmica dos Tapajó, corroborando para a identificação dos tipos cerâmicos predominantes em Santarém, dentre eles os vasos cariátides (nomeados por Barata, ou seja, vaso dividido em três partes, com figuras antropomorfas e zoomorfas), vasos de gargalo (na maioria com representações zoomorfas e do sexo masculino), estatuetas antropomorfas, muiraquitãs e cachimbos. Frederico Barata afirma que, diferente de como alguns autores definem, além de serem enfeitadas com penas ornamentais, as cerâmicas da fase Santarém possuíam cores em suas decorações, dentre elas as cores “vermelho, amarelo, branco e preto”, atestadas por meio de diversos fragmentos encontrados (Gomes, 2010).

Figura 7 - Estatueta



Vitor Martins, 2023

Nas afirmações é evidenciada a relação íntima entre os grupos sociais da região e a natureza, revelando redes sociais forjadas de geração em geração. Redes que se estendem para além do território de Santarém, como compreendemos em Troufflard (2016), ao identificar em seu estudo recente, que cerâmicas similares da santarena são encontradas a 230 km de distância. Segundo análises de forma, decoração e tecnologia de Gomes (2008, p. 67), os fragmentos encontrados continham a estética de “Santarém, Influência Santarém, Konduri, Influência Konduri, Globular e Barrancoide”, ou seja, a variação encontrada no material era referente a outros grupos indígenas da mesma época do Tapajó. Afirma também que uma possível rede de comércio contendo um centro de poder pode ter sido formado tanto por sociedades de cacicados como por sociedades transitórias. Portanto, as análises das cerâmicas arqueológicas referenciam historicamente fluxos sociais de sociedades pré-colombianas.

Outra cientista que, como Denise Gomes, tem trabalho determinante sobre a cerâmica tapajônica é Anna Curtenius Roosevelt, que desenvolveu um estudo no sambaqui Taperinha, um sítio arqueológico de 6,5m de profundidade, no qual encontrou conchas, ossos de peixes, carvões, rochas, fragmentos de vasilhas, e fragmentos de ossos humanos (Roosevelt et al., 1991a). Segundo a autora, as vasilhas continham decoração simples, com incisões curvilíneas e retilíneas nas bordas, com resíduos de cinzas nos fundos externos delas, compreendendo uso culinário.

Pelas datações radiocarbônicas, termo usado na época, em carvões e conchas chegou-se a 5.000 e 4.000 B.P, já nas datações das cerâmicas, datadas pelo processo de termoluminescência, constatou-se (até então) serem as cerâmicas mais antigas das Américas, com 7.000 BP. As evidências de Roosevelt (1995) determinaram que a região foi ocupada por povos que viveram com recursos aquáticos e que no decorrer do tempo foram substituídos por horticultores, portanto, houve uma continuidade de ocupação no século XX. Em outra escavação, no sítio Caverna da Pedra Pintada, a pesquisadora encontrou

fragmentos líticos e vestígios biológicos, o sítio foi datado 11.200 anos B.P., contemporâneo ao paleoíndio americano (Roosevelt et al., 1996). Esses dados levam a existência de grupos caçadores-coletores.

Cada fragmento arqueológico é importante para a sistematização sociológica de determinado tempo/espço. Além de tudo, a partir de 1990, podemos conhecer diferentes abordagens de universos simbólicos das sociedades complexas pré-colombianas amazônicas, conforme cita Gomes (2008), uma delas é a coletânea *Unknown Amazon: Culture in Nature in Ancient Brazil* (2001), organizado por Colin McEwan, Eduardo Neves e Cristiana Barreto, como precursora em destacar o mundo mítico, a ancestralidade e as “representações de chefia” das comunidades indígenas da região. Contudo, a referência que o documento faz a Santarém, referenciada ao ‘xamanismo, a arte e a sociopolítica’ não convém de forma significativa, fato que só foi possível quando aliado a Etnologia Indígena, estudo o qual se preocupou com as cosmologias amazônicas, as representações artísticas das cerâmicas cerimoniais e a identificação dos contextos arqueológicos. Portanto, segundo Gomes (2010):

ao lado dos grandes vasos de efígie e estatueta de homens sentados segurando chocalhos, o conjunto de representações icônicas associadas a diversas classes de vasilhas cerimoniais aponta para um elemento comum - a metamorfose corporal característica do xamanismo indígena (Gomes, 2010, p. 216).

A autora demonstra por meio de suas pesquisas que nas cosmologias indígenas há atribuição de grande importância à caça e às relações simbólicas com os animais, tendo o xamanismo como elemento norteador (Gomes, 2010). Nessa linha de pensamento existem os considerados humanos e os não humanos (os animais, espíritos dos mortos, mestres dos animais, donos dos rios, deuses etc.). Como descreve a autora, aquele considerado xamã, “pode assumir o ponto de vista de outras espécies, transitar livremente entre os patamares cósmicos, lidar com os espíritos patogênicos, resgatar almas capturadas e empreender metamorfose corporal” (Gomes, 2010, p. 217). Compreende-se que os artefatos são mediadores entre seres humanos e não humanos, ativando relações entre os planos cósmicos por meio da ação ritual.

Os vasos cerâmicos tapajônicos por meio das iconografias antropozoomorfas são compreendidos como materialização da ideia de metamorfose corpórea, como afirma Gomes (2010):

os vasos globulares, com pintura vermelha zonada, utilizados provavelmente para armazenamento de bebidas, possuindo uma capacidade volumétrica de 4 a 5 litros, enfatizam as representações de caráter transformacional, retratando tanto animais de presa, como seres meio homem meio animal, alguns em plena transformação. Uma variação destes mesmos vasos globulares são aqueles com efígie de onça, cuja pintura policrômica, organizada em padrões geométricos elaborados, mimetiza a pelagem do animal, remetendo aos estados alterados de consciência, durante os transe xamânicos, que levam à visualização das manchas do animal. (...) vasos de gargalo [...] são representados vários animais (urubu-rei, pássaros diversos, cachorro-do-mato, etc.) e seres híbridos, sobrepostos à cabeças de jacarés, que se prolongam em dois outros apêndices laterais em forma de semicírculos opostos, colocados sobre o corpo do vaso. Outros dois apêndices de rãs completam uma distribuição em simetria radial. Estes parecem recontar antigos mitos relativos à diferenciação das espécies (Gomes, 2010, p. 218).

Roosevelt (1999) interpreta as iconografias de Santarém, simbolicamente, atribuindo-lhe o nome de “cacicado guerreiro”, baseada na predominância de animais ferozes, como onças, jacarés, serpentes e aves de rapina, e metaforiza a figura do Tapajó como guerreiro expansionista. Porém, em uma análise detalhada das iconografias, consegue-se visualizar a predominância de signos ligados à estrutura do cosmos, às relações com os animais e as narrativas mitológicas, as quais formam a organização xamânica – tecnologias xamânicas. Portanto, há uma ontologia predatória na qual as negociações sociais não se dão apenas entre humanos, mas entre humanos e animais, humanos e espíritos, e as

cerimônias coletivas, de cunho político, mediadas pelos xamãs envolveram os artefatos veiculando essas ideias. Essas interpretações possibilitam identificar os “regimes cosmológicos pré-coloniais amazônicos” (Gomes, 2010, p. 231).

Estudos de cerâmicas diferentes da ameríndia

Além das cerâmicas arqueológicas existe na Amazônia um tipo de cerâmica denominada de Cabocla, que é importante referendar, pois ele é localizado em sítios arqueológicos, expressa elementos ameríndios que persistiram ao longo do tempo, sendo confeccionado para uso exclusivamente doméstico, porém, aproveitando-se de técnicas utilizadas pelos ameríndios, ressaltando, porém, que ela é diferente da ameríndia (Lopes, 1999). A cerâmica Cabocla é normalmente localizada na superfície do solo de sítios arqueológicos da Amazônia, estando agregada à cerâmica arqueológica, haja vista, as comunidades tradicionais implantarem suas habitações em locais que foram escolhidos anteriormente pelos ameríndios. Inclusive, muitas cidades amazônicas atuais foram implantadas sobre sítios arqueológicos, como é o caso de Belém, Soure, Salvaterra, Joanes, Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Maracanã, Quatipuru, Bragança, Cametá, Santarém, Óbidos, Juruti, Altamira, dentre outras, e onde localizam-se cerâmicas caboclas.

O solo de TPA é muito fértil, favorecendo a agricultura de subsistência, assim as comunidades normalmente utilizam esses locais para moradia e para o roçado. Como essa população normalmente fabricava seus objetos de uso, é pertinente pensar que as vasilhas quebradas eram descartadas na proximidade das residências, misturando-se à cerâmica arqueológica (Lopes, 1999), inclusive na Ilha de Marajó foram identificados sítios arqueológicos com essas características ocupados recentemente por agricultores ou vaqueiros.

Figura 8 - Cerâmica cabocla (vaso)



Silvinho Silva, 2023

Sítio arqueológico PA-JO-23: Ilha da Ponta, “Segundo informações, a ilha da Ponta foi habitada durante muitos anos por civilizados (...) na superfície, constata-se a existência de cacos abundantemente espalhados, misturados com cerâmica cabocla, certamente produto de ocupação civilizada (...)” (Simões; Figueiredo, 1963, p. 2).
Sítio arqueológico PA-JO-25: Santa Luzia: “Foi ocupado por civilizados há alguns anos, notando-se ainda vestígios dessa ocupação por fragmentos de telha e cerâmica cabocla” (...). (Simões, 1965, p. 7).
Em prospecção feita nos rios Anajás e Atua, foi encontrado o sítio PA-JO-49: Cacoal, que apresenta apenas cerâmica indígena, porém “(...) a 5 km de distância do sítio Cacoal fizemos prospecções no leito do Igarapé Pau-de-Rosa e terrenos adjacentes. Esse igarapé estava seco em um grande trecho na ocasião da visita. Recolhemos material histórico e cerâmica cabocla e indígena (...)” (Schaan, 1997, p. 22).

A fase Aruã, identificada por Meggers e Evans (1957), pode ser relacionada aos Aruã históricos, porém possuem cerâmica temperada somente com caco moído, sendo diferente da cerâmica cabocla (Meggers; Evans, 1957). As datações de Meggers e Danon (1988) indicam que os Aruã se estabeleceram nas Ilhas Caviana e Mexiana e Norte do Marajó entre os anos de 1300 e 1500 d. C. As inclusões utilizadas nas cerâmicas Cabocla são predominantemente caripé, porém, o caripé não foi trazido pelos Aruã em época mais recente, pois já é visualizado nas análises cerâmicas das fases anteriores (Formiga e Marajoara), nas quais existe a presença de caripé em níveis inferiores, não podendo, portanto, ser essa uma cerâmica cabocla, como conclui Simões (1965) em seus relatórios do projeto Marajó. Além disso, no Sítio Cacoal, há cerâmica temperada com a combinação de caripé com caco moído, em níveis inferiores, enquanto a cerâmica decorada da fase Marajoara aparece na superfície (Schaan, 1997).

Apesar das semelhanças na confecção de artefatos cerâmicos e de uma notória influência indígena na cerâmica cabocla é extremamente complexo precisar qual foi o grupo que inspirou os caboclos a confeccionarem os objetos cerâmicos, pois muitos foram os grupos ceramistas que habitaram a Amazônia em tempos pré-colombianos e no contato.

Figura 9 - Cerâmica cabocla (tigela)



Silvinho Silva, 2023



Dessa maneira, mesmo utilizando técnicas indígenas no preparo da cerâmica, os grupos familiares não são indígenas típicos, provavelmente nem herdeiros diretos das técnicas de manufatura dos objetos cerâmicos pré-colombianos, porém são os prováveis elos recentes de uma cadeia de transmissão de um modo de saber e fazer que perdurou e que sofreu transformações nos processos históricos de longa duração.

Quem há visto os restos da louça dos nossos selvagens, desentranhados da terra pelas investigações dos naturalistas, e admirado as formas bizarras, mas elegantes por vêzes, das igaçuas, estudando-lhes as gregas caprichosas e o desenho correto, e comparando-os com a louça grosseira, pesada e disforme que o tapuio e o mameluco fazem hoje, não pode deixar de notar essa decadência, que principiou sem dúvida logo após a conquista [...]” (Veríssimo, 1970, p. 16).

Barro de panelleiro: delle fazem louça de cozinha depois de misturado com cinza da casca do caraipé, ou com fragmentos do ferro forjado, ou com a cinza do casco do jaboti carumbé [...]. (Baena, 1839, p. 24).

Um exemplo da produção da cerâmica cabocla (Lopes, 1999) é apresentado pela arqueóloga Alícia Durán Coirolo: em uma comunidade no Amapá: mulheres têm a função de obter a matéria-prima, assim, para coletar a argila para o antiplástico utilizado na confecção dos objetos cerâmicos, elas se deslocam para um local distante de suas habitações (1h30 de canoa), já o caripé é trazido da floresta, o que toma um dia inteiro de trabalho dessas mulheres (Coirolo, 1991). Por isso, elas saem muito cedo de casa, chegando por volta de 7h no “barreiro”, abrem um buraco de mais ou menos dois metros, utilizando madeira como ferramenta, pois se o barro entra em contato com algum metal, ele fica impuro, a ponto de quebrar durante a queima, segundo relatos das mulheres. Nesse ínterim, as artesãs devem seguir algumas regras, segundo a autora:

- [...] 1 - Devem levar em consideração a fase da lua, tanto na extração da argila, quanto no corte do caripé. Somente três dias após a mudança de fase é que a tarefa pode ser realizada.
2 - As mulheres que vão participar do mutirão não devem estar menstruadas, pois isso faria com que a argila ficasse “contaminada”, quer dizer, impura;
3 - As mulheres grávidas também não podem participar dessas tarefas, pois poderiam “empanemar” a argila e a casca do caripé.
4 - As mulheres que participam do mutirão devem fazer abstinência sexual na noite que antecede a extração da argila (Coirolo, 1991, p. 78).

Após a retirada de 500 kg de material, que são distribuídos equitativamente entre as mulheres, as chamadas louceiras começam a fazer a limpeza das bolas de argila coletadas: retirando raízes e pedras da massa, amassando o barro, batendo para extrair o ar e o misturando com a cinza de caripé, adicionando um pouco de água para formar uma pasta. Após esse processo é que acontece a modelagem, sobre uma tábua ou alguidar virado, recoberta por uma folha de sororoca ou de bananeira. Após isso é feito o alisamento da peça, que irá para a secagem ao ar livre, “à sombra de verão, e ao sol do inverno” (Coirolo, 1991, p. 80). As peças são polidas com seixo ou semente de inajá (*Attalea maripa*), levadas para a cocção totalmente secas à temperatura de até 120° C para não racharem.

Também no momento de cocção das panelas existem muitas crenças, por isso, mulheres grávidas, menstruadas ou que tenham tido relação sexual no dia anterior também não podem participar do processo de cocção. Além disso, não se pode falar alto ou perto da fogueira sob risco de quebrar os objetos, a fogueira deve ser feita em lugar de pouca circulação e com poucas pessoas presentes, algumas louceiras fazem uma cruz com carvão no fundo dos potes como proteção contra quebra no fogo, mas os homens podem participar do processo de queima. O fogo deve perdurar por 15 a 20 minutos e depois ficar em brasa, completando cerca de 30 minutos. Depois disso é que a peça é retirada ainda quente e impermeabilizada com uma resina vegetal, a jutaica (*Hymenea courbaril*).

Compreendemos, pelas descrições de Coirolo (1991), a importância das determinantes “quem”, “como” e “quando” relacionados ao fazer das louceiras, suas práticas ritualistas de construção dos objetos cerâmicos



determinam relações de poder dentro da comunidade, sua importância é atribuída às práticas ancestrais, com suas crenças e sua identidade cultural (Coirolo, 1991).

É importante fomentar pesquisas como a de Coirolo (1991), pois elas possibilitam novos conhecimentos sobre uma prática que precisa ser cada vez mais analisada: a produção de panelas e os atores envolvidos nessa prática. No Brasil, segundo Iphan, o saber envolvido na fabricação artesanal de panelas de barro foi “o primeiro bem cultural registrado”, pelo instituto como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro dos Saberes, em 2002 (Brasil, 2006).

De acordo com esse Livro de Registro, o processo de produção no bairro de Goiabeiras, em Vitória, no Espírito Santo, “emprega técnicas tradicionais e matérias-primas provenientes do meio natural” (Brasil, 2006)¹³. A atividade é estritamente feminina, sendo repassada pelas artesãs paneleiras às suas filhas, netas, sobrinhas e vizinhas, no convívio doméstico e comunitário.

O ofício de paneleira de Goiabeiras transformou-se em meio de vida de mais de 120 famílias nucleares, muitas das quais aparentadas entre si, os objetos foram promovidos pela indústria turística como elemento essencial de um pretenso prato típico capixaba.

Segundo a descrição do Iphan, as tradições de construção permaneceram as mesmas:

[...] modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares. Depois de secas ao sol, são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, quando ainda quentes. Sua simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações. A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una, com maior número de elementos identificados com os desse último. (...) O saber foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro. (Iphan, 2006, p. 89).

A tradição cultural das paneleiras de Goiabeiras foi reconhecida nacionalmente, processo que poderia integrar mais comunidades, as quais permanecem descritas apenas por meio de pesquisas em arquivos acadêmicos ou dispostas a um grupo seletivo de comunidade científica. Além disso, algumas tradições sofrem um apagamento histórico. Portanto, é importante a compreensão e a produção de pesquisas colaborativas que fomentem e, consequentemente, valorizem historicamente os saberes e fazeres por trás das produções de cerâmicas, sejam arqueológicas, e/ou presentes em atuais dinâmicas sociais.

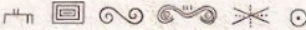
AS CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO ACERVO DO SIMM/SECULT

Feitas as considerações a respeito da importância da produção cerâmica até o presente e seu processo de transmissão de saberes e fazeres, nos concentraremos no levantamento e descrição de acervos de cerâmica arqueológica Marajoara e Santarém (tapajônica) do Simm/Secult, descontextualizados.

Na observação das cerâmicas arqueológicas do acervo do Simm/Secult levamos em consideração também o design das vasilhas e artefatos na descrição. Contudo, as formas das vasilhas e artefatos são variadas, relacionados possivelmente ao ritual, seja ele o de sepultar, sentar, tecer, musicar, armazenar ou servir (Arnold III, 1999).

Além disso, os aspectos tecnológicos e decorativos auxiliam no estabelecimento de padrões de uso e suas práticas cotidianas de subsistência na medida em que esses artefatos são vetores de práticas sociais, apesar dos limites das coleções descontextualizadas (Gomes, 2008).

¹³ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/51>.



As estatuetas completas e fraturadas presentes na amostra apresentam traços femininos antropomorfos ou zoomorfos (estilizados e não estilizados). Contudo, existem estatuetas com furo, com vestígios de queima, sugerindo uma função xamanística para o objeto. As estatuetas possuem funções variadas, apresentando diferentes conteúdos simbólicos (Schaan, 2007).

Quanto aos artefatos com funções xamanísticas têm-se no acervo cachimbos e as estatuetas, os quais podemos associar com a linha de raciocínio de Schaan (2007), ou seja, a partir de um exemplo etnográfico para a utilização de imagens em madeira e/ou arqueológicas, utilizadas nos rituais de cura xamanística, na medida em que quanto mais antiga a imagem maior seria o seu poder (Gomes, 2008).

A falta de contexto de deposição das estatuetas e cachimbos marajoaras e tapajônica (fase Santarém) dificulta a inferência sobre a utilização dos artefatos, o que interfere no estabelecimento de sua função, tornando-os mais complexos. Dessa maneira, a pesquisa no acervo do Simm/Secult reforça que o contexto arqueológico é totalmente desconhecido, o que dificulta as análises, assim, o uso xamanístico, por exemplo, passa a ser uma sugestão apoiada apenas nos aspectos estilísticos das imagens.

Amostra levantada

O material cerâmico estudado faz parte de coleções provenientes de fazendas da Ilha de Marajó e do município de Santarém. Os artefatos cerâmicos completos e incompletos em exposição no Museu do Forte do Presépio totalizam 111 peças; e no Museu de Gemas do Pará, 161 peças.

COLEÇÃO	ESPAÇO EXPOSITIVO	OBJETO/QUANTIDADE	ANO DE AQUISIÇÃO
Governo do Estado	MFP	Tigelas (2) Pratos (4) Estatuetas (1) Vaso (1) Tangas (2) Bancos (4) Urnas funerárias (12)	1976
Dita I	MFP	Tigela (1) Pratos (4) Estatuetas (4) Vaso (2) Tanga (2) Vasos miniatura (2) Vasilhas (2) Inalador (1) Urnas funerárias (2)	1991
Dita II	MFP	Tigela (1) Tangas (2) Vaso (3) Prato (1) Estatuetas (3) Apêndices (6)	2002
Geraldo Corrêa	MFP	Vasos (3) Estatuetas (14) Apêndices (10) Cachimbos (12) Cariátides (11)	2001



Dita II	MGP	Tigelas (5) Tigelas miniatura (2) Vasos (8) Vasos em miniatura (5) Pratos (4) Pratos miniatura (4) Pratos pedestal (2) Estatuetas (1) Tangas (4) Bancos (2) Urnas funerárias (6) Inalador (1) Estatuetas (5)	2002
Geraldo Corrêa	MGP	Apêndices (43) Vasos (4) Tigelas (2) Estatuetas (14) Vasos miniatura (2) Cariátides (10) Apliques (2) Tortuais de fuso (3) Fragmentos (22) Cachimbos (9) Apitos (2)	2001

As escavações irregulares e as coletas possivelmente aleatórias não foram embasadas e/ou subsidiadas por critérios teóricos e metodológicos em sua retirada do espaço e contexto, deixando lacunas referentes à resolução de problemas e definições de hipóteses a serem respondidas a partir do levantamento de dados.

Pelas características da intervenção a sítios, acreditamos que quem retirou os artefatos não obedeceu a critérios metodológicos e teóricos definidos pela Arqueologia para os locais de escavação, bem como para as coletas durante a escavação ou na superfície. Por isso, interpretamos que os vestígios arqueológicos foram selecionados em função de sua característica estética e visual não propriamente a sua distribuição espacial ou contextual onde fora depositado.

Para a pesquisa dos artefatos, buscamos o enfoque funcional, as classes de uso e os aspectos simbólicos, mesmo com as limitações óbvias relacionadas à ausência de referenciais relativos aos contextos de deposição e espaciais dos artefatos nos sítios arqueológicos. Todavia, os artefatos foram levantados considerando as ações humanas referentes à sua produção a partir das formas, função, uso, significados simbólicos, além de atentar para as marcas deixadas neles.

O material arqueológico analisado consistiu em objetos cerâmicos variados, completos e incompletos, além de materiais líticos diversificados, todas as duas categorias relacionadas a grupos sociais pré-colombianos.

Os artefatos passaram por uma avaliação funcional (classes de uso) e simbólica, sendo fotografado. Eles também foram divididos em grupos (artefatos completos e incompletos), agrupados em conjuntos (objetos completos, incompletos, estatuetas, cachimbos, entre outros), etapa importante para realizar a quantificação e a descrição formal dos artefatos selecionados.

Na atualização do inventário dos artefatos cerâmicos buscamos as relações entre as formas, uso, conteúdo e símbolos, a fim de interpretar os significados, relacionando-os às ações humanas, espaço físico, questões econômicas e socioculturais.



ACERVOS ARQUEOLÓGICOS DE POVOS ORIGINÁRIOS: CERÂMICOS (MARAJOARA, SANTARÉM E KONDURI) E MATERIAIS LÍTICOS						
ACERVO	PROCEDÊNCIA	AQUISIÇÃO	ANO	NÚMERO DE PEÇAS	EXPOSIÇÃO	RESERVA TÉCNICA
Governo do Estado	Fazenda São Marcos, rio Camutins, Ilha de Marajó	Compra	1976	458 peças cerâmicas	26 peças cerâmicas (MFP)	430 peças cerâmicas (MPEG) 2 peças cerâmicas (MEP)
Dita I	Fazenda Santa Cruz Tapera, município de Soure, Ilha de Marajó	Compra	1991	719 peças cerâmicas	19 peças cerâmicas (MFP)	700 peças cerâmicas (MPEG)
Geraldo Corrêa	Cidade de Santarém e arredores	Compra	2001	1.444 peças cerâmicas	50 peças cerâmicas (MFP) 131 peças cerâmicas (MGP)	1.263 peças cerâmicas (MEP)
Dita II	Fazenda Santa Cruz Tapera, município de Soure, Ilha de Marajó	Compra	2002	253 peças cerâmicas	46 peças cerâmicas (MGP) 16 peças cerâmicas (MFP)	191 peças cerâmicas (MEP)
Guy Veloso	Sem procedência	Doação	2003	42 peças cerâmicas	30 artefatos líticos (MFP)	42 peças cerâmicas (MEP) 18 artefatos líticos (MEP)
Leila Salame	Sem procedência	Doação	2006	48 artefatos líticos	4 muiraquitãs (MAS)	
Hélio Motta de Castro	Sem procedência	Doação	2006	1 artefato lítico	1 artefato lítico (batedor)	
Taylor Collyer	Óbidos, Oriximiná e Mojuí dos Campos	Doação	2011		10 muiraquitãs (MAS)	
Gabriel Guerreiro	Oriximiná, Faro, Terra Santa	Desapropriação	2011	58 muiraquitãs	12 muiraquitãs (MAS)	
Lise Lobato	Fazenda Guajarás (sítio arqueológico Guajarás), município de Cachoeira do Arari, Ilha de Marajó	Doação	2012	492 peças variadas		492 peças variadas (MEP)
Coleções de artefatos líticos	Sem procedência	Doação	-	39 artefatos líticos	15 muiraquitãs (MFP) 2 lâminas de machados semilunar (MFP) 1 bateador (MFP) 11 muiraquitãs (MGP) 8 pontas de projéteis (MGP) 1 conta de colar (MGP)]	1 lâmina de machado lítico fragmentado (MEP)
Coleções de artefatos líticos - SEICOM	Sem procedência	Doação	-	15 artefatos líticos	7 lâminas de machados (MGP)	7 lâminas de machado (MEP) 1 cinzel (MEP)

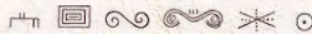
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA MARAJOARA (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	1	Tigela	Tipo Joanes Pintada circular	13,2 x 22,5 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	2	Tigela	Tipo Arari vermelho exciso, semiglobular	10 x 24,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	35	Tigela	Tipo Joanes Pintada na parte interna e Arari vermelho exciso externamente	4,5 x 13 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	3	Vaso	Zoomorfo (miniatura), tipo Anajás vermelho inciso globular	7 x 14,5 x 10,2cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	4	Vaso	Globular (miniatura), tipo Arari simples exciso	7 x 9,4 x 11,2cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	5	Vaso	Globular, tipo Anajás vermelho inciso	13 x 14,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	6	Vaso	Zoomorfo (miniatura), tipo Arari vermelho exciso branco retocado	5,4 x 11,7 x 8cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	36	Vaso	Miniatura, tipo Camutins simples	5,4 x 14 x 14,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	42	Vaso	Globular (fragmento), tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	23	Vaso	Zoomorfo (miniatura) tipo Anajás branco inciso	10,9x 8,7x 10,9 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	24	Vaso	Zoomorfo (miniatura) tipo Anajás duplo engobo inciso	8,4 x 5,7 x 7,4 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	25	Vaso	Zoomorfo (miniatura) tipo Anajás branco inciso	7 x 9 x 6,5 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	26	Vaso	Com gargalo, tipo Anajás duplo engobo inciso	15,9 x 17 x 14,5 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	27	Vaso	Com gargalo duplo (miniatura), tipo Joanes	8,5 x 12,8x 5,9 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	32	Vaso	Zoomorfo (miniatura), tipo Arari vermelho exciso	3 x 8,8 x 4,9 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	33	Vaso	Globular (miniatura) com gargalo, tipo Anajás simples inciso	8,2 x 11,1 x 7,2 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	34	Vaso	Zoomorfo (miniatura), tipo Anajás simples inciso	4,4 x 12,8 x 14 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	7	Prato	Zoomorfo (miniatura), tipo Anajás Pintado interno e parte externa com duplo engobo exciso	2,2 x 16 x 13cm



ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA MARAJOARA (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	15	Prato	Tipo Joanes Pintado (interno) e na parte externa, Anajás duplo engobo inciso	9,8 x 34,2 x 33,8cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	16	Prato	Tipo Joanes Pintado (interno) e na parte externa Anajás duplo engobo inciso	11,3 x 34 x 35,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	17	Prato	Tipo Anajás vermelho inciso	9,5 x 33,3 x 30cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	18	Prato	Tipo Joanes Pintado (interno) e Anajás vermelho inciso, externo	10 X 34cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	8	Urna funerária	Arari vermelho exciso	24,3 x 22,5 x 20,2cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	9	Urna funerária	Arari vermelho, exciso branco retocado	35,4 x 28,5 x 27cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	10	Urna funerária	Arari vermelho, exciso branco retocado	32,8 x 29 x 28,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	44	Urna Funerária	Para sepultamento secundário, tipo Arari vermelho exciso	14,8 x 19,6cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	1	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	76 x 70cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	2	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	73 x 66cm
		Urna funerária (externa à vitrine)		
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	3	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	68 x 58cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	4	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	42 x 45cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	5	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	67 x 67cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	6	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	72 x 59cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	7	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	48,5 x 46cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO		Vaso (externo à vitrine)	Globular com gargalo utilizado para sepultamento secundário, tipo Arari simples exciso	43 x 47cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	9	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	68,5 x 67cm



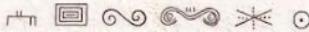
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA MARAJOARA (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	10	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	46 x 60cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	11	Urna funerária (externa à vitrine)	Tipo Joanes Pintado	78 x 66cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	11	Estatueta	Antropomorfa	19 x 11,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	12	Estatueta	Antropomorfa, Joanes Pintada	15,7 x 15 x 6,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	13	Estatueta	Antropomorfa	13,8 x 9cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	14	Estatueta	Cabeça de statueta, Antropomorfa (fragmento)	14 x 9cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	19	Estatueta	Fálica, tipo Arari vermelho exciso	11,8 x 4,9 x 4cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	20	Estatueta	Antropomorfa, tipo Joanes Pintado	21,8 x 11,8 x 9,5cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	21	Estatueta	Antropomorfa, tipo Joanes Pintado	7,3 x 4,6 x 3,7cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	22	Estatueta	Zoomorfo, tipo Arari simples exciso	9 x 6,7 x 6,2cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	28	Banco	Tipo Anajás vermelho inciso	3 x 14,2 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	29	Banco	Tipo Anajás vermelho inciso	3,9 x 12,9 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	30	Banco	Tipo Arari vermelho inciso	7,2 x 16 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	31	Banco	Tipo Anajás simples inciso	5,2 x 12,8 x 12 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	37	Tanga	Joanes Pintada	14 x 16,5 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	38	Tanga	Triangular tipo Carmelo vermelho	12,2 x 20 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	39	Tanga	Triangular tipo Joanes Pintado	12 x 19 x 4,2 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	40	Tanga	Triangular tipo Joanes Pintado	11,2 x 19 x 4 cm



ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA MARAJOARA (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	41	Tanga	Triangular tipo Joanes Pintado	10,3 x 12,6 x 4,8 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	43	Tanga	Triangular tipo Joanes Pintado	10,7 x 15,2 x 4,3 cm
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO		Fragmento	6 (seis) apliques	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA SANTARÉM (TAPAJÔNICA) [SIMM/SECULT]				
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	1	Vaso	Cariátides, corpo e borda	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	2	Vaso	Cariátides, base	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	3	Vaso	Gargalo, corpo e base	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	4	Figura	Cariátides (11 peças) – apliques	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	5	Aplique	Antropomorfo e zoomorfo (4 peças)	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	6	Cachimbos	Angulares (17 peças)	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	7	Cachimbo	Angulares antropomorfo	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	8	Cachimbo	Angulares antropomorfo	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	9 - 11	Estatueta	Antropomorfa de base semilunar (3 peças)	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	12	Estatueta	Zoomorfa	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	13	Aplique	Zoomorfo (2 peças)	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	14 - 15	Estatueta	Antropomorfa de postura ereta (2 peças)	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	16	Estatueta	Antropomorfa de postura sentada	



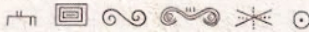
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA MARAJOARA (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	17	Estatueta	Antropomorfa	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	18 - 20	Estatueta	Antropomorfa de base semilunar	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO	21	Cabeça de esta-tueta	Antropomorfa (5 peças)	
MUSEU DO FORTE DO PRESÉPIO		Muirakitã	15 peças	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS – LÍTICOS (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DE ARTE SACRA	Muirakitã	74 peças (em análise – pos-sivelmente Histó-rico)		
MUSEU DE ARTE SACRA	Lítico	42 peças (lâmi-nas de machado, batedores, bigor-na, mão-de-mó, lasca)		
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS – MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Muirakitã	11 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Ponta de projétil	8 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Vaso	1 gargalo	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Conta de colar	1 peça	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Banco	2 peças	



ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS - CERÂMICA MARAJOARA (SIMM/SECULT)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Vaso	Indeterminado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Tanga	4 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Estatueta	5 inteiras e 13 fragmentadas	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Tigela	2 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Prato	5 peças, sendo uma miniatura	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Urna	5 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ		Lâmina de machado lítico	8 peças	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT): VITRINE 1 (39 PEÇAS)				
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	1	Vaso	5 peças, bordas de vasos diversos, decorado com apliques zoomorfos e antropomorfos	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Vaso	9 peças, caudas de animais modeladas em vasos zoomorfos	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Aba	6 peças, abas de vasos simples, decorados com modelagem e incisões	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Vaso	3 peças, alças de vasos simples, decorados com modelagem, pintura e incisões	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Aplique	10 peças, antropomorfos e zoomorfos	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	3	Prato	1 peça, com borda dupla, contorno simples Corpo em formato de calota esférica, com bordas duplas unidas por duas alças semicirculares	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	4	Vaso	3 peças, miniatura (pequenos vasos e tigelas de formas variadas)	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	5	Vaso	1 peça, corpo globular de formato achatado e provável gargalo	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	6	Vaso	1 peça, globular constituído de duas partes: o gargalo tronco-cônico e o corpo de formato esférico	



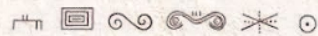
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS – MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT): VITRINE 2 (63 PEÇAS)				
LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	1	Vaso	10 peças, de caríatide (suporte antropomorfo) que servem para a sustentação nos vasos. 5 figuras zoomorfas contendo representações de urubu-rei aplicados ao corpo do vaso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Vaso	2 peças, o gargalo emerge ao centro de duas abas alongadas para os lados, estilizando a cabeça de pássaro ou jacaré. 6 peças, figuras zoomorfas representando cabeças de urubu-rei, jacaré e rã aplicadas no corpo do vaso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	3	Estatueta	1 peça, em forma bastante variada, zoomorfa e antropomorfa, com modelagem, retratando gestos e posturas variadas. 12 peças, fragmentos de estatuetas antropomorfos, cabeças, braços e pés	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	4	Artefato variado	2 peças, apitos zoomorfos representando aves. 9 peças, representando cachimbos angulares com fornilho e canal condutor, decorados em alto relevo, incisão e ponteados. 3 peças de rodela de fusos de cerâmica, elaboradas a partir de fragmentos de vasos destinados a balancear o fuso no trabalho de fiação. 1 peça de possível carimbo corporal, com superfície decorada com rosáceas	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	5	Cerâmica variada	12 peças, Konduri, provenientes dos rios Nhamundá e Trombetas, caracteriza-se pelos apliques zoomorfos, estilizados, cujo traço comum são as fileiras de ponteados. Foram identificadas como alças, fragmentos de bordas, figuras antropomorfos e zoomorfos e base de vasos tripodes, destacando-se as técnicas de aplicação de ponteados nas áreas em relevo	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS – MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT): VITRINE 3 (8 PEÇAS)				
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	1	Urna	1 peça, tipo Anajás, com duplo engobo inciso para sepultamento secundário	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Urna	1 peça funerária, globular, tipo Joanes Pintado para sepultamento secundário	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	3	Urna	1 peça, funerária cilíndrica, do tipo Anajás, com duplo engobo inciso. Para sepultamento secundário, apresenta largas incisões diametralmente opostas com estilizações antropomorfos	



LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	4	Urna	1 peça funerária, globular, tipo Joanes Pintado, para sepultamento secundário, com dois apliques globulares estilizados próximo à borda da urna	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	5	Tanga	1 peça triangular, do tipo Joanes Pintado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	6		Não identificada	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	7	Tanga	1 peça triangular, do tipo Joanes Pintado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	8	Banco	1 peça circular do tipo Anajás vermelho inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	9	Banco	1 peça, circular (miniatura) do tipo Anajás vermelho inciso	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT): VITRINE 4 (10 PEÇAS)				
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	1	Tigela	1 peça, circular miniatura do tipo Joanes Pintado na parte interna e do tipo Anajás branco inciso externamente. Em uma das extremidades da borda estilização de figura zoomorfa em alto relevo	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Prato	1 peça, retangular do tipo Joanes Pintado na parte interna e Anajás vermelho inciso externamente. Modelado na forma zoomorfa, representando cabeças de tartarugas diametralmente opostas	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	3	Prato	1 peça, em pedestal do tipo Joanes Pintado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	4	Vaso	1 peça, globular do tipo Arari vermelho, exciso branco retocado. No centro, representação de rosto humano em alto relevo	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	5	Urna	1 peça, funerária do tipo Anajás duplo engobo inciso, para sepultamento secundário	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	6	Tigela	1 peça, semiglobular do tipo Joanes Pintado na parte interna e carmelô vermelho, externamente	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	7	Vaso	1 peça, globular do tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	8	Estatueta	1 peça, antropomorfa do tipo Joanes Pintado. Cabeça com representação de sobrance-lhas, nariz e olhos em alto relevo, no centro do corpo representação estilizada do umbigo	



LOCAL DE EXPOSIÇÃO	NÚMERO DA PEÇA	OBJETO	DESCRIÇÃO	DIMENSÕES
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	9	Estatueta	1 peça, antropomorfa, do tipo Joanes Pintado. Do sexo feminino, com nariz, boca e olhos em alto relevo, braços estilizados, ventre proeminente e representação de sexo com inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	10	Estatueta	1 peça, zoomorfa, do tipo Joanes Pintado em forma de pássaro com sobrance-lhas, nariz, olhos e boca em alto relevo	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT): VITRINE 5 (18 PEÇAS)				
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	1	Prato	1 peça, circular do tipo Joanes pintado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Vaso	1 peça, globular miniatura do tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	3	Vaso	1 peça, semiglobular, do tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	4	Tigela	1 peça, semiglobular miniatura do tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	5	Vaso	1 peça, globular miniatura, do tipo Arari vermelho exciso, branco retocado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	6	Vaso	1 peça, miniatura do tipo Anajás duplo engobo inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	7	Prato	1 peça, circular miniatura do tipo Joanes Pintado	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	8	Vaso	1 peça, globular miniatura do tipo Anajás duplo engobo inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	9	Estatueta	01 peça, antropomorfa, do tipo Anajás simples.	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	10	Estatueta	1 peça, antropomorfa, do tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	11	Vaso	1 peça, zoomorfo, miniatura, do tipo Anajás branco inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	12	Vaso	1 peça, zoomorfo, tipo Anajás duplo engobo inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	13	Vaso	1 peça, miniatura do tipo Anajás vermelho inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	14	Colher	1 peça, ovoide, do tipo Anajás vermelho inciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	15	Tigela	1 peça, semiglobular, miniatura, do tipo Joanes Pintado internamente e Arari simples exciso na parte externa	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	16	Tigela	1 peça, zoomorfa, miniatura, do tipo Arari vermelho exciso	



MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	17	Vaso	1 peça, cilíndrica, miniatura, do tipo Arari vermelho exciso	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	18	Vaso	1 peça, globular, miniatura, do tipo Anajás duplo engobo inciso	
ACERVO ARQUEOLÓGICO DE POVOS ORIGINÁRIOS – MUSEU DE GEMAS DO PARÁ (SIMM/SECULT) – VITRINE 6 (29 PEÇAS)				
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	1	Cerâmica variada	10 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	2	Miniatura variada	5 peças	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	3	Cerâmica variada	12 peças, sendo 5 inteiras e 7 fragmentos	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	4	Cerâmica	1 peça, indeterminada	
MUSEU DE GEMAS DO PARÁ	5	Lítico	1 peça, lâmina de machado	

Análise funcional, técnica e simbólica dos artefatos

As coleções tiveram inventário atualizado e expressam o acúmulo de conhecimento da manufatura de objetos cerâmicos, interpretado como característica sociocultural dos grupos, pois os indivíduos daquela sociedade desenvolveram um modo de fazer os objetos cerâmicos, sendo utilizados provavelmente em rituais xamanísticos e no cotidiano. As características técnicas da cerâmica podiam informar o perfil funcional; já as classes de usos e as análises das decorações, o seu perfil simbólico.

O modo de produzir os objetos cerâmicos e líticos são reflexos culturais que englobam um conjunto de procedimentos técnicos e decorativos que os artesãos escolheram para a elaboração dos artefatos e cujo conhecimento passou a ser transmitido por gerações.



A seleção das matérias-primas utilizadas na manufatura dos artefatos não é apenas um traço cultural, pois depende da disponibilidade dos recursos naturais. Obtidos os recursos, há o processo de preparação da matéria-prima para a confecção de objetos, que perpassa pela limpeza da argila, adição do antiplástico e preparo da argila para transformar-se nas formas desejadas de acordo com as necessidades sociais. Os tratamentos dados às superfícies externas e internas das vasilhas variaram de acordo com o uso dado a cada objeto. A queima dos vasilhames, por exemplo, relaciona-se às práticas culturais, mas também aos processos físico-químicos nem sempre controlados pelo artesão.

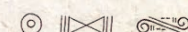
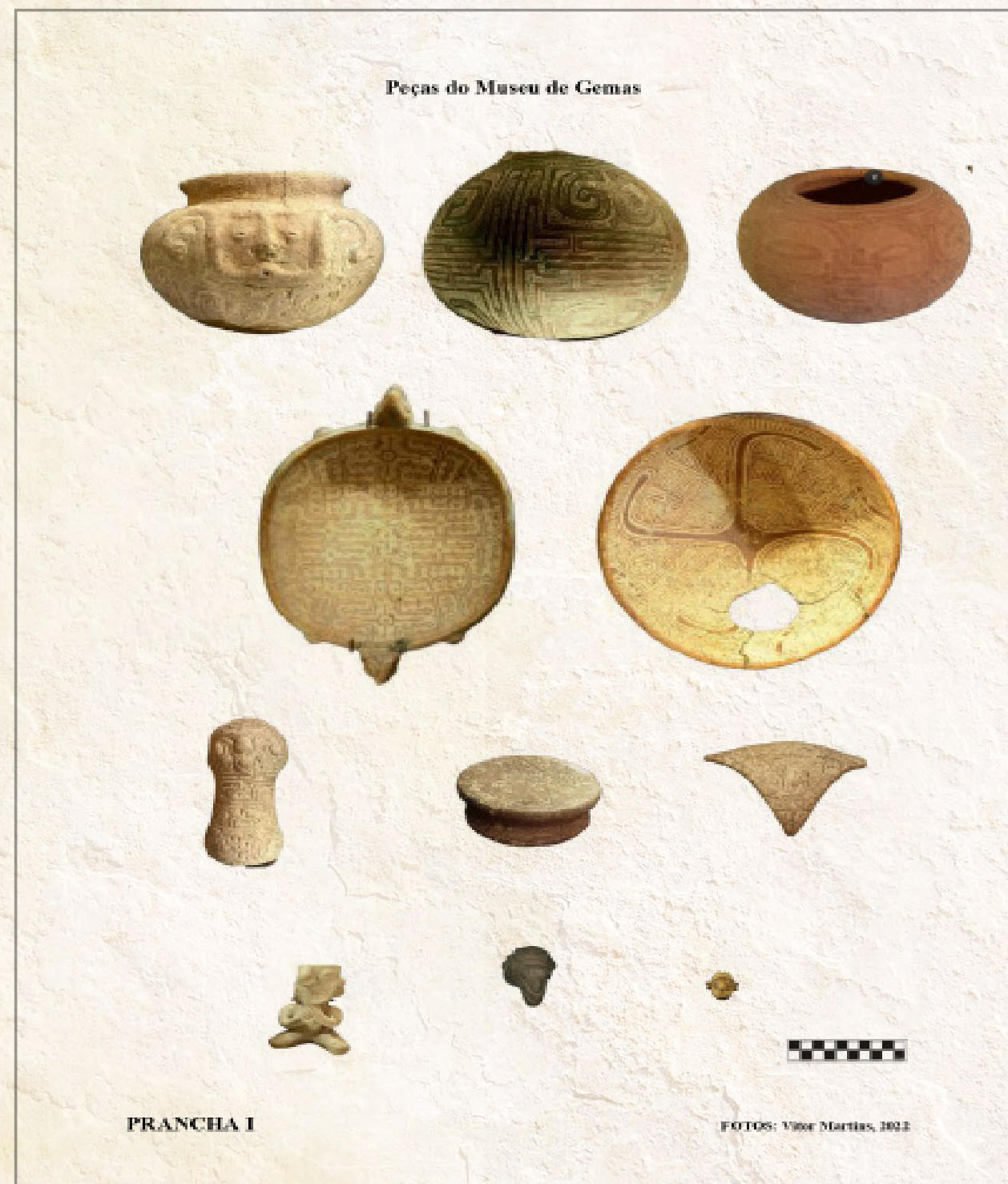
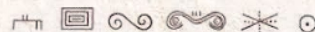
Foi realizado o estudo do conjunto a partir da análise individual dos artefatos e a sua quantificação, além da verificação dos elementos técnicos e decorativos relacionados à elaboração e confecção dos objetos cerâmicos, tais como as técnicas de elaboração, as técnicas de manufatura, o processo de tratamento de superfície interno e externo, a descrição decorativa e as análises simbólicas, o que incluiu verificar as dimensões dos objetos.

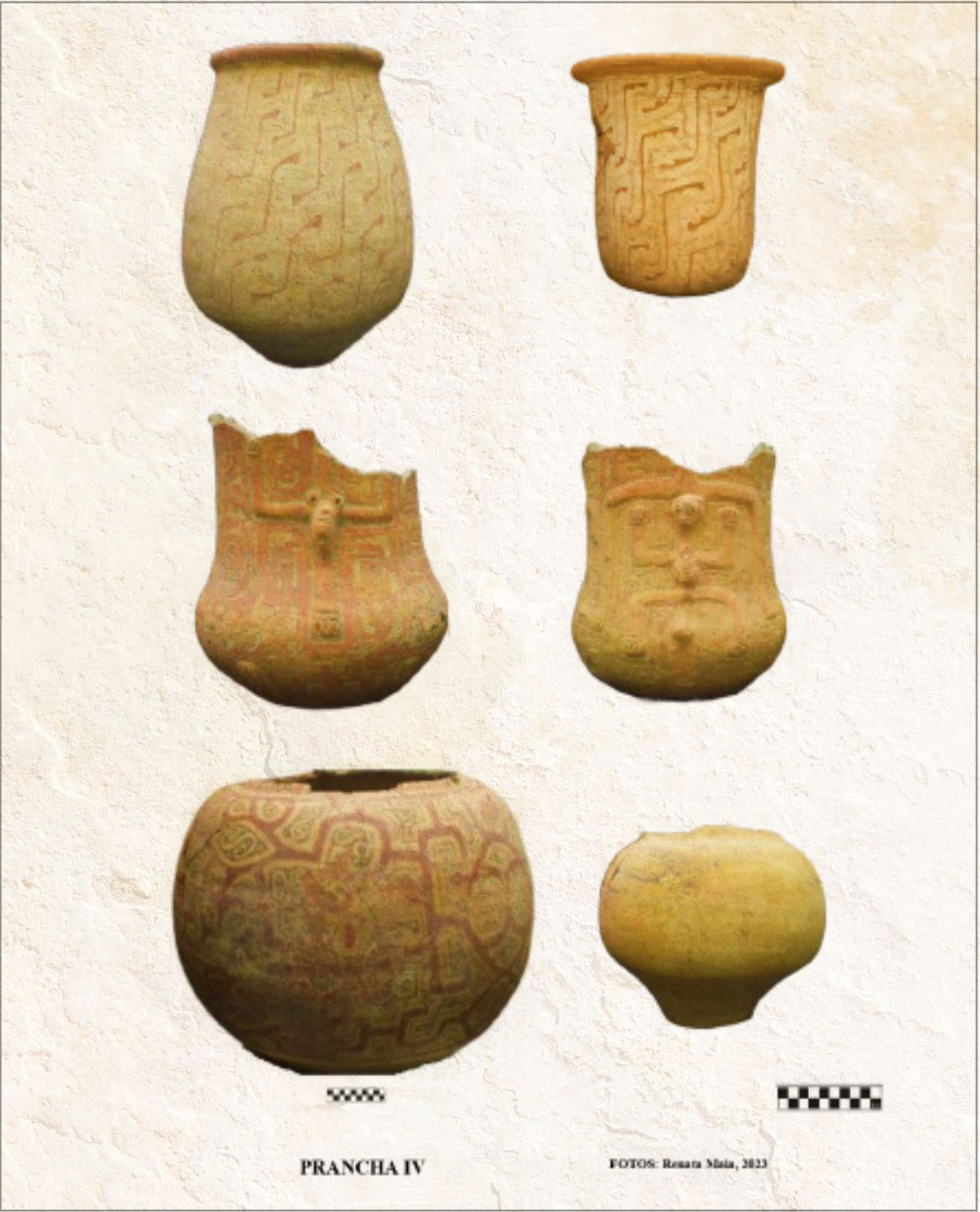
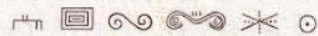
O processo de manufatura foi o acordelado e modelado para a preparação das vasilhas, das estatuetas, apliques, rodela de fusos, entre outros. Quanto ao tratamento de superfície notamos nas coleções a preponderância de incisões, excisões, engobo e pinturas.

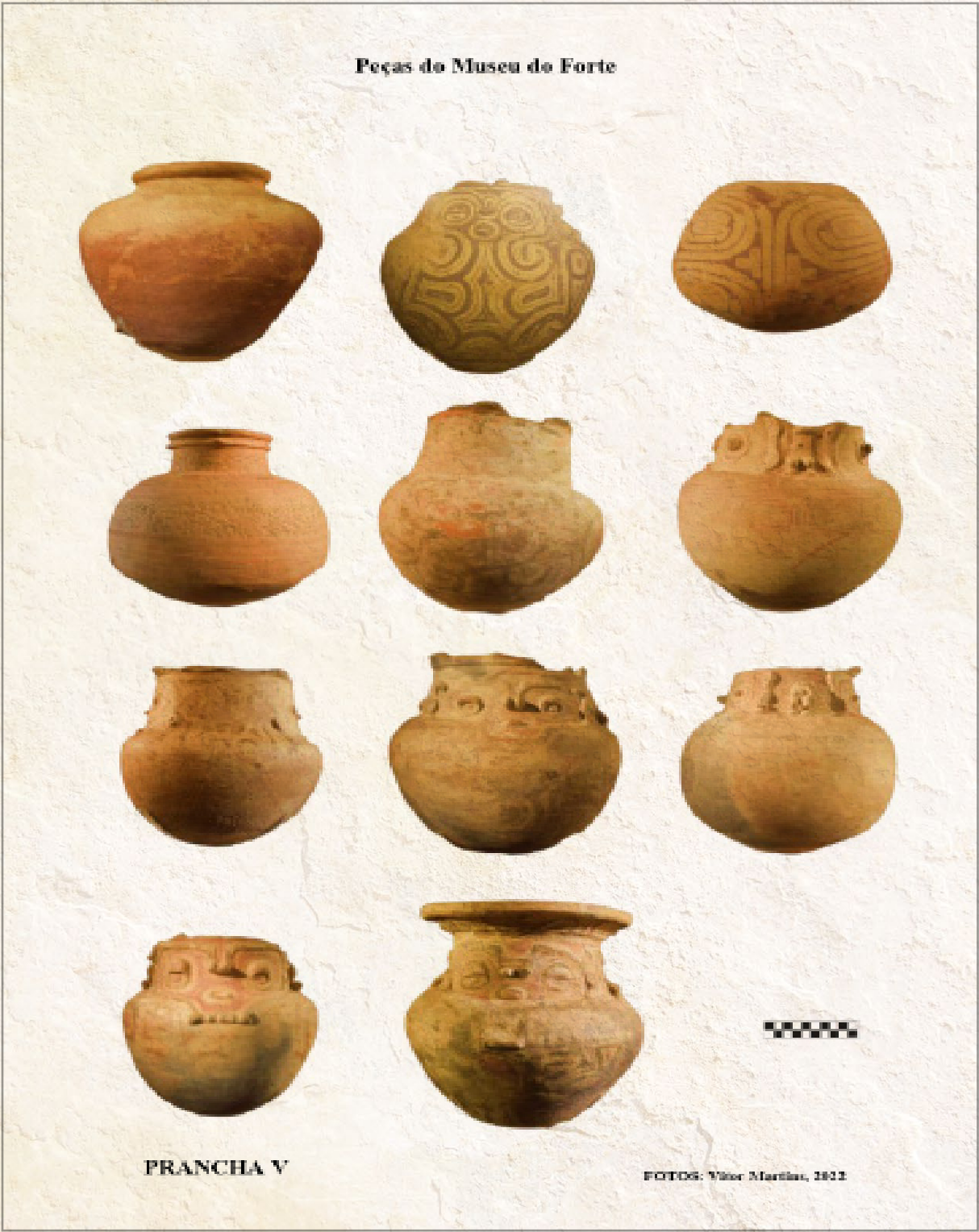
As coleções apresentaram tipos variados e prováveis de função para os artefatos, como o armazenamento, o processamento, a transferência, o transporte para fins funerários e/ou xamanísticos. Na superfície externa dos artefatos observamos o ponteadado, as incisões, os apêndices zoomorfos modelados; e os apêndices, impressões e não identificados. Na superfície interna de alguns artefatos identificamos vestígios de pintura vermelha, artefato com vestígios de pintura preta, artefato com vestígio de pintura vermelha e preta sobre branco. Na superfície externa de alguns artefatos foram observados vestígios de pintura vermelha.

A classificação analítica levou em consideração os atributos culturalmente explícitos que indicassem usos (armazenar, cozinhar e servir), atividades econômicas (pescar e tecer), atividades ritualísticas (xamanismo), sendo que essas práticas culturais poderiam estar refletidas na técnica de elaborar a cerâmica, expressando pensamentos e comportamento por meio da utilização de técnicas plásticas e técnicas pintadas e também nas formas, decorações e usos dos artefatos.

Conseguimos por meio da atualização do inventário identificar as seguintes formas: esférica, elipsoide, calota esférica, seção da elipse, meia esfera, tronco cônico e corpo elipsoide. A forma original dos objetos foi estabelecida pelas vasilhas inteiras, porém alguns fragmentos serviram para demonstrar sua importância para as análises, quando só eles são localizados, ao serem associados às vasilhas, podemos perceber de onde são provenientes (corpo, borda, base, apliques etc.), ajudando a identificar traços suficientes, que, ao cruzarmos com informações e comparando com as formas apresentadas por autores diversos, auxiliam na sua categorização (Rice, 1987; Sinopoli, 1999; Schaan, 2000; Gomes, 2008).







CONVERSA



05

Otávio Vinhote Figueira
Idanise Sant'Ana de Azevedo Hamoy
Paulo Roberto do Canto Lopes
Raul Ivan Raiol de Campos
Marcelo Nonato Gomes Laredo



05

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO ARQUEOLÓGICO NOS MUSEUS DO SIMM: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural sempre foi um dos fatores de interesse dos viajantes no passado desde a invenção do Turismo. O colecionismo gerador dos gabinetes de curiosidades, que deram origem aos museus, impulsionou o segmento conhecido hoje como turismo cultural. Com o advento da preocupação da sociedade com a preservação de seus legados históricos, especialmente os monumentais, também entrou em cena a educação como mecanismo de formação de consciência preservacionista, ocasionando ao mesmo tempo a segmentação da atividade turística movida pelos atrativos culturais diversos. Por todo o século XX e nestes primeiros anos do século XXI essas tendências de diversificação têm aumentado, assim como a preocupação com a preservação do patrimônio cultural e ambiental e sua sustentabilidade. Nesse contexto, os museus passaram a ser reconhecidos como instituições importantes de interação das sociedades com seu patrimônio cultural e suas identidades por meio de atividades educacionais.

Este artigo trata sobre a questão da educação tendo como foco o patrimônio cultural arqueológico e suas peculiaridades no âmbito da instituição Museu, distinguindo os campos de atuação das abordagens de educação museal e educação patrimonial, e destacando suas potencialidades para contribuir com a experiência de turismo nos museus do Simm/Secult, vinculado à Secult-PA. Discute também a questão da acessibilidade como forma de planejamento para permitir a visita de público à Reserva Técnica de Arqueologia no MEP, extrovertendo para a sociedade em geral o acervo salvaguardado pela instituição.

EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E MUSEUS

A educação é uma das principais funções dos museus, reconhecida, inclusive, na definição de uma instituição museal. A partir de práticas interdisciplinares que permeiam as áreas de conhecimentos instituídas nesse campo, o museu se consolida como um instrumento de preservação do patrimônio cultural, produção, difusão e socialização do conhecimento com vistas a torná-los cada vez mais acessíveis ao público.

O Estatuto dos Museus propõe que a função social dessas instituições perpassa por esse processo. Em seu artigo 29, ele diz:

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação (Brasil, 2009)

No campo da Arqueologia, além dos procedimentos próprios dessa área de conhecimento, a legislação atual no Brasil preconiza a proteção por meio de ações de preservação do patrimônio arqueológico como a pesquisa, o registro, o inventário e salvaguarda em reserva técnica apropriada, além de programas educacionais. As formas de preservação desse patrimônio, segundo Azevedo Neto (2008) destacam-se em duas vertentes: uma de base legal e outra de base educacional/informacional. As portarias n. 230 e n. 137, publicadas pelo Iphan, regulam e estabelecem diretrizes para a aplicação da chamada Educação Patrimonial, reiteradas pela Portaria n. 375, que instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan. Em seu artigo 7, a portaria n. 375, de 19 de setembro de 2018 diz:

Art. 7º. Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e

não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação. Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades. (Brasil, 2018).

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial vem sendo aplicada e aperfeiçoada em termos teóricos e metodológicos no Brasil seja por instituições museológicas, Casas de Patrimônio, Pontos de Memória, arquivos entre outros (Oliveira, 2019), além dos projetos que exigem licenciamento ambiental, nos inventários participativos (Baima, 2016) e aos poucos vem sendo utilizada na escola formal como disciplina transversal auxiliar e complementar aos currículos regulares.

O método mais difundido, e que balizou a área de Educação Patrimonial por vários anos no âmbito do Iphan e nos museus brasileiros, segue o modelo que foi publicado no

[...] Guia Básico de Educação Patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro, 2009) que estabelece 4 etapas em seu processo de interação com o objeto/situação cultural: a Observação (leitura); o Registro (fazer - em sua dimensão material); a Exploração (contextualização do objeto segundo as experiências do indivíduo) e a Apropriação (ressignificação e recriação segundo a experiência estética de cada um. (Borba, 2017, p. 77).

Essa metodologia, porém, não é rígida e embora seja ainda uma referência importante, já foi rediscutida e reformulada pelos órgãos oficiais de gestão do patrimônio cultural, portanto, novos métodos de abordagens vêm sendo aplicados a partir do entendimento mais amplo sobre patrimônio material e imaterial, referenciais teóricos atualizados e sob a ótica da diversidade e interculturalidade. Atualmente, já se distingue dois campos de atuação na área: a Educação Patrimonial (ou Educação para o Patrimônio) e a Educação Museal (ou Educação em Museus), que embora tenham características em comum, apresentam peculiaridades em suas metodologias e campos de ação.

Figura 1 - Gestão do patrimônio arqueológico no campo - Memorial da Consciência Negra.



Embora o termo Educação Patrimonial carregue o peso de uma abordagem historicamente elitista “centrada em bens materiais relacionados aos fatos de uma determinada memória nacional” (Gil; Possamai, 2014, p.14), hoje a compreensão desse tema ganhou novas formas de se pensar e aplicar à realidade seja de museus, escolas, ONG, organismos de gestão do patrimônio cultural e outros agentes, pois “Hoje entendemos como fundamental a reflexão a respeito da relação patrimonial com foco no sujeito ao mesmo tempo produto e produtor de cultura” (Gil; Possamai, 2014, p.14). Nesse contexto, torna-se imperativo aos museus adequarem seus projetos educacionais e suas ações de extroversão levando em consideração o envolvimento cada vez maior das comunidades como agentes e componentes do processo educativo. O patrimônio arqueológico salvaguardado em museus, assim como os demais bens culturais, requer suas formas específicas de interpretação e contextualização, segundo as diretrizes orientadas pelo Iphan e seus órgãos regionais.

Nota-se, nos museus, uma consolidação progressiva enquanto espaços de interação com seu contexto social, carregada da responsabilidade em estabelecer uma relação de aproximação e apropriação do patrimônio cultural e seus detentores, típicos dos processos construtivistas que identificam os sujeitos, historicamente localizados, como protagonistas de seus aprendizados, na heterogeneidade das relações sociais e suas representações simbólicas. (Borba, 2017, p. 79).

Paralela a essas novas reflexões sobre o campo de ação da Educação Patrimonial, tomando as especificidades dos espaços museais, como espaço de interação e extroversão de conhecimentos produzidos em pesquisas e contextos locais, um movimento crescente de fortalecimento da função educativa dos museus foi identificado, provocando a dinâmica de reflexões próprias de um campo de conhecimento. Nesse sentido, delineou-se o conceito de Educação Museal dirigida para as ações que acontecem nos contextos próprios dos museus, como política afirmativa da dimensão educativa desses espaços culturais. A consolidação desse conceito foi efetivada pela Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017, que instituiu a Política Nacional de Educação Museal. É importante ressaltar que essa portaria é resultante de todo o processo de fortalecimento da dimensão educativa dos museus declarada na Carta de Petrópolis de 2010, e definida na Carta de Belém, de 2014.

A educação em museus requer que as instituições museais entendam como ocorre o processo de aprendizagem dos visitantes em seus espaços expositivos, por isso, são utilizados conceitos, como o de Experiência Museal e Aprendizagem Museal, da escola inglesa de Museologia e seus autores John H. Falk e Linn D. Dierking, para subsidiar o estudo e observação de processos de mediação e expansão da experiência do visitante. Neste sentido, Falk e Dierking (2000) desenvolveram o Método Contextual de Aprendizagem (MCA), pelo qual os visitantes buscam aprender por meios de suas experiências museais, levando em conta os contextos pessoal, sociocultural e físico.

O contexto pessoal estaria relacionado a fatores como motivação, expectativas, conhecimento prévio, interesses, escolha e crenças. Já o contexto sociocultural envolve mediação social dentro do grupo ou mediação facilitada por outros. O contexto físico, por fim, está relacionado ao ambiente do museu, sua arquitetura, o design e a forma como as exposições são organizadas (Falk; Dierking, 2000). Esses três contextos juntos são essenciais para educação em museus e contribuem para a experiência museal de visitantes e turistas.

Figura 2 - Gestão do patrimônio arqueológico no laboratório – Museu do Estado do Pará.



Renata Maia, 2022

No estado do Pará, o Simm/Secult vem trabalhando para consolidar suas ações estratégicas no campo da Educação Museal e de modo especial na área de Arqueologia. Dentre essas ações destacam-se o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais, a reestruturação da Reserva Técnica de Arqueologia, a qualificação de servidores para auxiliarem no tratamento de acervos e os processos de extroversão desse conhecimento por meio de ações educativas que envolvem oficinas, palestras, minicursos, visitas presenciais e virtuais. Essas atividades permitem o acesso de visitantes, pesquisadores aos espaços de exposição de peças arqueológicas e de forma controlada à reserva técnica que abriga grande parte do acervo arqueológico.

Esse aspecto relacional da visita a esses espaços possibilita a promoção de estímulos e motivações a partir do contato direto do visitante com o objeto, estabelecendo-os de modo privilegiado no espaço museal e ampliando o compartilhamento de conhecimentos particulares e específicos a partir da realidade do visitante, do objeto motivador e educadores museais, originando um sentido de proximidade e apropriação provocada pelo encontro mediado, que transcende as paredes do espaço museal e produz informações relevantes para a efetivação de um plano de gestão do patrimônio arqueológico do de forma colaborativa.

Fora dos espaços museais, a Educação Patrimonial fortalece a Arqueologia pública por meio da difusão do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico não musealizado ou contextualizado no próprio sítio, já que ocorrem ações normalmente vinculadas aos projetos de Arqueologia preventiva ou de pesquisa de avaliação do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental para execução de obras de infraestrutura ou outras.

Um exemplo mais recente de ações coordenadas entre as duas áreas de conhecimento é o projeto do Cemitério da Soledade, em Belém, desenvolvido entre os anos de 2021 e 2022, pois parte da equipe técnica do Museu do Estado do Pará (MÉP), ligada à Arqueologia, participou diretamente do projeto desde sua concepção até a avaliação dos resultados da pesquisa arqueológica e dos procedimentos da gestão do material coletado naquele sítio. As ações educativas no Cemitério da Soledade foram propostas a partir do levantamento histórico do local, das relações que permanecem vivas, das memórias e das materialidades presentes na arquitetura mortuária e sua simbologia. As descobertas reveladas pela pesquisa arqueológica também pautaram as abordagens das ações educativas suscitando a formulação de novas hipóteses quanto aos padrões de utilização do cemitério. Dessa maneira, a linha tênue que distingue Educação Museal e Educação Patrimonial tornou-se evidente por alguma peculiaridade na interpretação do patrimônio e o contexto onde esteja inserido.

Figura 3 - Educação Patrimonial para colaboradores – pesquisa arqueológica no Cemitério da Soledade.



Otávio Figueira, 2022

TURISMO ARQUEOLÓGICO NOS MUSEUS DO SIMM/SECULT

O Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo faz parte de uma concepção maior que é o turismo cultural como um segmento dessa atividade humana. O turismo cultural surgiu no início do século XX, mas foi no final de década de 1980 que ele se desenvolveu, principalmente na Europa devido à disponibilidade de recursos culturais para atrair visitantes (Costa, 2014). Inicialmente, o turismo cultural era direcionado aos modos culturais da elite (Coelho, 2004). Mas no início da década de 1990 houve uma mudança dessa clientela da elite para o turismo mais massificado (Richards, 2018).

Entende-se o turismo cultural como “o movimento de pessoas para atrativos culturais distantes de seus locais normais de residência, com a intenção de obter novas informações e experiências para satisfazer suas necessidades culturais” (Richards, 2018, p. 15). Portanto, para o turismo cultural, no tocante a museus é importante não só a oferta dos atrativos culturais, mas também a experiência do turista/visitante, já que a nova Museologia enfatiza a função social dos museus como essencial à sua própria existência como instituição. Desse modo, os museus precisam centrar atenção no público, seja ele o visitante local ou turistas.

Os museus têm sido o centro das atenções do turismo cultural. Os 20 museus mais visitados mundialmente tiveram um público de 105,5 milhões, sendo que os três mais visitados foram respectivamente o Museu do Louvre, o Museu Nacional da China e os Museus do Vaticano. O turismo tem um papel relevante nesses 20 museus, por exemplo, 75% dos visitantes do Museu do Louvre são estrangeiros, além disso, muitos desses museus dependem, pelo menos, de 50% da visitação de turistas (Themed Entertainment Association, 2019). Portanto, museus dependem do turismo.

As visitas aos museus têm sido a mais importante forma de alcançar a comunidade, assim como atender ao turismo. Por sua vez, o turismo carece de uma atenção especial ainda pouco oferecida, pois se vislumbra no público visitante dos museus do Simm/Secult um potencial instrumento de Educação Patrimonial a partir da criação de um roteiro turístico específico de Arqueologia nos museus e em seus entornos.

Em voga na atualidade, o Turismo de Experiência, cujas atividades são desenvolvidas em função das expectativas e das motivações dos visitantes, constitui-se uma importante ferramenta para a valorização do patrimônio e para qualificar o grau de satisfação do turista por meio de suas vivências nos locais onde é acolhido (Brito, 2019).

O chamado Arqueoturismo, além de visitação em sítios e locais históricos, também é realizado nos espaços museais. Aliás, a musealização da Arqueologia tem contribuído para o interesse do turismo, não somente como uma atividade econômica que movimenta uma grande cadeia operatória, mas também como fenômeno social que oportuniza experiências interessantes de contato entre povos e o intercâmbio cultural (Souza, 2012).

Segundo Souza (2012), o Turismo Arqueológico é caracterizado pelo deslocamento voluntário e temporário de indivíduos a locais onde se encontram vestígios materiais representativos do processo evolutivo do homem no planeta, motivados pelo interesse no conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas. Entre os “locais onde se encontram vestígios materiais” (Souza, 2012, p. 28) podem ser incluídos, portanto, os sítios arqueológicos e, também, instituições, como os museus.

Os espaços museais, independente de seus acervos, fomentam essas relações, orbitando na leitura de objetos e/ou de manifestações culturais que, estimulados pela mediação, usam seus signos como meio de reflexão da realidade histórica em consonância com a conjuntura sócio-político-cultural atual. (Borba, 2017, p. 76).

Proporcionar experiências diferenciadas aos visitantes a partir do acervo arqueológico utilizando as vivências para a interpretação, fruição cultural e educação é ainda um desafio aos museus do Simm/Secult. Outra possibilidade, e um desafio a ser enfrentado, é oferecer condições de acesso ao público por meio de uma reserva técnica visitável e acessível tanto para fins de pesquisa como de educação. Mesmo com as suas limitações espaciais, a Reserva Técnica de Arqueologia do Simm/Secult está instalada no MÉP, sendo apta para ser uma reserva visitável, evidentemente com os devidos cuidados para garantir a segurança e preservação do patrimônio salvaguardado.

Novas possibilidades acerca da extroversão das informações das coleções arqueológicas salvaguardadas são possíveis, se for assumido o desafio de ultrapassar as práticas e visões já enraizadas nas ações e nos discursos ligados à gestão do patrimônio. Na atualidade, com os avanços teóricos das diferentes disciplinas que compõem a gestão do patrimônio salvaguardado, é possível garantir que a conservação e extroversão das coleções caminhem juntas, sem conflitos. (Pereira, 2017, p. 78).

Por isso, essas potencialidades existentes hoje são perceptíveis e certamente se forem trabalhadas e consideradas como pontos a serem fortalecidos pelas instituições podem, muito em breve, estar mais presentes nos museus do Simm/Secult, transformando os desafios em possibilidades de novas experiências e vivências aos visitantes/usuários e para estreitar ainda mais a relação entre museu e sociedade.

EDUCAÇÃO MUSEAL, A RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA E AS EXPOSIÇÕES

A Reserva Técnica de Arqueologia é responsável pela guarda do patrimônio arqueológico musealizado do Simm/Secult, sendo a referência para atendê-lo em toda movimentação de acervo. Esse acervo em específico foi obtido por meio de compra, doações e projetos de Arqueologia, sendo necessários equipamentos estruturados que tornarão possíveis a guarda, a conservação, a restauração, as análises e a exposição desse patrimônio cultural.

Para prover essas condições mencionadas, os museus com acervos arqueológicos necessitam seguir um plano de gestão do patrimônio arqueológico a partir das normativas estabelecidas pelo Iphan, com protocolos que envolvem inventários, pesquisas, registros, documentação, salvaguarda, conservação, restauração e exposição de acervos, a partir da Reserva Técnica de Arqueologia e dos espaços museais. Esse instrumento básico de gestão e atendimento aos usuários é fundamental para a preservação do patrimônio arqueológico e sua reconhecida importância para o fortalecimento de identidades culturais.

O acesso às exposições, assim como a própria reserva técnica, é importante para promover a difusão de conhecimentos, compartilhamento de saberes sobre Arqueologia na Amazônia e a inclusão social. A premissa inicial é a implementação de ações de sensibilização como ferramenta de mudança comportamental relativas à preservação do patrimônio arqueológico nos espaços museais, na reserva técnica de Arqueologia ou no meio ambiente. Entendemos aqui o termo sensibilizar como sendo o ato de tornar-se sensível, receptivo à mudança, principalmente mudança de atitude em relação a determinado comportamento já consolidado. Para sensibilizar é preciso impressionar positivamente, promover estímulos, motivar para experiência sensorial.

Esse processo no Museu do Estado do Pará, no Museu do Forte do Presépio, no Museu de Gemas do Pará e no Museu de Arte Sacra, locais onde existem acervos arqueológicos sob a guarda do Simm/Secult, é fundamental para o sucesso de uma reserva técnica viva e acessível, uma chave para abrir ao usuário dos museus novas possibilidades. Tal processo deve começar com a participação do público interno (gestores e servidores), por meio de capacitação, seja por seminários, oficinas e vivências práticas que influenciem na compreensão da importância da Arqueologia na região e o papel dos museus na salvaguarda das materialidades arqueológicas, de suas interpretações como patrimônio cultural, dos instrumentos legais de proteção e de sua disponibilidade de acesso aos usuários seja para fins de pesquisa, exposição, entre outros. Essas ações realizadas de forma sistemática são instrumentos educativos que envolvem a comunidade interna da instituição, mas que se estendem aos usuários externos.

As exposições de acervos museológicos geralmente são os mecanismos tradicionais de comunicação e educação utilizados pelos museus do Simm/Secult. Seu acervo arqueológico é composto de coleções que se encontram em exposição em três de seus museus: o Museu do Forte do Presépio, o Museu de Gemas do Pará e o Museu de Arte Sacra, mas parte de seu acervo permanece na reserva técnica.

Por isso, importa ressaltar os processos, equipamentos e tecnologias que norteiam as ações de gestão da Reserva Técnica de Arqueologia e dos espaços museais, pois têm implicações diretas no conteúdo da comunicação e educação não somente na expografia, ou seja, pela via metodológica mais utilizada no campo da Museologia, mas na linguagem percebida pelo público externo, facilitando assim a leitura e interpretação do patrimônio.

Também neste sentido ressaltamos a necessidade do trabalho de sensibilização que possa instigar novos olhares sobre o artefato arqueológico, corroborando com a adoção de preceitos de educação museal envolvendo o visitante por meio da experiência do contato com a materialidade do objeto e a aprendizagem dela decorrente, com a difusão e compartilhamento de pesquisas como um processo permanente e sistemático centrado no bem cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. No caso específico de acervos arqueológicos, ressaltar ainda, para além dos testemunhos da cultura material, a imaterialidade; o simbólico e o utilitário; os ritos e mitos; os modos de vida de grupos humanos em diferentes territórios e épocas distintas e, evidentemente, a história de vida dessas sociedades.

APONTAMENTOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU DO ESTADO DO PARÁ E ESPAÇOS EXPOSITIVOS

No âmbito de construção, ampliação e/ou reestruturação da Reserva Técnica de Arqueologia do M&EP surgiram propostas cujo foco é contemplar as demandas sobre acessibilidade para a sociedade, em especial para a comunidade amazônica, seja para fins científicos/educacionais, turísticos ou mesmo de visitação esporádica (observadas questões de legislação, preservação e segurança do acervo, do prédio histórico e dos próprios servidores do espaço).

Aqui, é fundamental a participação de profissionais do setor educativo do M&EP, bem como dos demais museus/espacos musealizados do Simm/Secult, ou mesmo de outros museus para que, de forma interdisciplinar, colaborem no fortalecimento e melhorias do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais voltado para atendimento/mediação de público externo, em horários previamente agendados e focados no perfil de cada público-alvo recebido (professores, pesquisadores, alunos conforme faixa etária, turistas etc.).

Em relação ao trabalho de pesquisa em reserva técnica, especialmente em se tratando de acessibilidade, é importante observar que quando estão pesquisando informações ou objetos, as pessoas precisam de um lugar silencioso para trabalhar, com boa iluminação natural, que pode ser complementada com focos de iluminação artificial. Também podem precisar de acesso a prateleiras, arquivos e materiais de pesquisa.

Os servidores devem fornecer assistência adequada se necessário. Contudo, há requisitos básicos relacionados à acessibilidade do ambiente físico, por exemplo: o mobiliário não deve obstruir o caminho de usuários com deficiência de mobilidade e deve ser claramente identificável por pessoas com deficiência visual, além de prateleiras, mesas e computadores baixos o bastante para permitir o acesso de usuários de cadeira de rodas e pessoas de baixa estatura (Cohen; Duarte; Brasileiro, 2012).

Para se criar ambientes acessíveis é preciso compreender as necessidades de um amplo espectro de portadores de deficiências identificados, havendo o compromisso em suprir essas necessidades e que a implantação dos requisitos seja bem-planejada e gerenciada.

Assim, observamos que há várias percepções sobre acessibilidade e, portanto, inúmeras necessidades específicas que merecem atenção não apenas dos museus ou outros entes públicos/privados, como de toda a sociedade brasileira (deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla, entre outras).

Contudo, é necessário estar atento para a maneira como cada indivíduo se relaciona com sua deficiência. Assim, enquanto uma pessoa cega pode dominar a tecnologia do braille, talvez outra seja “cega” inclusive em relação ao domínio desse conhecimento. Aqui, salientamos que, além de toda questão técnica e profissional dos servidores/colaboradores e das questões arquitetônicas e prediais envolvidas, cabe também citar a dimensão humana no trato com os visitantes/usuários dos espaços públicos acessíveis para que cada situação seja resolvida conforme a demanda que se apresente.

Vale mencionar também a recente experiência com a descrição de materialidade arqueológica no âmbito dos trabalhos realizados no Museu do Forte do Presépio, no Museu de Gemas do Pará e no Museu de Arte Sacra em virtude da necessidade de realização de pesquisa dos acervos arqueológicos (líticos e muiraquitãs) em exposição nos museus para a elaboração deste capítulo.

Com planejamento (obedecendo rigorosamente a todas as diretrizes de segurança e preservação de acervos preconizadas na legislação brasileira), a equipe diagnosticou e descreveu inicialmente as materialidades dentro dos próprios espaços museais, notadamente nas áreas de Reserva Técnica de Arqueologia e de visitação, sem causar prejuízo para ela e sem colocar em risco o acervo analisado.

Protegido por uma fita de isolamento, foi possível estudar o acervo ao mesmo tempo em que os visitantes circulavam nos espaços, proporcionando, em tempo real, um momento de interação e troca de experiências (*feedback*) entre todos os agentes envolvidos (servidores públicos, visitantes em geral, turistas, pesquisadores de outras instituições).

O que acaba ratificando a ideia de que é plenamente viável a utilização dos espaços de visitação como área de trabalho dos servidores, neste caso, tendo como objetivo maior a extroversão, por meio da educação museal, da transparência e da acessibilidade ao acervo (sem prejuízo da sua segurança),

do conhecimento produzido nesses espaços públicos, gerando credibilidade tanto aos processos de trabalho quanto aos servidores. Não obstante o caráter positivo dessa experiência, salientamos que para se tornar uma realidade perene no âmbito dos museus do Simm/Secult, e mais precisamente de sua Reserva Técnica de Arqueologia, tal processo necessita ser objeto de constantes pesquisas e análises para que verdadeiramente contemple suas metas e objetivos (extroversão, educação museal, transparência, preservação, acessibilidade e celeridade).

OBSTÁCULOS E SINALIZAÇÃO: ABORDAGEM NECESSÁRIA E PLANEJAMENTO PARA O FUTURO

Outro ponto importante a considerar na adequação da Reserva Técnica de Arqueologia à acessibilidade é a presença de obstáculos ou barreiras que a limitam, sendo necessário removê-las.

Os obstáculos ao acesso no espaço físico surgem geralmente quando se tem uma visão limitada no que diz respeito à deficiência, quando suas necessidades são desconsideradas, ou quando se parte de pressupostos incorretos sobre elas.

Portanto, importa planejar a participação de pessoas com deficiência observando as orientações técnicas e os dispositivos legais para esse público. Em um prédio histórico, os obstáculos mais comuns são escadarias, calçadas elevadas, banheiros pequenos, dentre outros. No MEP, por exemplo, um palácio bicentenário, histórico e tombado; o planejamento da acessibilidade não apenas à reserva técnica, mas ao próprio prédio em si deve considerar medidas que evitem grandes alterações que afetem negativamente o caráter especial do edifício.

Figura 4 - Rampas de acessibilidade na área externa do Museu de Arte Sacra.



Marcelo Laredo, 2023

Hoje, o MEP possui rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes, localizadas na calçada lateral e na porta de entrada lateral do palácio, além de rampas internas eliminando a dificuldade de acesso às salas do térreo e um elevador de acesso ao pavimento superior. No entanto, por exemplo, o Museu de Arte Sacra, outro espaço do Simm/Secult, também funciona em um prédio antigo, mas ainda carece de algumas adaptações físicas. No momento, elas estão sendo feitas para atender satisfatoriamente a seus usuários no quesito acessibilidade.

A acessibilidade também depende de boa sinalização que oriente o usuário nos deslocamentos dentro do espaço museal, especialmente na Reserva Técnica de Arqueologia. As orientações técnicas dizem que a sinalização deve ser autoexplicativa, perceptível e legível para todos, inclusive às PCD, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por isso, é recomendado, por exemplo, que as informações com textos sejam complementadas com sinais de localização, sinais de advertência e sinais de instrução, utilizados individualmente ou combinados.

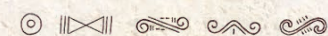
O sistema de sinalização interna deve garantir acessibilidade e mobilidade ao público, sendo classificadas de acordo com seu âmbito. Assim, tem-se no âmbito sensorial e físico: a sinalização sonora; a sinalização tátil horizontal (piso direcional, piso alerta, borda de piso fotoluminescente e antiderrapante) e sinalização tátil vertical (placas táteis que contenham informações em braille e em alto-relevo indicando locais diversos, por exemplo, “sanitário feminino”, “sala expositiva”).

Além do sistema de sinalização é relevante instalar equipamentos de segurança como anéis de borracha e placas em braille em corrimão e onde houver mudanças bruscas de direção nos espaços, assim como alarmes sonoros que possam ser acionados por pessoas com diferentes deficiências sempre que houver necessidade de solicitação de socorro.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS

O Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo assim como pode ser vivenciado em sítios também pode ocorrer nos museus, pois ele oportuniza experiências educativas, a disseminação de conhecimento e o envolvimento público na preservação do patrimônio arqueológico. As vivências nos museus devem ser enriquecidas pela mediação e educação museal por meio dos acervos musealizados, assim como as estratégias de extroversão dos museus potencializam a educação patrimonial de forma mais abrangente fora dos ambientes expositivos. Essas potencialidades para o turismo e para a preservação do patrimônio com suas amplas possibilidades educacionais apresentam-se ainda como desafiante e exigem esforços e aplicação de recursos para garantir a democratização do acesso e fruição do patrimônio cultural, o que só pode ocorrer por meio de políticas e projetos de melhorias da acessibilidade, aprimoramento dos serviços, modernização e planejamento da gestão, comunicação e demais processos museológicos.

DESPEDIDA



Despedida

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (PGEPARQ) é uma elaboração dinâmica, impulsionada e estimulada pela realização de diagnóstico arqueológico que detectou a necessidade de reestruturação, ampliação e/ou construção de uma reserva técnica de Arqueologia e laboratórios, reestruturação de espaços expositivos, com a necessidade de atualização do inventário do acervo arqueológico e desenvolvimento de pesquisa na área, tendo como base a legislação brasileira e as normatizações estabelecidas e cumpridas pelo Iphan. As parcerias institucionais foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa visando ao fortalecimento do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais.

O PGEPARQ procurou elaborar o diagnóstico do aparelhamento institucional do Simm/Secult, verificando equipamentos, qualificação de pessoas, informatização, repositório digital, acessibilidade e compartilhamento de informações. Esses dados possibilitaram a compreensão das necessidades mais urgentes e a busca pelo aprimoramento da gestão.

A partir desses dados houve a possibilidade de planejar a atualização do inventário dos acervos arqueológicos, nesse caso, o dos povos originários que estavam em exposição e os salvaguardados na Reserva Técnica de Arqueologia do MEP, além de possibilitar o desenvolvimento de pesquisa de campo em Arqueologia e em Educação Patrimonial executada pelo MEP, como o projeto institucional relacionado ao trabalho arqueológico junto ao atual Parque Cemitério da Soledade, além do futuro Museu da Consciência Negra, em Belém (em parceria com o PPGEEA/UFPa). Por fim, a parceria com o ICMBio em um projeto arqueológico nas Resex marinhas da zona costeira paraense.

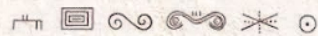
O PGEPARQ pretende estimular a proteção dos sítios arqueológicos e materialidades diversas, consequentemente a conservação desse patrimônio, além do desenvolvimento de pesquisas arqueológicas de qualidade, com o estímulo à participação e colaboração de comunidades e sociedade em geral, pois essa relação é fundamental para o fortalecimento de políticas públicas para a salvaguarda dos acervos arqueológicos. A Educação Patrimonial vinculada à Educação Ambiental envolve as comunidades, gestores, pesquisadores, estudantes, educadores etc., no processo de pesquisa e trocas de experiência, algo importante para a proteção do patrimônio cultural, especialmente o arqueológico. Dessa maneira, o PGEPARQ permite olhares variados e a compreensão de processos diversos e integração de atores atuais na dinâmica da pesquisa arqueológica.

Esta pesquisa possibilitou o conhecimento e o início da atualização do inventário do acervo arqueológico dos museus do Simm/Secult. Todos os dados levantados, assim como as descrições realizadas nas peças arqueológicas (líticas e cerâmicas) nos permitiram pensar na complexidade dos sistemas sociais das quais elas fizeram parte, dado ao domínio tecnológico envolvido no processo de produção desses vestígios.

Atualmente, muitas dessas peças podem ser vistas em vitrines dos museus no Brasil e fora do país (museus europeus, por exemplo). Ou seja, estão inseridas em outro contexto social. Neste caso, cabe refletir sobre como esses vestígios arqueológicos são tratados em termos museológicos e/ou museográficos para que perdurem pelo maior tempo possível com suas características físicas preservadas, e que informem, comuniquem sobre um passado que nos legou muitos elementos no presente.

Nesse sentido, pensar a conservação preventiva desses objetos é de suma importância. Entendemos a conservação preventiva como ações ou práticas de proteção que visam criar condições favoráveis para prevenir/evitar danos e retardar a deterioração dos objetos. Seguindo essa perspectiva, notamos que os vestígios arqueológicos expostos nos museus do Simm/Secult exigem melhor atenção quanto às práticas de conservação, pois elas devem ser consideradas desde a concepção da exposição.

Os suportes utilizados para expor as peças arqueológicas são inadequados, pois danificam e comprometem a integridade física delas. O uso de pregos, metais e linhas de nylon para fixá-las no lugar desejado podem criar fissuras e abrasões a longo tempo, além de impedir a remoção das peças sem causar danos, fator observado durante nossas visitas aos espaços. Além disso, pregos e metais oxidam, (sobretudo em regiões com clima mais úmido como a nossa), e esse também é outro aspecto negativo que pode comprometer as superfícies dos objetos. Outra questão que merece destaque são as peças



cerâmicas e líticas, objetos com um valor patrimonial fundamental para a Arqueologia amazônica, sendo utilizadas como suportes para apresentar joias no Museu de Gemas.

No entanto, os suportes de acrílicos utilizados para expor parte das coleções (muiraquitãs, urnas) necessitam apenas de adaptações. Deve-se evitar o contato direto das peças com os suportes, a fim de não criar fissuras ou desgastar as superfícies dos objetos com o tempo. Folhas de polietileno (ethafoam) podem ser utilizadas para essa finalidade. De modo geral, o acrílico é um ótimo material para expor diferentes tipologias de objetos, seja em forma de suporte, expositor, cúpulas ou redomas, pois além do custo-benefício, é um material de boa qualidade, resistente e que traz segurança para as exposições, obviamente que é necessário verificar e considerar as especificidades de cada objeto (dimensões e peso, por exemplo). Todos esses cuidados são necessários para preservar a integridade física das coleções expostas nos museus do Simm/Secult pelo maior tempo possível.

Dessa maneira, a pesquisa, a identificação, a descrição, a atualização do inventário, o armazenamento, o acesso e a disponibilização dos conhecimentos sobre esses acervos arqueológicos foram alcançados, precisando ser aprofundados, atentando para a possibilidade de perda de informações por meio de doações irregulares, comercialização, destruição de artefatos e estímulo à destruição de sítios arqueológicos.

O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais visa trabalhos colaborativos junto às comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas, estimulando as trocas de experiências, abordagens conceituais sobre patrimônio cultural, legislação, proteção de sítios, conservação e a exposição das materialidades diversas, tornando-as mais acessíveis, aprimorando as ações de educação patrimonial e ambiental, neste laboratório amplo.

O PGEPARQ desdobrou-se e atualmente busca-se aprofundar um plano relacionado à proteção e memória que visa o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no estado do Pará, por meio da gestão do patrimônio arqueológico compartilhado, ou seja, entre os entes federal, estadual e municipal; da inovação, aplicações tecnológicas, identificação, inventário e elaboração de repositório digital para catalogar acervos arqueológicos que estiverem sob a posse de particulares e/ou comunitários nos polos regionais do Pará. Os acervos precisam ser identificados, inventariados, protegidos, pesquisados e os conhecimentos difundidos de maneira ampla e democrática, podendo ser guardados em Casas de Proteção e Conservação do Patrimônio Local, estabelecidas por meio da discussão e elaboração de um Plano Local de Inovação de Gestão Museológica.

A identificação e inventários de materialidades ou acervos arqueológicos pode refletir na existência de potencialidade de sítios arqueológicos nos municípios paraenses, haja vista a necessidade de se antecipar ao aprofundamento de antropização e impactos em sítios arqueológicos pelas ações humanas e naturais, necessitando de estímulos a políticas públicas de proteção dos bens arqueológicos.

O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais aqui apresentado visa divulgar e antecipar a perda ou extravio dos acervos em constante risco, visando minimizar a destruição total de bens arqueológicos. Nesse caso, é fundamental a pesquisa colaborativa, haja vista a necessidade de acolher as demandas das comunidades tradicionais, ribeirinhas e quilombolas, por exemplo, ampliando para a sociedade em geral, estimulando a perspectiva do desenvolvimento econômico criativo, da bioeconomia e sociocultural, seja por meio de equipamentos museais, ecoturismo, tecnologias e empreendedorismo.

O conhecimento a respeito dos acervos arqueológicos deverá retornar às comunidades por meio do acesso a repositório digital, às futuras Casas de Proteção e Conservação do Patrimônio Local e às informações científicas produzidas em colaboração, contribuindo não só para o desenvolvimento sociocultural com ferramentas informatizadas para a gestão do patrimônio arqueológico compartilhada.

O diálogo e observação são fundamentais para conseguir identificar a existência ou formação de acervos arqueológicos, por exemplo, que precisam ser inventariados e pesquisados.

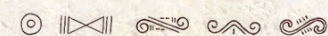
As pessoas que se tornaram referências nas comunidades por guardarem acervos arqueológicos poderiam ser identificados como agentes do patrimônio (coleccionadores, mestres de cultura, funcionários públicos, empresários, educadores, entre outros), todavia, são carentes de políticas públicas que abordem a prática do colecionismo, com diálogo, interação, projetos educativos e retorno das informações para as comunidades. Os protetores locais precisam de orientações e suporte que os



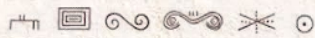
tornem corresponsáveis, guardiões do patrimônio e colaboradores no fortalecimento das políticas de proteção e conservação do patrimônio arqueológico na Amazônia.

A interdisciplinaridade poderá enriquecer o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais ao ampliar e aprofundar as análises arqueológicas relacionadas às ações antrópicas. As habilidades interpretativas e criativas são estimuladas frente às materialidades, sendo a observação do território usado e a identificação das materialidades dois importantes mecanismos para a análise, com a intenção de sugerir protocolos de análises e guarda, integração entre disciplinas, dinâmica e aprofundamento do pensamento crítico, provocando o exercício integrador e inovador para alcançar novas maneiras de interpretar, guardar, colaborar, envolver e extroverter o objeto de análise.

REFERÊNCIAS



- AIRES DA FONSECA, João. As estatuetas líticas do Baixo-Amazonas. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG/Iphan/Secult, 2010. v. 1, p. 235-237.
- ALENCAR, José Almino de. Uma trinca de ases. **Insight Inteligência**, v. 18, p. 44-61, 2015.
- ALENCAR, Valéria Peixoto. **Mediação cultural em museus e exposições de História**: conversas sobre imagens/história e suas interpretações. São Paulo: Unesp, 2015.
- APITIKATXI; APIWA; IEPÉ. **Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Sistema Integrado de Museus e Memoriais gestão das Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e rio Paru D'este**. 2018. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/wp-content/uploads/2020/11/plano-tumucumaque-final.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2023.
- ARNOLD III, Philip J. Tecomates, residential mobility and early formative occupation in Coastal Lowland Mesoamerica. In: SKIBO, James; FEINMAN, Gary (Eds.). **Pottery and People**. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999. p. 157-170.
- AZEVEDO NETO, Carlos Xavier. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.
- BAENA, Antônio. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Belém: Santos & Menor, 1839.
- BAIMA, Carlúcio de Brito. **A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato**: reflexões e contribuições. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.
- BALÉE, William et al. Florestas antrópicas no Acre: inventário florestal no geoglifo Três Vertentes, Acrelândia. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 140-169, 2014.
- BARATA, Frederico. O muiraquitã e as contas dos Tapajó. **Revista do Museu Paulista**, v. 8, 1954.
- BARBOSA, Getúlio V.; RENNÓ, Ceres V.; FRANCO, Eliana Maria S. Geomorfologia da Folha SA.22 Belém. In: BRASIL. MME. **Folha SA.22 Belém**: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1974. p. II/1-II/36. (Levantamento de Recursos Naturais, 5).
- BARROS, Luanna Lobato; CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. “Abrindo os olhos”: um estudo de caso sobre a inclusão de deficientes visuais no Museu de Arte Sacra, Belém, Pará. **Revista Conexões**, v. 7, n. 2, p. 73-101, jul./dez. 2019.
- BENCHETRIT, Sarah F. Preservar por quê? Preservar para quem? In: CARVALHO, Claudia S. R. et al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 20-24.
- BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010. v.115.
- BITTENCOURT, José Neves. Por uma crítica iluminista da informação pura. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah F. (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 15-29.
- BLOM, Philipp. **Ter e manter**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BOAVENTURA, Ricardo S. Geomorfologia da Folha SB-22 Araguaia e parte da Folha SC. 22 Tocantins. In: BRASIL. MME. **Folha SB-22 Araguaia e parte da Folha SC. 22 Tocantins**: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1974. p. II/3-II/30. (Levantamento de Recursos Naturais, 4).
- BORBA, Flávia Paloma C. Educação Patrimonial como salvaguarda: alguns processos didáticos da mediação cultural em museus. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial**: práticas e diálogos interdisciplinares. João Pessoa: IPHAN-PB, 2017. p. 70-81.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BRASIL. Ibram. **Caderno da PNEM**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BRASIL. Ibram. **Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.
- BRASIL. Ibram. **Plano Nacional Setorial de Museus**: uma agenda política para os próximos 10 anos. Brasília, 2010.



BRASIL. Iphan. **Parecer Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 178/2018/ACON/CNA/DEPAM, Referência: 01492.000052/2018-91**. Brasília, 2018.

BRASIL. Iphan. **Portaria 196, de 18 de maio de 2016**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Iphan. **Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Iphan. **Portaria 137, de 18 de maio de 2016**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Iphan. **Portaria 375, de 18 de setembro de 2018**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Iphan. **Portaria 422, de 23 de novembro de 2017**. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Portaria-422-2017-PNEM.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Iphan. **Portaria 375, de 18 de setembro de 2018**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Iphan. **Portaria 422, de 23 de novembro de 2017**. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Portaria-422-2017-PNEM.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.html. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRITO, Marcelo. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, n. 40, p. 31-55, 2019.

BRUNO, Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio**, n. 31, p. 234-247, 2005.

BUENO, Lucas. A Amazônia brasileira no Holoceno inicial: tecnologia lítica, cronologia e processos de ocupação. *In*: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG/Iphan/Secult, 2010. v. 2, p. 545-560.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; SOLÓRZANO, Guillermo. Contribuição ao resgate da História por meio da caracterização analítica e estrutural de objetos arqueológicos. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah F. (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 191-208.

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de; RODRIGUES, Sarah Assunção. Estudo sobre conservação preventiva do museu do encontro. *In*: **Interconexões Museológicas** (no prelo).

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico**: limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA). 2008. 395 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2008.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Col. Biblioteca Básica Brasileira, 19).

CARVAJAL, Gaspar de; ACUÑA, Cristóbal; ROJAS, Alonso de. **Descobrimentos do Rio das Amazonas**. Tradução de C. de Melo Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, João Braulino. Nota sobre a Arqueologia da Ilha de São Luís. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, v. 7, n. 6, p. 7-8, 1956.

CHIOSSI, Bruno P. **Conservação arqueológica**: reflexões e possibilidades. 2018. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

CHYMZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, n. 1, v. 1, p. 119-148, 1976.153

CIPRIANO DA SILVA, Ana Fernando. **Caracterização morfológica, física e química de Terra Preta Arqueológica e sambaqui na Amazônia**. Belém: UFRA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/bitstream>. Acesso em: 23 maio 2024.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.



COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice Barros Horizonte. **Acessibilidade a museus, cadernos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2012. v. 2.

COIROLO, Alice Durán. Atividades e tradições dos grupos ceramistas do Maruanum (AP). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 7, v. 1, 1991.

COOPER, Michael. **Control surveys in civil engineering**. Londres: Nichols Pub Collins, 1987.

COSTA, Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? *In*: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues et al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 119-129.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac, 2014.

COSTA, Marcondes Lima da et al. Um muiraquitã em seu contexto arqueológico no lendário amazônico. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 13, n. 1, p. 101-109, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8995>. Acesso em: 3 maio 2023.

COSTA, Marcondes Lima da; SILVA, Anna Cristina Resque Lopes da; ANGÉLICA, Rômulo Simões. Muyrakytã ou Muiraquitã, um talismã arqueológico em jade procedente da Amazônia: uma revisão histórica e considerações antropogeológicas. **Acta amazonica**, v. 32, p. 467-467, 2002.

CRONYN, Janet M. **The Elements of Archaeological Conservation**. New York: Routledge, 1996.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**: significado histórico de suas denominações. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, Marília Xavier. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, p. 365-380, 2005.

DANIEL, Pde. João. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 95, tomo 1, parte 2, 1975.

D'EVREUX, Ives. **Viagem ao Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Freitas Pastos e Cia, 1929.

DO CANTO, Luís Otávio. **Conflito socioambiental e (Re) organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DOLAK, Jan. Cultura do patrimônio e sua conservação. *In*: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues et al. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 218-230.

DUARTE-TALIM, Déborah. **(Re) visitando a Amazônia: Serra dos Carajás e Monte Alegre, estado do Pará**: análise tecnológica das indústrias líticas dos sítios antigos da passagem Pleistoceno-Holoceno e do Holoceno inicial. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

EDQUIST, Linda; LARKIN, Claire F. **Preventive conservation**: collection storage. New York: Society for Preservation of Natural History Collections, 2019. p. 511-529.

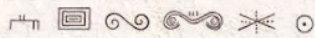
FALK, John Howard; DIERKING, Lynn D. **Learning from museum visitor**: experiences and the making of meaning. New York: Altamira Press, 2000.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. *In*: FERNANDES, José Guilherme dos Santos (org.). **N'Amazônia Oriental**: estudos e proposições para entender a região. Belém: Editora Paka Tatu, 2019.

FERREIRA PENNA, Domingos Soares. **Notícia Geral das Comarcas de Gurupá e Macapá**. Belém: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.

FIGUEIREDO, Sílvia; PEREIRA, Edithe. Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: aspectos de preservação e planejamento. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 3, 2005.

FILHO, Deusdedit Carneiro Leite. Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão. *In*: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG/Iphan/Secult, 2010. p.741-774.



FUNARI, Pedro Paulo. Objetividad y subjectividad en la historiografía. **Biblos**, v. 6, p. 69-78, 1994.

FURTADO, Ana Maria Medeiros; DA PONTE, Franciney Carvalho. Mapeamento de unidades de relevo do estado do Pará. **GeoAmazonia**, n.1, v. 2, p. 56-67, 2013.

GASPAR, Madu D. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GASPAR, Madu D.; SILVEIRA, Maura Imázio da. Os caçadores-coletores-pescadores do litoral Norte brasileiro. *In*: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

GASPAR, Madu D. et al. **Arqueologia**: re-produzindo nosso passado. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/Museu Nacional/ UFRJ, s/d.

GHETTI, Neuvania Curty. Preservação, salvaguarda e conservação arqueológica: a Reserva Técnica de Material Orgânico do Departamento de Arqueologia da Universidade de Pernambuco. **Clio Arqueológica**, v. 30, n. 2, p. 100-153, 2015.

GIL, Carmem Zeli Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. **Mouseion**, n. 19, p.13-26, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GOELDI, Emílio. **Altindianische Begräbnisurnen und merkwürdige Ton-und Steinidole aus der Amazonas-Region**. Stuttgart: Verlag von W. Kohlhammer, 1906. p. 441-453.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Padrões de uso da cultura material**: cotidiano e poder na Amazônia pré-colonial. São Paulo: Edusp, 2008.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. Os contextos e os significados da arte cerâmica dos Tapajó. *In*: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG/ Iphan/Secult, 2010. v. 1, p. 213-234.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. (Museu, memória e cidadania).

GRANATO, Marcus. Conservação e restauração de objetos metálicos: práticas e desenvolvimentos. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p.157-174.

GUZMÁN, Décio de Alencar; HULSMAN, Lodewijk A. H. C. **Holandeses na Amazônia (1620-1650)**: Documentos inéditos. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2016.

HECKENBERGER, Michael J. **The Ecology of Power**: culture, place and personhood inthe Southern Amazon, A. D; 1000-2000. New York: Routledge, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. *In*: CHAGAS, Mário (Org.). **Revista do Patrimônio (Museus)**, n. 31, p. 220-233, 2005.

IBGE. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual técnico de geomorfologia**. Rio de Janeiro, 2009.

ICOM. **Nova definição de museu**. Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2023.

INIZAN, Marie-Louise et al. **Tecnologia da Pedra Lascada**. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico/UFMG, 2017.

IPHAN. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, 2014.

IPHAN. **Educação patrimonial**: inventários participativos - manual de aplicação. Brasília, 2016a.

IPHAN. **Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, 2016b.

JESUS, Priscila Maria de. Uma reflexão sobre o processo de musealização: o patrimônio imaterial nos espaços museais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 48, n. 4, 2014.

JUNQUEIRA, Mary Ann; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Humanitas, 2011. v. 2. Disponível em: <https://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/CSP2.pdf>. Acesso em: 3 maio 2023.

LAAU. **Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana**. Disponível em: rio/web/irph/laau. Acesso em: 29 ago. 2024.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale depuis la côte de la mer du Sud, jusques aux côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant la rivière des Amazonas. **Mémoires de l'Académie Royale des Sciences**, p. 391-492, 1745.



LATHRAP, Donald W. Review of Archäologische untersuchungen am mittleren Amazonas (P.P. HILBERT). **American Antiquity**, n. 35, v. 4, p. 499-501, 1970b.

LEROI-GOURHAN, Andre. **O gesto e a palavra**: 1- técnica e linguagem. Lisboa: Vila Nova de Gaia; Rio de Janeiro: Edições 70, 1964.

LEVIS, Carolina et al. Historical Human Footprint on Modern Tree Species Composition in the Purus-Madeira Interfluve, Central Amazonia. **Plos One**, v. 7, n. 11, p. 1-10, 2012.

LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, p. 377-404, 2010.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; FERNANDES, José Guilherme dos Santos; SILVA, Fernando Monteiro da. Povo do mangue: antropização e vestígios arqueológicos na Península Odivelense. **Espaço Ameríndio**, v. 14, n. 1, p. 265-289, 2020.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; GASPAR, Madu; GOMES, Denise Maria Cavalcante. O Sambaqui Porto da Mina e a cerâmica utilizada como material construtivo: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n. 1, p. 52-72, 2018.

LOPES, Paulo Roberto do Canto. **Caracterização do modo de vida dos sambaquieiros que ocuparam o litoral paraense**: Quatipuru, Pará, Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, Paulo Roberto do Canto (Coord.). **Patrimônio do nosso meio**: Programa de Arqueologia Preventiva da Companhia de Alumina do Pará, municípios de Barcarena e Abaetetuba. Belém: Ed. Açai, 2012.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; DO CANTO, Luís Otávio (Org.). **Novas abordagens em arqueologia preventiva**: sítios arqueológicos Bittencourt, Alunorte e Jambuaçu. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Vale, 2009.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; NASCIMENTO, Ivete Maria Herculano do (Orgs.). Salvamento Arqueológico do Programa de Arqueologia Preventiva na Área de Influência da Mina de Bauxita Paragominas (Barcarena, Abaetetuba e Moju). Cadernos da Pesca: Informes de Pesquisa, v. 3, 2009.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; NASCIMENTO, Ivete Maria Herculano do; PAIVA, Zenaide Pereira (Orgs.). **Salvamento arqueológico na foz do Rio Amazonas**: para você colorir. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Vale, 2009. (Série Infantil do Museu Paraense Emílio Goeldi, 14).

LOPES, Paulo Roberto do Canto et al. Análise geoambiental de sítios arqueológicos no estuário do rio Pará, Amazônia. **Revista Habitus**, v. 17, n. 2, p. 557-575, 2019.

LOPES, Paulo Roberto do Canto. **A colonização portuguesa da Ilha de Marajó**: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes. 1999. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

LUZ, Luziane et al. **Atlas geográfico escolar do Pará**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

MACHADO, Manoel F. Idolo Amazonico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1890.

MACHADO, Manoel F. Idolo Amazonico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1891.

MACHADO, Manoel F. Novo Idolo Amazonico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1901b.

MACHADO, Manoel F. Novo Idolo Amazonico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1902.

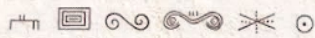
MACHADO, Manoel F. Carta enviada ao Dr. Emílio A. Goeldi em 24 de set. de 1901, Óbidos- Pará. **Arquivos do MPEG**, manuscrito inédito, 1901a.

MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazonicas**: estudos chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1895.

MATOS, Frederik Luiz Andrade de. **Os “Frades del Rei” nos sertões amazônicos**: os Capuchos da Piedade na Amazônia Colonial (1693-1759). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

MEIRELLES, Anna Cristina Resque; COSTA, Marcondes Lima da. Mineralogy and chemistry of the green stone artifacts (muiraquitãs) of the museums of the Brazilian State of Pará. **Revista Escola de Minas**, v. 65, n.1, p. 59-64, 2012.

MAGALHÃES, Marcos P. et al. (Org.). **Amazônia antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. p. 311-338.



MAIA, Renata. **A tecnologia lítica dos antigos grupos humanos de Carajás**: sítio Capela (PA-AT-337: S11D 47/48). 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MARTINS, Vitor N. da M. **Para além do Tumucumaque**: Protásio Friel, arqueologia e história intelectual na Amazônia. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MARTINS, Vitor N. da M. **Estudos históricos, organização, análise e descrição da coleção Protásio Friel**: relatório final. Belém: PCI/MCTi/MPEG, 2010.

MARQUES, Fernando L. T. Um sítio indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas recentes em arqueologia urbana, em Belém do Pará. *In*: SIMONIAN, Lígia T. L. (org.). **Belém do Pará**: História, Cultura e Sociedade. 1. ed. Belém: Editora do NAEA, 2010. v. 1, p. 49-58.

MARQUES, Fernando L. T. Investigação Arqueológica na Feliz Lusitânia. *In*: PARÁ. **Feliz Lusitânia/Forte do Presépio/Casa das Onze Janelas/Casario da Rua Padre Champagnat**. Belém: Secult, 2006. p. 147-190. **MEIRELLES, 2011**

MARQUES, Fernando L. T. Prospecção arqueológica no Palácio Episcopal de Belém *In*: PARÁ. **Feliz Lusitânia/Museu de Arte Sacra - Série Restauo**. Belém: Secult, 2005. v. 3. p. 1-308.

MENDES, Kelton Lima Monteiro. **Organização e uso do espaço interno em cavidades por grupos humanos antigos na Amazônia Oriental**: primeiros apontamentos sobre o sítio Gruta do Ananás, em Carajás-PA. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio**, n. 33, p. 37-57, 2007a.158

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus na era do virtual. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 49-70.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. **Archaeological investigations at the mouth of the Amazon**. Washington: Smithsonian Institution, 1957. (Bulletin 167). Disponível em: [https:// repository.si.edu/handle/10088/15461](https://repository.si.edu/handle/10088/15461). Acesso em: 5 maio 2024.

MEGGERS, Betty. Environmental Limitation on the Development of Culture. **American Anthropologist**, v. 56, n. 5, p. 801-824, 1954.

MEGGERS, Betty; DANON, Jacques. Identification and implications of a hiatus in the archeological sequence on Marajo Island, Brasil. **Journal of Washington Academy of Sciences**, v. 78, n 3, p. 245-253, 1988.

MESQUITA, Simone. Conservação e restauração de objetos arqueológicos: práticas e desenvolvimentos. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 175-190.

MORAIS, Raimundo. **Anfiteatro amazônico**. São Paulo: Melhoramentos, 1936.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1966.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará**: fundação e história. Belém: Grafisa, 1976.

NASCIMENTO, Dilermando A.; MAURO, Claudio A.; GARCIA, Maria das Graças L. Geomorfologia da Folha SA-21 Santarém. *In*: BRASIL. MME. **Folha SA-21 Santarém**: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1974. p. 137- 180. (Levantamento de Recursos Naturais, 10).

NAVARRO, Alexandre Guida et al. O muiiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 869-894, 2017.

NEVES, Ivânia dos Santos. **Mairi, terra de Maíra**: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. Policromias, v. 7, n. 1, p. 178-205, 2022.

NORDENSKIÖLD, Erland. **Ars Americana** - L'Archéologie du bassin de l'Amazone. Paris: Les Editions G. Van Oest, 1930.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de viagem da cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro (1768)**. Belém: Typographia de Santos e irmãos, 1862. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7432>. Acesso em: 5 fev. 2023.



ODEGAARD, Nancy. Foam protector rings for ceramics. *In*: ROSE, Carolyn L.; TORRES, Amparo R. **Storage of natural history collections**: ideas and practical solutions. Iowa City: SPNHC, 1995. p. 51-52.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. Educação Patrimonial no IPHAN: análise de uma trajetória. **Revista CPC**, n. 27 especial, p. 32-54, 2019.

PEREIRA, Daiane. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: Reserva Técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, p. 66-82, 2007.

PEREIRA, Manuel Nunes. **A Ilha de Marajó**: estudo economico-social. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956 (Série Estudos Brasileiros, n. 8).

PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1996.

PORRO, Antônio. O antigo comércio indígena na Amazônia. **Leitura**, n. 5, v. 56, p. 2-3, 1987.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. América Latina: a resistência é possível. **Polêmica**, v. 2, 2001.

PROUS, André; NAVARRO, Alexandre Guida. Os muiiraquitãs das estearias do Lago Cajari depositados no Museu Nacional (RJ): estudo tecnológico, simbólico e de circulação de bens de prestígio. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 2, p. 66-91, 2020.

PROUS, André et al. Os machados pré-históricos no Brasil, descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização. **Canindé**, n. 2, 2002.

PYE, Elizabeth. Conservation and Storage of Archaeological Material. *In*: THOMPSON, John M. A. **The Manual of Curatorship**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992. p. 203-38.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: UFPA, 1970. (Col. Amazônica, série José Veríssimo, v. 2).

RAMOS, Rafaela Nunes. **Gestão, Preservação e Informação**: uma proposta digital para o gerenciamento do acervo arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade Federal de Pelotas. 2010. 59f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

RICE, Prudence M. Pottery analysis: a sourcebook. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. p. 207-242.

RICHARDS, Greg. Cultural tourism: a review of recent research and trends. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 36, p.12-31, 2018.

RODET, Maria Jacqueline; GUAPINDAIA, Vera L. C.; MATOS, Amauri. 2010. Análise tecnológica e cadeia operatória: uma proposta para a indústria lítica lascada das culturas ceramistas da Amazônia. *In*: PEREIRA, Edite; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: MPEG/Iphan/Secult, 2010. v. 1.

RODET, Maria Jacqueline et al. Cadeia operatória, lâminas de machado polidas e imaginário amazônico no sítio arqueológico Boa Vista, Pará. **Teoria & Sociedade**, 2014.

RODET, Maria Jacqueline. **Etude technologique des industries lithiques taillées du nord de Minas Gerais, Brésil, depuis le passage Pléistocène/Holocène jusqu'au contact-XVIIIe siècle**. 2006. Tese (Doutorado em Pré-história) - Universidade Paris Nanterre, Paris 10, Paris, 2006.

RODRIGUES, João B. O **Muyrakitã e os ídolos simbólicos**. 2 v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

RODRIGUES, João B. Idolo Amazonico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1875a.

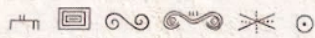
RODRIGUES, João B. Rio Tapajós: exploração e estudo do Vale do Amazonas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1875b.

ROSE, Carolyn L; HAWKS, Catharine A; WALLER, Roberts. A preventive conservation approach to the storage of collection. *In*: EDQUIST, Linda; LARKIN, Claire F. **Preventive conservation**: colletion storage. New York: Society for Preservation of Natural History Collections, 2019. p. 43-55.

ROOSEVELT, Anna C. The Warao of the Orinoco Delta: a culture of stilt vilagers. *In*: NAVARRO, Alexandre Guida. **A civilização lacustre e a Baixada Maranhense**: da pré-história dos campos inundáveis aos dias atuais. São Luís: Café & Lápis/EDUFMA, 2019. p. 231-298.

ROOSEVELT, Anna C. The Amazon and the Anthropocene: 13,000 years of human influence in a tropical rainforest. **Anthropocene**, v. 4, n. 1, 2014.

ROOSEVELT, Anna C. Ecology in human evolution: origins of the species and of complex societies. *In*: SCARBOROUGH, V. (Ed.). **A catalyst for ideas**: anthropological archaeology and the legacy of Douglas Schwartz. Santa Fé: School of American Research, 2005. p. 169-208.



ROOSEVELT, Anna C.; DOUGLAS, John; BROWN, Linda. The migrations and adaptations of the first americans: clovis and pre-clovis viewed from South America. *In*: JABLONSKI, Nina G. (ed.). **The first americans**: the pleistocene colonization of the new world. São Francisco: California Academy of Sciences, 2002.

ROOSEVELT, Anna C. Complex Politics in the Ancient Tropical World. Archaeological **Papers of the American Anthropological Association**, n. 9, p.13-33, 1999.

ROOSEVELT, Anna C. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of America. **Science**, v. 272, n. 5260, p. 372-384, 1996.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. *In*: BARNETT, William K.; HOOPES, Judith (Eds.). **The emergence of pattery**: technology and innovation in ancient societies. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995. p. 115-131.

ROOSEVELT, Anna C. Arqueologia amazônica. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/AMC/Companhia das Letras, 1992.

ROOSEVELT, Anna C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. *In*: NEVES, Walter. **Origem, adaptação e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: Editora do MPEG, 1991a. p.103-141.

ROOSEVELT, Anna C. **Moundbuilders of the Amazon**: Geophysical Archaeology on Marajo Island. San Diego: Academic Press, 1991b.

ROOSEVELT, Anna C. et al. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the brazilian amazon. **Science**, v. 254, p. 1621-1624, 1991c.

ROOSEVELT, Anna C.; SMITH, James G.E. **The ancestors**: natives artisans of the Americas. New York: Smithsonian Institute, 1979.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. Relevô brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, v.4, p. 25-39, 2011.

SABARÁ, Tales Elísio Ribeiro. **Três atos**: gabinetes de curiosidades, curadoria e museus. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Curatoriais) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

SANTOS, Adriana Maria Pereira dos. A conservação dos acervos do Museu de Sambaqui de Joinville – MASJ. **Cadernos do Ceom**, v. 18, n. 21, p. 227-242. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.pdf/rcc/article/view/2279>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 1-15. (Col. Espaço, território e paisagem).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Col. Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL**, ano 6, n. 16, p. 251-261, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 13 out. 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Ronize da Silva. **Efeitos da ação humana na composição florística em sítios arqueológicos na Região de Carajás, Pará, Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia) - Universidade Federal do Amazonas/Bionorte, Belém, 2017.

SCHAAN, Denise Pahl. **Cultura marajoara**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

SCHAAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. **Revista do Patrimônio**, n. 33, p. 109-134, 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 2, n. 1, p. 77-89, 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. **Marajó**: arqueologia, iconografia, história e patrimônio. Erechim: Habilis, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl. **Estudo de impacto ao patrimônio arqueológico da ligação entre os rios Anajás e Atua – Ilha de Marajó**: relatório de prospecção arqueológica. Belém: MPEG, 1997.

SCHNEIDER, Teresa Cristina. Políticas e diretrizes da museologia e do patrimônio na atualidade. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 17-29.



Silva, Ana Fernanda Cipriano da. **Caracterização morfológica, física e química de terra preta arqueológica e sambaqui associados na Amazônia**. 2018. 73 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2018.

STRADELLI, Ermano. Vocabulários da língua geral português-nheengatú e nheengatú-português, precedidos de um esboço de Grammatica nheenga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheengatú poranduu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 104, v. 158, p. 9-768, 1929.

SILVEIRA, Maura Imázio da; SCHAAN, Denise Pahl. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, v. 18, p. 67-79, 2005.

SILVEIRA, Maria Imázio da et al. Coleções Arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi – panorama da reserva técnica e os desafios da conservação. *In*: CAMPOS, Guadalupe do Nascimento; GRANATO, Marcus (Orgs.). **Preservação do patrimônio arqueológico**: desafios e estudos de caso. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p.169-191.

SIMÕES, Mário Ferreira; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **Relatório de Excursão**: Projeto Marajó. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1963.

SIMÕES, Mário Ferreira. **Relatório de Excursão e Fichas de Cadastro dos Sítios**: Projeto Marajó. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1965.

SINOPOLI, Carla M. Levels of Complexity: Ceramic Variability at Vijayanagara. *In*: SKIBO, James; FEINMAN, Gary (Eds.). **Pottery and people**: a dynamic interaction. Salt Lake City: The University of Utah Press, 1999. p. 115-136.

SHEPARD, Anna O. **Ceramics for the Archaeologist**. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1985.

SKIBO, James M. **Pottery function**: a use-alteration perspective. New York: Plenum Press, 1992.

SOUZA, Luiz A. C. Panorama brasileiro na relação ciência e conservação de acervos. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 143-156.

SOUSA, Eliane da Silva. **O potencial interpretativo dos artefatos cerâmicos**: a tradição tupi-guarani na Amazônia. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. Colecionismo na modernidade. *In*: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais [...]**. Fortaleza, 2009.

SOUZA, Gustavo Neves de. **O material lítico polido do interior de Minas Gerais e São Paulo**. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Gustavo N. **Estudo das lâminas de pedras polidas do Brasil**: diversidades regionais e culturais. 2013. 286 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós- Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TAGLE, Alberto de. Objetivos centrais da investigação para a conservação de coleções e patrimônio cultural. *In*: BITTENCOURT, José; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah F. (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 135-142.

TELLER, Jacques; WARNOTTE, Anne. A valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano. **Appear Position Paper**, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.in-situ.be/A_positionpapers.html. Acesso em: 21 jul. 2023.

TEIXEIRA, Lia C.; GHIZONI, V. Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: Fundação Cultural Catarinense, 2012. (Col. Estudos Museológicos, 1). Disponível em: <http://www.sisemsp.org.br>blog>wp-content>uploads>2016/05>apresentação>. Acesso em: 21 jul. 2023.

THEMED ENTERTAINMENT ASSOCIATION. **Theme Index and Museum Index**: The Global Attractions Attendance Report. 2019. Disponível em: <https://www.teaconnect.org/tea-theme--museum-index.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TIXIER, Jacques. Raccords e remontages. **Journées du Centre de Recherches Archeologiques du C.N.F.S.**, n. 28, p. 50-55, 1979d.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? **Revista do Patrimônio**, n. 31, p. 74-81, 2005.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Um olhar, muitas questões. *In*: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah F. (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 7-9.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus, 2004.

TROUFFLARD, Joanna. Cerâmicas da cultura Santarém, Baixo Tapajós. *In*: BARRETO, Cristina; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaimes. **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia**: rumo a uma nova síntese. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

VASCONCELOS, Pe. S de. **Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil e do que obraram seus filhos n’esta parte do novo mundo [...]**. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865. v.1.

VELOSO, Tânia P. G.; CAVALCANTI, José E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, n. 20, p. 155-168, 2007.

VERÍSSIMO, José. Os ídolos amazônicos. **Revista Amazonica**, n. 1, 1883.

VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Col. Amazônica, série José Veríssimo).

VIANNA, Arthur. **Pontos de História do Pará**. Belém: Empreza Graphica Amazonia,1919.

WICHERS, Camila Moraes. Museus, ações educativas e prática arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 6, p. 109-134, 2015.

WU, Xiaohong et al. Early pottery at 20,000 years ago in Xianrendong Cave, China. **Science**, v. 336, n. 6089, 2012.



ORGANIZADORES



Paulo Roberto do Canto Lopes

Arqueólogo na Secult (PA), doutor em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (UFPA/Campus Castanhal). Membro do Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social (COLINS/UFPA). Sua área de interesse em pesquisa inclui Arqueologia Pré-Colombiana e Colonial da Amazônia, com os temas: coletores, sambaquis, cerâmica Mina, Terra Preta Arqueológica, missões religiosas e Arqueologia de Contrato.

Armando Sampaio Sobral

Atualmente, é diretor do Sistema Integrado de Museus do Estado do Pará (Simm/Secult). Mestre em Artes pela UFPA, sua área de interesse em pesquisa inclui teoria e prática do ensino de Arte nas disciplinas de história da arte, gravura, pintura, desenho e escultura.

José Guilherme Fernandes dos Santos

Professor titular da UFPA, bolsista Produtividade em Pesquisa PQ2 do CNPq e doutor em Letras pela UFPB. Coordenador dos grupos de pesquisas “Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social (COLINS)”, “Indicadores Antrópicos: fatores socioambientais e patrimoniais na tradução de índices de antropização em povos e comunidades amazônicas”, em parceria com a UFSC e a UEA, e “Moranduba”, financiado pelo CNPq. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: estudos culturais e cultura popular, estudos da oralidade, estudos interculturais, etnotradução, etnossaberes, narratologia e etnografia, povos e comunidades tradicionais e autóctones.

Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos

Doutora em História pela PUC-RS, seu interesse em pesquisa inclui temas, como Sociedade, Cultura Material e Povoamento. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, arqueóloga responsável pelo Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça (SEC/AM) e docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Humanas. Líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAAM). Coordena o projeto de pesquisa “Arqueologia, Patrimônio e Cultura: a cura para as feridas recentes e antigas na Belle Époque Amazônica” (Universal CNPq). Seus interesses em pesquisa, incluem cultura material, história e arqueologia da Amazônia, memória, identidade e patrimônio.

Lúcia Puga

Doutora em Antropologia pela UFF, docente da UEA. Líder do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais da Amazônia (LAPECSAM) na UEA e participante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAAM). Exerce, desde julho de 2021, o cargo de Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UEA (PPGICH/UEA). Seus interesses de pesquisa incluem os temas: espaços, memórias e configurações sociais.



APOIO



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO

